

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A PRÁTICA SOCIAL EDUCATIVA DA FASE/POA NO MOVIMENTO

SINDICAL: 1987-1993

*O movimento sindical como mediação da educação popular*

Dissertação apresentada como  
requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Educação

MOACIR FERNANDO VIEGAS

092837

Orientador: Prof. Dr. Augusto Nivaldo Silva Triviños

Porto Alegre, janeiro de 1994

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

V656p Viegas, Moacir Fernando.  
A prática social educativa da FASE/  
POA no movimento sindical: 1987-1993, o  
movimento sindical como mediação da edu-  
cação popular. / Moacir Fernando Vie-  
gas. - Porto Alegre: UFRGS, 1993.  
183p.

Dissertação (Mestrado) - Universida-  
de Federal do Rio Grande do Sul. Facul-  
dade de Educação. Programa de Pós-Gra-  
duação em Educação.

CDU: 061.2.051(FASE):316.482:  
331.105.44(816.51)  
316.343.6:061.2.051(FASE):316.482  
316.482.054:061.2.051(FASE)  
316.643:061.2051(FASE)  
37.018.8:061.2  
37.035:331.105.44:061.2(FASE)

ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Autonomia : Luta dos trabalhadores : Prática social educa-  
tiva : FASE  
316.482.054:061.2.051(FASE)

Classes sociais : Prática social educativa : FASE : Movi-  
mento social  
316.343.6:061.2.051(FASE):316.482

Educação popular : Organizações não-governamentais  
37.018.8:061.2

Educação sindical : FASE  
37.035:331.105.44:061.2 (FASE)

Hegemonia : Prática social educativa : FASE  
316.643:061.2.051 (FASE)

Prática social educativa : FASE : Movimento sindical :  
Porto Alegre, RS  
061.2.051(FASE):316.482:331.105.44(816.51)

Bibliotecária responsável:

Maria Hedy Lubisco Pandolfi, CRB-10/130

## AGRADECIMENTOS

Não poderia concluir este trabalho sem deixar de agradecer aos que contribuíram para sua realização:

Ao prof. Triviños, meu orientador, pela paciência e confiança que demonstrou durante todo o período do curso. Suas sugestões e discussões foram fundamentais para a realização desse estudo.

A Marilene Nunes, amiga, pelo estímulo e inúmeras discussões que tivemos, as quais contribuíram em muito para o enriquecimento desta dissertação. Marília deve estar satisfeita.

A Rosimara, minha companheira, por sua paciência, carinho e atenção, sem o que este trabalho não teria sido possível.

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio que nunca faltou nas horas difíceis.

Ao prof. Nilton Fischer, pela leitura do projeto e sugestões feitas.

Ao Sr. Oscar, pela gentileza de fazer o "abstract".

Por fim, aos técnicos e funcionários da FASE de Porto Alegre, que ao permitirem e contribuírem na realização desse trabalho, corajosamente se expuseram às críticas. Agradeço especialmente a Eliana, responsável pelo setor de documentação,

por ter colocado seu tempo e conhecimento à disposição. Desejo a todos sucesso na realização de seu trabalho, e uma aproximação cada vez maior das lutas dos trabalhadores.

## SUMARIO

I - Introdução.....	01
II - Fundamentação Teórica do Estudo.....	10
a) Sindicatos e lutas autônomas.....	33
b) Lutas sociais dos trabalhadores.....	47
III - Breve Histórico da Intituição Objeto de Estudo.....	54
IV - A Prática Social Educativa da FASE no Movimento Sindical e as Lutas dos Trabalhadores.....	63
V - FASE e Hegemonia: hegemonia como terreno de disputa intercapitalista.....	141
VI - A FASE como instituição.....	158
VII - Conclusão.....	172
VIII - Bibliografia Citada.....	179
IX - Bibliografia de Apoio.....	181
X - Documentos da FASE.....	182

## RESUMO

A problemática investigada neste estudo refere-se à prática sindical como mediação da prática social educativa da Federação de Orgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) de Porto Alegre, no período dos últimos seis anos.

Nosso objetivo principal foi analisar de que modo a prática social educativa desta instituição interfere nas lutas dos trabalhadores, na medida em que possui como mediação de sua ação as organizações sindicais, cujo caráter no sistema capitalista reside principalmente na gestão e controle das lutas operárias.

Para tanto, analisamos os documentos que a FASE produziu neste período, observamos seu assessoramento ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo, assim como realizamos entrevistas semi-estruturadas com os técnicos da instituição.

Nossa hipótese inicial foi a de que a concretização do objetivo principal da FASE, de formar e assessorar organizações próprias dos trabalhadores, ao ter como mediação de sua realização os sindicatos, criou uma contradição na prática da instituição. Contradição que a situou num campo de disputa de classes sociais antagônicas.

Os resultados a que chegamos demonstraram que o que

determinou o desenvolvimento dessa contradição foi a concepção da FASE das entidades sindicais como representantes legítimos das classes trabalhadoras. Assim, a prática dos técnicos da instituição levou a que em certo momento, o que era para ser o meio de realização dos objetivos - os sindicatos - passasse a configurar o fim de sua prática.

A FASE se distancia das lutas dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, na medida mesma em que o "novo sindicalismo", antes ideologia de uma prática social contraditória, se incorpora nos mecanismos legais de representação capitalista.

O capítulo sobre a concepção de hegemonia da FASE tem por objetivo demonstrar esta aproximação da entidade às burocracias sindicais, expressa no campo de forças em que está envolvida hoje.

Um outro capítulo, que trata da FASE enquanto instituição, pretende apontar contribuições naquilo que tem sido um de seus principais questionamentos, sua identidade enquanto Organização Não-Governamental (ONG). Esta identidade é dada pelas relações sociais que a entidade estabelece com outras instituições.

Os organismos sindicais não servindo a um verdadeiro projeto de criação das organizações autônomas da classe trabalhadora, mas, pelo contrário, visando a gestão da força de trabalho, concluímos pela necessidade da FASE trabalhar diretamente com os trabalhadores. Este seria de fato o caminho para a constituição

de relações sociais novas, anti-capitalistas.



## ABSTRACT

The theme of this study is a social educative practice of the Federation of Organization for Social and Educational Assistance (FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) in Porto Alegre during the last 6 (six) years.

Our purpose was to analyse how the operation of this entity, which has as its main characteristic to use labor unions as a medium for its practice, interferes in the struggles of the laborers.

Therefore, we analysed the documents developed by FASE during this period of time, semi-structured interviews with technical personnel of the institution were taken, as well as the assistance that this institution gives to the labor union of the leather industries in Novo Hamburgo.

Our initial hypothesis was the concretization of the main purpose of FASE to establish and assist organizations related to labourer, created a contradiction in the operation of the institution. Contradiction that placed the institution in a field of antagonic social class struggles.

The findings we reached demonstrate that what determined the development of this contradiction was the concept of FASE concerning the labor unions as legitimate representatives of laboring classes. The practice of the technical personnel of the institution, at a certain period, lead to transform to what

should have been a means for reaching its purposes - the labor unions - into the end of its activities.

FASE in this way abandons the struggles of the labours in their working places, at the same measure as the "new syndicalism", formerly ideology of a contradictorious social practice, incorporates the new legal machanisms of capitalistic representation.

The chapter concerning FASE's concept of hegemony has the purpose of demonstrating this approximation of this entity to the burocracies of syndicalism, expressed in the field of power in which it is involved today.

Another chapter, which treats the institutional side of FASE, has the purpose of pointing out contributions - those things that have been the main reasons for questionings, its identy as a non-governmental organization (NGO). This identy is given through the social relation that the institution establishes with other organizations.

Since union organizations are not serving as a true project for creation of autonomous labor class organizations but, on the contrary, that aim to manege labour power, we conclude for the need of FASE to developpe its action diretly with laborers. This would be the way in wich its social practice would contribute for the establishment of new, anti-capitalistic social relations.

"Quem construiu Tebas, a das sete portas?  
Nos livros ficaram os nomes dos reis.  
Arrastaram os reis os blocos de pedras?"

B. Brecht  
(Questões levantadas por um operário que lê)

## Apresentação

Nosso estudo da prática educativa da FASE/POA, levando em consideração a especificidade do trabalho da instituição, se insere no campo da educação de adultos na sua expressão não formal.

Por mais de dois anos investimos nossos esforços na intenção de investigar a organização dos sapateiros de Novo Hamburgo, aos quais a FASE assessorava já há algum tempo. Frente às dificuldades surgidas, principalmente no que se refere ao acesso às fábricas, fomos obrigados a abandonar esse projeto. Desejosos porém, de manter como preocupação central a educação nas lutas operárias, optamos por investigar a prática educativa da FASE/POA. Se por um lado essa mudança significou um encurtamento dos prazos, por outro, podemos aproveitar boa parte do referencial teórico até então estudado. Estivemos presentes também, nesse período, em algumas reuniões no Sindicato do Calçado de Novo Hamburgo, nas quais a FASE participava.

Analizamos diversos documentos da instituição, tais como planos, relatórios, artigos, vídeos e outras publicações<sup>1</sup>. Para

---

1. No estudo dos documentos utilizamos o método da análise de conteúdo, entendendo este como um meio para estudar as "comunicações entre os homens". Procuramos apreender, através da interpretação inferencial, o conteúdo latente das mensagens contidas nos documentos e entrevistas realizadas, analisando a teoria subjacente ao mesmo à luz do referencial teórico que utilizamos. Da mesma forma, apoiamo-nos na teoria e nas hipóteses para a elaboração das seis entrevistas semi-estruturadas que realizamos (duas com cada técnico da área sindical). Esta forma de entrevista é defendida na pesquisa qualitativa, porque "ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação". Triviños, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, 1987, p. 160.

isso, contamos com a valiosa contribuição dos quadros da instituição, principalmente pela responsável pelo setor de documentação.

Sem a cooperação dos membros da FASE, teria sido difícil realizar um estudo sobre uma instituição que, durante a maior parte de sua existência, optou por permanecer "invisível". Em consequência desta última particularidade, são bastante reduzidos os documentos pelos quais se pode analisar sua prática social educativa. Muitos deles não possuem data, origem clara ou, ainda, são inconclusos. Desse modo, nosso estudo precisou ser muito cuidadoso, no sentido de superar estas dificuldades e poder expressar claramente um aspecto da realidade da FASE/POA.

Muito esquematicamente, esboçamos a seguir os aspectos que estudamos nesta investigação. O objetivo central do nosso trabalho foi estudar a relação da prática social educativa da FASE/POA com as lutas sociais dos trabalhadores. Neste sentido, analisamos as relações sociais que este fenômeno cria, em que medida tais relações contestam o modo capitalista de produção e portanto guardam a possibilidade da criação de relações sociais novas, antagônicas às capitalistas.

Partimos basicamente do modelo teórico de Gramsci, onde uma das maiores preocupações é a função dos intelectuais nas transformações da sociedade. Ao analisarmos o pensamento gramsciano, apontamos uma contradição no seu modelo teórico, que se traduz na supervalorização dos aspectos ideológicos-

superestruturais, e daí a superioridade dos intelectuais enquanto agentes/elaboradores das transformações sociais frente às lutas no processo de trabalho, negando assim, ou ao menos subestimando, a capacidade da classe operária de se auto-organizar.

Contrapomo-nos a essa visão, apoiando-nos basicamente na compreensão de Bernardo sobre os conflitos sociais, na qual aparece com maior clareza as potencialidades das lutas sociais dos trabalhadores, expressas principalmente no seu caráter ativo e coletivo, cuja educação aí ocorrida tem como resultado a formação de relações igualitárias e comunitárias, em oposição direta ao sistema capitalista.

Na análise da prática social educativa da FASE privilegiamos as relações sociais criadas a partir da sua relação com os trabalhadores, tendo como mediação a atividade sindical. A base da qual parte essa investigação diz respeito ao que entendemos ser uma contradição na prática da FASE, que se refere à tentativa de criar organizações próprias das classes trabalhadoras tendo como mediação os sindicatos. E o processo e o resultado dessa prática contraditória que aqui nos interessam. Na medida em que nesse processo verifica-se a formação de quadros de dirigentes cuja característica principal é gerir a força de trabalho, portanto em antagonismo a ela, contrariando as intenções da própria prática educativa da FASE, questionamos tanto o modo como a instituição age na realização de seus objetivos, como, implicitamente, o modelo teórico gramsciano.

A seguir analisamos a concepção de hegemonia vigente na instituição, cujo caráter reside na interrelação que estabelece com outras entidades. É o processo histórico da prática educativa da instituição que hoje delimita o campo de forças em que se situa, e daí sua concepção de hegemonia.

Enfim, esboçamos algumas considerações sobre o caráter institucional da FASE hoje, igualmente tendo como ponto de partida os laços e as relações sociais que são fundadas em sua prática social, sempre tendo como preocupação principal os efeitos disso tudo para as lutas da classe trabalhadora.

Esperamos que outros trabalhos com temáticas semelhantes venham a ser produzidos. Trata-se de um compromisso social da universidade investigar as formas produzidas nas lutas dos trabalhadores, e apontar possibilidades de práticas sociais educativas de transformação social, que superem os discursos ideológicos e demagógicos, e que contribuam efetivamente para superar o atual quadro de exploração em que são mantidas as classes trabalhadoras.

## I - Introdução

Ultimamente tem aumentado a importância da investigação sobre as Organizações Não-Governamentais(ONGs), face à grande expansão quantitativa e qualitativa da intervenção educativa dessas instituições. As maiores delas não só recebem verbas dos países do Primeiro Mundo, como têm sua própria origem referenciada a partir de instituições desses países. Como relata Minayo e Valla,

"a proposta da FASE tem origem numa concepção anglo-americana de educação popular. Nesse sentido é uma proposta que tem características pragmáticas, funcionais..." (FASE, 1983, p. 14).

Não sendo nosso propósito aqui fazer um diagnóstico da rica e complexa realidade das ONGs, faremos apenas algumas considerações gerais, no sentido de situar nosso objeto de estudo.

O permanente contato das ONGs com os movimentos sociais populares acabaram por determinar uma identidade de interesses entre ambos, aumentando a influência das primeiras na medida mesma em que proliferam tais movimentos. Levantamentos atuais das próprias ONGs apontam a existência de centenas ou milhares delas nos países do Terceiro Mundo, e que movimentam, segundo o Banco Mundial, 4,4 bilhões de dólares.

Fernandes assim define as ONGs:



"Trata-se **micro-organizações não governamentais**, sem fins lucrativos, que canalizam uma parte da 'Ajuda Internacional' para um sem-número de projetos. Esta 'Ajuda' (Aid) é pensada como um instrumento de 'promoção social' dos povos do Terceiro Mundo, mas os projetos são amplamente diferenciados - cobrem iniciativas econômicas, sociais, religiosas, sindicais, pesquisas, assessorias, viagens, simpósios, publicações, audiovisuais, etc"<sup>2</sup>.

Os documentos estudados sobre as ONGs concordam quanto à origem de seus quadros: militantes de partidos de esquerda, clandestinos quando referidos à época da ditadura militar, mas também dos atuais; militantes sindicais; intelectuais universitários e, principalmente, quadros laicos da Igreja Católica, a partir das mudanças que nas últimas décadas se verificaram com relação à orientação da sua prática nos países do "Terceiro Mundo", que resultaram numa aproximação aos pobres. Fernandes acredita que é possível conjecturar que "as ONGs tornaram-se tão atraentes na década de 70 justamente porque se apresentavam como **alternativa** às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda"<sup>3</sup>.

Seus componentes e perspectivas de trabalho caracterizavam constantemente fenômenos de "dupla militância", devido ao seu trânsito entre as ONGs e sindicatos, partidos, universidades e igrejas. As ONGs parecem estar, em função disso, na permanente busca de uma identidade própria, do que parecem cada vez mais

---

2.FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. In: LANDIM, L. (org). *Sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, ISER, 1988, p.8.

3.FERNANDES, R. C. *idem*, p. 9.

próximas.

As instituições sociais com as quais as ONGs se relacionam variam também enormemente, mas seu campo de atuação pretende claramente girar em torno dos movimentos populares dos mais variados tipos:

" 'ONGs' são entidades que se apresentam como estando 'a serviço' de determinados 'movimentos sociais' de camadas da população 'oprimidas', ou 'exploradas' ou 'excluídas', dentro da perspectiva de 'transformação social' "4.

Mantendo-se inicialmente isoladas umas das outras, há algum tempo as ONGs vêm estreitando laços e partindo para práticas mais unificadas. A FASE vive também um processo de reestruturação, cujos contornos ainda não estão claros para seus quadros. Alguns aspectos deste processo pensamos salientar neste trabalho<sup>5</sup>.

Porém, ressaltamos desde já que nossa investigação tem uma delimitação muito clara, que se refere à prática social educativa da FASE/POA no movimento sindical. Não pode, portanto, ser generalizada para todas as práticas de todas as ONGs, e nem mesmo para o conjunto da ação da FASE/POA. Acreditamos, no entanto, que o tipo específico de prática educativa que delimita

---

4. LANDIM, L. *Sem fins lucrativos*. p. 27.

5. Para saber mais sobre as ONGs: LESSA, R. Organizações não-governamentais tomam conta do país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09 abr.1989, p.14. BERABA, M. Entidades ajudam o lobby da esquerda. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17 jul.1988, 1 caderno, p.A-10. BOMBAROLO, F. Desafios para as organizações não-governamentais na América Latina na década de 90. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v. 40, 206, jan/mar.1993.

nossa investigação, as conclusões que daí tiramos, pode ser pensado, em geral, para o conjunto das iniciativas educacionais que têm como mediação os sindicatos, guardadas as especificidades de cada situação.

Face à complexidade do campo das práticas sociais das ONGs, outros estudos se fazem necessários para um aprofundamento da compreensão dos processos educativos em que estão envolvidas e, principalmente, das possibilidades das suas ações contribuírem para a constituição de relações sociais novas, opostas às capitalistas.

X A preocupação em investigar a prática educativa da Federação de Orgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) de Porto Alegre no movimento sindical nasce de nossa experiência como trabalhador em várias empresas e ramos de produção. O conjunto dessas experiências suscitou-nos a necessidade de pensar formas de organização da classe trabalhadora que rompessem com a exploração capitalista que sofre nessa sociedade.

↘ A militância sindical, estudantil e partidária de que participamos reforçou essa necessidade, face aos descontentamentos que, apesar do conhecimento que adquirimos, proporcionaram estas práticas. Basicamente, essas experiências apontavam os limites das formas de luta dos movimentos sociais de que participamos, particularmente o sindical. Limites que contrastavam com o potencial transformador que dia-a-dia

percebíamos possuírem os companheiros com os quais nos relacionávamos.

Nossa intenção inicial era investigar uma experiência concreta da educação produzida nas lutas dos trabalhadores em seus locais de trabalho, tendo como objeto de estudo a organização dos sapateiros de Novo Hamburgo, os quais, há pelo menos seis anos, mantêm uma prática de organização através de CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) e representantes sindicais no complexo coureiro-calçadista daquela cidade. Nosso objetivo principal seria investigar as relações criadas no processo educativo dessas lutas de enfrentamento direto ao capital.

Após acompanharmos algumas reuniões desse grupo de cipeiros e representantes sindicais no sindicato, assim como realizarmos algumas entrevistas, descobrimos que uma das condições essenciais da nossa investigação, o acesso às fábricas, seria muitíssimo dificultado, o que tornaria nosso trabalho inviável.

Assim, decidimos abandonar esse projeto, sem no entanto esquecer a preocupação com a problemática das organizações autônomas dos trabalhadores. Foi sob influência dessa preocupação que decidimos investigar a prática da FASE, entidade educativa que assessorava o grupo de sapateiros de Novo Hamburgo. E isto também porquê, em sua prática nos últimos dez anos, o problema da educação dos trabalhadores esteve sempre colocado no centro das preocupações da instituição. Mais ainda,

tal questão foi expressa, num determinado período, na forma de um privilegiamento explícito da criação ou do estímulo à criação de organismos de representação próprios dos trabalhadores. Desse modo, a preocupação da instituição de forjar organizações operárias vinha de encontro a nossa, de compreender a educação ocorrida nas mesmas.

Logo, a questão da autonomia operária perpassa todo o trabalho; é ela quem determina a direção e os passos que vamos realizando. Assim, quando analisamos o trabalho da FASE com as direções sindicais, são as determinações recíprocas entre esse trabalho e as lutas dos trabalhadores que constituem o campo de nossa preocupação.

Acreditamos que fica assim explicado o fato de não nos ocuparmos com a prática da instituição no "Movimento Popular Urbano". Em que pese alguns princípios gerais da prática da FASE talvez possam ser investigados a partir somente de seu trabalho com os operários e sindicalistas, não tiramos daí nenhuma conclusão no que diz respeito a sua relação com o "Movimento Popular Urbano".

Nossas investigações confirmaram as bases teóricas que sustentam o trabalho, ou seja, que as organizações operárias formadas nas lutas de enfrentamento direto ao capital, os laços de solidariedade e igualdade aí construídos, contrastam com as formas organizativas nas quais os sindicatos visam enquadrar os trabalhadores.

Antagonismo  
da ⑦  
FASE

Assim, qualquer trabalho de educação popular que tenha como mediação a disciplina sindical, no caso a prática social da FASE, terá também que se sujeitar a esse enquadramento, cujo objetivo é controlar a ação da classe operária.

Como entidade de educação popular, a FASE optou, por volta de 1978, por assessorar os trabalhadores no sentido da formação de suas organizações, esfaceladas pela ditadura militar. Essa possibilidade vem à tona a partir da verificação do ressurgimento das lutas operárias na conjuntura do final da década de 70, início de 80, cuja característica mais marcante foi o fato das lutas terem sua origem nos próprios locais de trabalho.

O caminho escolhido para concretizar os objetivos da instituição teve como alvo a formação de grupos de operários, com vistas a construir oposições sindicais, entendendo os sindicatos como instituições legítimas de representação da classe trabalhadora.

↙ Nossa hipótese é de que essa opção criou uma contradição na prática da FASE, cuja origem é o antagonismo entre as formas próprias e autônomas de organização criadas nas lutas dos trabalhadores e os objetivos da instituição de forjar essas formas tendo como mediação as organizações sindicais.

As oposições sindicais que a FASE vai assessorando, ao conquistarem os sindicatos, deixam de estimular o que constituía a base de seu surgimento, as lutas de enfrentamento direto ao

↓  
capitalismo, e passam a se burocratizar, integrando-se na estrutura sindical conservadora da sociedade brasileira.

A contradição entre os objetivos e os resultados da prática da instituição provocarão uma série de reflexões e análises, no sentido de reverter esse quadro. Mas o eixo de sua intervenção educativa se mantendo as organizações sindicais, pelo contrário, definirá o rumo do desenvolvimento da contradição, que se expressa, por um lado, em artigos nos quais se constata uma espécie de resignação à realidade criada e, por outro, na opção prática em assessorar cada vez mais prioritariamente as organizações sindicais mais gerais, como a Central Unica dos Trabalhadores.

Dois outros capítulos procuram reforçar essa tese. O primeiro, se refere à problemática da hegemonia vista a partir da prática educativa da FASE.

Sendo hoje o conceito central da prática da instituição e por sua abrangência como categoria explicativa das lutas de classes na sociedade capitalista, "hegemonia" procura situar a FASE no conjunto dessas lutas. Nossa hipótese aqui é de que justamente quando hegemonia passa a ser utilizada pela instituição como categoria explicativa da sua prática social, é que ela reflete sua atuação num campo de forças mais distante da classe trabalhadora, se identificando com uma disputa nos quadros que envolvem a direção nesse campo. Em consequência, com o domínio que essas forças exercem sobre a prática do

proletariado.

Finalmente, tentamos contribuir para a discussão do perfil institucional da FASE, uma das questões que mais preocupa a entidade, cujo caráter "onguista" dificulta a precisão das relações sociais que fazem dela uma instituição. Evidentemente, este é também um problema que se coloca para nós. Porém, na medida em que a prática que estudamos, ou seja, a relação da entidade com o movimento sindical e os trabalhadores, possui um caráter mais específico, isso nos possibilita então apontar alguns aspectos desse perfil.



## II - Fundamentação Teórica do Estudo

O campo de análise de nossa pesquisa, pelas articulações e mediações práticas em que está envolvido, é bastante vasto. Sendo assim é um tanto difícil escolher um ponto de partida que não nos faça perder de vista o objetivo principal. Devemos partir então do que acreditamos ser o único ponto de partida seguro, ou seja, da própria instituição objeto desse estudo, para no prosseguimento buscarmos as fontes teóricas que no nosso entender auxiliam na compreensão da sua prática.

A FASE é, desde o seu princípio, uma organização de intelectuais e, como tais, inseridos em determinadas práticas sociais que se dão em determinadas instituições sociais. E na prática em processo que se dá nessas instituições que os indivíduos, incluídos os intelectuais da FASE, produzem uma ideologia, um sistema de idéias, conceitos, valores, à respeito da realidade social, construídos nas relações que permeiam tais práticas e instituições.

As práticas dos indivíduos que compõe a instituição FASE não são homogêneas, unilaterais, e sim permeadas de diferentes tipos de ações, determinadas pela articulação de múltiplas instituições que se relacionam com a FASE. Essa constatação é importante, na medida em que a ideologia produzida na instituição sofre determinações dessa relação constante que ela estabelece, em diferentes graus de aproximação, com a Igreja, órgãos financiadores, sindicatos, organizações de fábrica, organizações de moradores, partidos políticos, Estado, com outras instituições de perfis e

objetivos semelhantes aos seus, além de organizações internacionais. Desse modo, uma investigação que considerasse a FASE isolada de todas essas articulações estaria certamente condenada ao fracasso.

E nesse conjunto de práticas distintas que se forma a ideologia e a correspondente concepção de mundo dos indivíduos da instituição. Desse modo, não é nos seus programas, nas idéias e valores promulgados pelos sujeitos que compõem a instituição FASE, que podemos vir a conhecê-la de fato. Pelo contrário, tais programas e idéias expressam as relações sociais concretas que se dão na relação da FASE com tantas outras instituições:

"Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu a terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos do passado"<sup>6</sup>.

As práticas sociais não existem de forma avulsa, desligadas de contextos sociais. Dão-se necessariamente em instituições, construídas ao longo da história da humanidade. E dessa forma que tais práticas adquirem um caráter social, se constituem como representantes de um determinado grupo ou grupos sociais, que através delas elaboram uma certa concepção de mundo. Segundo Cury,

---

6. MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo, Moraes, 1984, p.22.

"A instituição é, no sentido amplo, uma maneira humana de colocar uma certa ordem no espontâneo"<sup>7</sup>.

Por outro lado, uma determinada ideologia ou ideologias, assim como o sistema filosófico que lhe dá sustentação, brotando de determinadas práticas de um grupo ou grupos sociais, ao mesmo tempo que sustentando-as, possui sempre um caráter de classe. As relações sociais são, antes de tudo, relações de classe. E as relações de classe fundamentais na sociedade capitalista são as que se produzem no terreno da produção econômica. São relações de dominação e exploração que colocam, de um lado, classes que não possuem nada além da sua própria força de trabalho e são obrigadas a vendê-la para viverem e, de outro, classes que, por possuírem as condições de produção e de gerência do processo de trabalho, apropriam-se, de variadas formas, dos valores gerados pelas classes produtoras.

A relação social básica que define o modo de produção capitalista é a mais-valia, assim definida por Bernardo:

"O tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despende no processo de produção"<sup>8</sup>.

Mais tarde voltaremos às implicações desta relação no conjunto da formação capitalista. Por ora, afirmamos que toda a organização estrutural e superestrutural capitalista visa, de alguma forma, dar sustentação a essa relação básica. A mais-valia é a relação social que fundamenta o atual modo de produção, e as lutas

---

7. CURY, C. R. J. *Educação e contradição*. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985, p.95.

8. BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo, Cortez, 1991, p.15.

que se desenvolvem no seu interior, lutas de classes, determinam o desenvolvimento da sociedade como um todo.

E necessário que delimitemos, ao menos resumidamente, certos aspectos que entendemos básicos do capitalismo, visto que essa delimitação proporciona a compreensão do contexto em que situa-se nosso objeto de estudo.

Com efeito, a instituição objeto de nossa investigação, a FASE, definiu-se no campo a que tem se chamado superestrutura. Portanto, é desse conceito ou, mais precisamente, da relação base(ou infra)-superestrutura que partimos para essa delimitação. Não sem dificuldades, pois, na história do marxismo, tal relação presta-se a muitas interpretações.

Larrain aponta a insuficiência da "metáfora do edifício" sugerida por Marx e Engels para explicar a existência do par base-superestrutura. Segundo Larrain, apesar dos esforços dos mesmos em evitar uma compreensão de causalidade direta da base sobre a superestrutura, terminam ainda assim por permitir uma interpretação determinista. Não concordamos com o autor, na medida em que as próprias citações que o mesmo faz de Marx permitem-nos constatar a idéia de reciprocidade presente no seu pensamento:

"Se a própria produção material não for concebida em sua forma específica, é impossível percebermos o que é específico à produção espiritual que a ela corresponde e a *influência recíproca de uma sobre a outra*"<sup>9</sup>.

Apesar disso, concordamos que outros marxistas dedicaram-

---

9. LARRAIN, J. Base e superestrutura. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p.27. Grifo nosso.

se mais intensamente ao desenvolvimento desse conceito, em particular Antônio Gramsci.

Gramsci condena a concepção "economicista" segundo a qual a relação entre base e superestrutura aponta para uma determinação mecânica da primeira sobre a segunda. Segundo o militante e intelectual marxista, em que pese a importância maior da infraestrutura, a superestrutura guarda um certo grau de autonomia e pode influir naquela. Em Gramsci, a superestrutura está relacionada, no que diz respeito ao seu processo de construção, às idéias, conceitos, produzidos nas relações sociais objetivas, e que tem sobre essas últimas um poder material de influência. Historicamente, tais idéias acabam petrificando-se e, por isso, adquirem um poder objetivo e autônomo.

Também uma dada superestrutura ou superestruturas, assim como as idéias que lhes correspondem, terminam por corporificar-se em instituições sociais, cujos exemplos podem ser a Igreja, os partidos políticos e, num outro nível, o Estado, assim como muitas outras instituições não diretamente relacionadas ao mundo da produção. As superestruturas adquirem importância primordial pelo fato de que é nelas que os indivíduos adquirem consciência das contradições da sociedade.

Vale ressaltar, porém, que em nossa concepção esse papel da superestrutura enquanto campo de conscientização das contradições só adquire sentido se considerarmos a questão da prática social. E através da prática social e das lutas de classes que nela ocorrem que os indivíduos tomam verdadeiramente consciência das contradições do próprio campo superestrutural.

Essa consideração é fundamental porque no nosso entender a visão gramsciana do papel dos intelectuais tende a subestimar o potencial organizador e transformador da ação da classe operária, que em sua prática social histórica construiu e constrói as mais variadas formas de luta e enfrentamento ao capital.

E assim que, para Gramsci, adquirirá relevância o papel desempenhado pelos intelectuais, os quais, enquanto elementos de ligação entre a infra e a superestrutura, situam-se em posição privilegiada nas relações sociais que permeiam a sociedade, em contraposição, por exemplo, à classe trabalhadora, que vive imersa no mundo da produção, e que por isso não possui a mesma capacidade de reflexão e de conceitualização:

"O intelectual é um 'profissional' (skilled) que conhece o funcionamento de 'máquinas' próprias especializadas; tem o seu 'tirocínio' e o seu 'sistema Taylor' próprios. É pueril e ilusório atribuir a todos os homens esta capacidade adquirida e não inata, do mesmo modo como seria pueril supor que um operário manual possa desempenhar a função do maquinista ferroviário. É pueril pensar que um 'conceito claro', oportunamente divulgado, se insira nas diversas consciências com os mesmos efeitos 'organizadores' de clareza divulgada... A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-as às novas condições, etc, esta capacidade é uma 'especialidade', uma "qualificação", não um dado do senso comum vulgar"<sup>10</sup>.

É importante salientar que uma determinada superestrutura não precisa corporificar-se para constituir-se enquanto tal. Por

10. GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, p.173.

exemplo, o "medo" que os trabalhadores possuem de enfrentar a disciplina capitalista da empresa e também uma instituição, cujo caráter histórico é dado pelas relações sociais objetivas assim como elas existem na sociedade como um todo e, principalmente, na produção econômica. Dessa forma, possui também um poder material de influir na realidade. E o campo conhecido como dos valores ou da cultura, que tem também um determinado grau de influência nas relações objetivas da sociedade.

Na construção do seu pensamento, Gramsci preocupa-se bastante com o papel das superestruturas na sociedade, assim como a função nelas desempenhada pelos intelectuais. Preliminarmente e a partir dos escritos do autor, podemos definir superestrutura como a sedimentação de idéias que, nascendo no "terreno originário da produção econômica", onde as "classes fundamentais" se enfrentam de forma direta, terminam historicamente por corporificar-se, interna ou externamente ao processo de produção imediato do capital. Ou então, mantendo-se apenas no terreno ideal, valorativo, também historicamente acabam por enrijecer-se ao nível do pensamento e, por isso, constituir-se em força material quando consideradas ao nível das relações sociais concretas.

Parece-nos que Reich capta de uma forma bastante precisa como a superestrutura pode adquirir força material e agir sobre a estrutura:

"Mas, na medida em que uma ideologia transforma a estrutura psíquica dos homens, ela não se limita a reproduzir-se, mas, o que é mais importante, tornou-se força ativa, poder material, sob a forma de homens que por esse modo foram concretamente transformados e por

esse fato agem de modo transformado e contraditório. E dessa maneira, e dessa maneira *somente*, que se torna possível o efeito de volta da ideologia de uma sociedade sobre a base econômica, da qual proveio"<sup>11</sup>.

Quando falamos de um autor tão complexo como Gramsci, ao qual iremos nos referir bastante neste trabalho, é importante salientarmos alguns aspectos da construção do seu pensamento, que sofre, como todos os outros, uma influência histórica decisiva. Para uma análise da sociedade capitalista, tanto da época do autor como de hoje, muitos conceitos utilizados pelo mesmo podem, apesar das suas modificações históricas, serem úteis para essa análise e para uma ação prática no sentido da superação dessa sociedade. Porém, não podemos perder de vista que o pensamento de Gramsci, como de qualquer autor, deve ser historicamente situado e, nesse caso, devemos sempre ter em conta que ele parte de uma preocupação muito precisa, que é o problema da revolução italiana:

"Gramsci havia formulado de maneira definitiva as premissas teóricas capazes de destacar os traços essenciais da revolução italiana, com a aliança entre operários e camponeses e depois o alargamento do novo bloco com a inclusão dos trabalhadores intelectuais, que, pela primeira vez em 'A Questão Meridional', terão o papel de traço de união entre estrutura e superestrutura"<sup>12</sup>.

E assim que muitas questões que são preocupação do autor, são de fato importantes na medida em que se colocam como fundamentais para a construção do processo revolucionário na Itália. E assim também com a questão dos intelectuais: o problema da sua

11. REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo*. Porto, Edições Escorpião, 1974, p.21.

12. MACCIOCHI, M. A. *A favor de gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.126.



formação, o caráter cosmopolita dos intelectuais italianos, do papel negativo desempenhado por estes no que diz respeito à formação dessa sociedade, que resultam num acúmulo muito grande de escritos sobre cultura, principalmente italiana.

Outra problemática que se apresenta no pensamento de Gramsci e que se relaciona com o problema da superestrutura, é a que se refere ao conceito de "hegemonia". Segundo Sasson, muitos autores concordam que hegemonia "é o conceito chave dos 'Quaderni del Carcere' e sua contribuição mais importante para a teoria marxista"<sup>13</sup>. Esse conceito é central também na prática da FASE, segundo um técnico e ex-coordenador da instituição.

A questão da hegemonia, em Gramsci, está indissoluvelmente ligada à luta de classes e só analisada dessa maneira adquire sentido. A hegemonia é hegemonia de uma classe sobre classes inimigas, é a luta pela construção da hegemonia de uma classe ora subordinada, dos aspectos que envolvem todos os processos da luta de classes e, particularmente, da tomada do poder pelo proletariado.

Os dois eixos básicos sobre os quais uma determinada hegemonia é exercida são direção e dominação. A classe que se pretende dominante deve construir sua direção sobre outros grupos aliados, o que, na época, dizia respeito à aliança entre operários e camponeses. E deve ser dominante, isto é, reprimir pela força, seus inimigos de classe.

"E por sua hegemonia que uma camada social exerce sua dupla função de direção e dominação... Deste modo, ela não visa somente obter um consenso geral pela persuasão,

---

13. SASSON, A. S. Hegemonia. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p.177.

mas também a reprimir o adversário pela força"<sup>14</sup>.

Sem nunca desprezar o aspecto da dominação, isto é, da repressão pela força, é sobre o problema da direção que o autor mais se dedicará, contrariamente ao que, segundo os autores consultados, ocorre na obra de Lênin.

A questão da direção envolve a construção, no seio da sociedade civil, de um determinado consenso entre a classe que luta pela hegemonia e grupos aliados:

"... uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica de força, mas por ser capaz de ir além dos seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança intelectual e moral e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico"<sup>15</sup>.

A sociedade civil é o campo onde se situa a construção desse consenso, através das instituições sociais que veiculam uma concepção de mundo orgânica à classe dominante. Nesse processo, os intelectuais adquirem uma importância fundamental pois funcionam como cimento, são elementos de ligação entre a infra e a superestrutura, e são os agentes responsáveis, na sociedade civil, pela veiculação das idéias hegemônicas das classes dominantes.

Gramsci enfatiza repetidamente a necessidade de que a disciplina de um grupo social que se pretende força hegemônica seja fruto de uma construção interior e não de imposição externa, isto é,

---

14. MACCIOCHI, M. A. *idem*, p.128.

15. SASSON, A. S. *idem*, p.177.

não fruto da coerção. E dessa forma que se apresenta o problema da formação de uma vontade coletiva, necessidade histórica de uma classe social na luta pela hegemonia:

"A coletividade deve ser entendida como fruto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares; daí, portanto, a necessidade da disciplina interior e não apenas da disciplina exterior e mecânica"<sup>16</sup>.

Sendo hegemonia, hegemonia de uma classe social, o ponto fulcral em que se baseia é o terreno econômico, onde as classes fundamentais se enfrentam. Porém, na sua luta, uma classe precisa superar seu momento imediatamente econômico-corporativo e perceber que estão em jogo, primeiro, interesses de uma classe social inteira e, segundo, de outros grupos sociais, para assim poder construir sua base de consenso. Desse modo, quando Gramsci se refere aos graus de relações de força na sociedade, este último momento é considerado o mais "abertamente político, que assinala a passagem nítida da estrutura para as superestruturas complexas", como superação do momento ligado à estrutura propriamente dita, o qual é "*independente da vontade dos homens*". E o momento em que "as ideologias germinadas anteriormente se transformam em 'partido'"<sup>17</sup>.

Essa é também a idéia apresentada por Sasson, no "Dicionário de Pensamento Marxista": a classe hegemônica é verdadeiramente política, porque vai além dos seus interesses

16. GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*, p.168.

17. GRAMSCI, A. *Notas sobre Maquiavel, sobre a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, p.49.

econômicos imediatos, para representar o avanço universal da sociedade. Para Gramsci, o aparelho hegemônico fundamental a ser construído pela classe trabalhadora é o partido político.

Um conceito difícil de apreender em Gramsci é o de sociedade civil. Em Hegel, sociedade civil se identifica com sociedade burguesa, como "esfera dos indivíduos que deixaram a unidade da família para ingressar na competição econômica" e se contrapõe ao Estado ou sociedade política<sup>18</sup>.

Para Macciocchi, em "Americanismo e Fordismo" Gramsci contribui decisivamente no sentido de apontar as "casamatas e cidadelas" da sociedade civil e, assim, o terreno em que se desenvolve a luta operária no capitalismo organizado em escala mundial. Em nossas leituras dessas notas do autor, onde o foco é a introdução do taylorismo nos Estados Unidos, o aspecto que se destaca é o controle da vida da classe operária subjacente à racionalização do processo de trabalho. Esse controle e formação de hábitos, necessários a um padrão de produtividade, é exercido tanto pelas organizações econômicas como pelo próprio Estado, mais originariamente pelas primeiras, como no caso dos Estados Unidos que analisa Gramsci.

A sociedade civil compreenderia os aparelhos "privados" de hegemonia, em oposição à sociedade política. Todavia, essa distinção entre sociedade civil e política é apenas metodológica, na medida em que, na realidade, elas não são separáveis.

Para Cury, as agências da sociedade civil mediam a direção da sociedade e são através delas que uma classe dominante mantém o

18. SASSON, A. S. Sociedade civil. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p.351.

seu consenso.

Ir além dos interesses econômicos imediatos, na Itália da década de 20, estava associado à aliança entre a classe operária e o campesinato; da necessidade de compreensão por parte do proletariado da identidade existente entre seus interesses e os interesses dos camponeses. Mas, também, e principalmente, da conquista e aliança com os intelectuais tradicionais e da construção pela classe operária de seus próprios intelectuais, os quais colaboração para a produção de um novo consenso. Este sistema de alianças será a base social do novo Estado em construção pelo proletariado.

A importância dos intelectuais para Gramsci, deve-se, como foi dito, ao poder que desempenham como elementos de ligação entre infra e superestrutura.

Porém, e isto é o mais importante para nós, esse papel dos intelectuais nas superestruturas, não exclui, para Gramsci, as necessárias transformações no mundo da produção e mesmo o papel que aí desempenham os intelectuais. Isto fica claro quando o autor analisa a questão dos intelectuais urbanos:

"Na média geral, os intelectuais urbanos são bastante estandardizados; os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o autêntico Estado-Maior industrial"<sup>17</sup>.

No entanto, a preocupação principal de Gramsci não parece encontrar-se no enfrentamento, conquista ou superação dos intelectuais urbanos no campo das relações de produção, e sim no

---

17. GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*, p.13.

papel desempenhado pelos mesmos nas superestruturas da sociedade não referentes à produção propriamente dita. Isto se dá na medida em que, para Gramsci, o problema da revolução italiana e mesmo da revolução em geral, está diretamente ligado à tomada do poder político pela classe operária, entendido como superação da atividade e da representação puramente econômica, cuja expressão mais elevada é a organização em partido. Esta perspectiva é mais acentuada nos escritos do período do cárcere.

As origens dessa construção devem ser buscadas também na revolução russa, modelo inspirador de todos os revolucionários da época de Gramsci. Os fatos e as teses brotados desse processo, principalmente as de Lênin, influenciarão decisivamente o autor: os sovietes (conselhos operários), o partido bolchevique, a ditadura do proletariado.

Assim, quando é o problema da revolução proletária o que se coloca, a análise da superestrutura secundariza o mundo dito econômico, para adquirir maior relevância nos quadros da organização política da sociedade referida aos partidos, aos intelectuais, ao Estado.

De fato, tais afirmações não podem ser feitas de um modo assim tão exato. Não é fácil, pelas condições em que foi construído, apreendermos no pensamento gramsciano a organicidade e unidade que o próprio autor tanto almeja em termos de uma organização proletária. Mas, sobretudo, tal organicidade deve e pode ser apreendida não na obra mesma, mas na sua relação histórica com as práticas sociais nas quais é construída.

Dessa forma, há períodos e escritos de Gramsci que parecem

desmentir o que dissemos anteriormente. Alguns exemplos dão prova mais do que suficiente de que ele atribuía ao trabalho direto com as massas operárias e sua produção ideológica uma importância central. Isso fica particularmente evidente quando escreve sobre o "Ordine Nuovo" (Nova Ordem), escola do Partido Socialista Italiano (PSI), e que tem uma atuação destacada na formação de militantes, que impulsiona e é favorecida pela prática dos conselhos operários italianos, na seqüência dos soviets russos. E precisamente nessa época, que expressa a atividade de Gramsci no grupo 'Ordine Nuovo', que a produção intelectual do autor demonstra maior preocupação com as formas de organização próprias dos trabalhadores. Nesse momento, Gramsci atribui aos conselhos um papel superior ao próprio partido político no processo revolucionário.

"As organizações revolucionárias (o partido político e o sindicato profissional) nasceram no campo da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia em geral, em um campo onde subsistem as relações de cidadão para cidadão: o processo revolucionário é exercido no campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor para oprimido, de explorador para explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia"<sup>20</sup>.

Nessa dada conjuntura, o problema da educação da classe operária se colocava, para o autor, a partir e na própria atividade produtiva, nas lutas na fábrica.

Porém, por mais que situe os partidos no âmbito da democracia burguesa, e por mais que realce o poder e as lutas na

---

20. GRAMSCI, A. & BORDIGA, A. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.93.

fábrica no que se refere a um processo revolucionário, as organizações partidárias

"enquanto são reconhecidas pelas grandes massas como um seu reflexo e um seu aparelho embrionário de governo - atualmente o são e sempre mais se tornarão os agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação que toda a classe trabalhadora tentará no curso do processo revolucionário"<sup>21</sup>.

Ou seja, o processo revolucionário tem seu local privilegiado na produção, mas os agentes diretos responsáveis pela emancipação da classe trabalhadora, assim como o seu "aparelho embrionário de governo", são os partidos políticos. Duas teses historicamente difíceis de conciliar.

No nosso entender, essa ambiguidade na produção do autor sucede-se em função da tentativa de conciliar dois movimentos opostos. O primeiro, refere-se à efervescência dos conselhos operários italianos, o potencial revolucionário que demonstravam, sendo uma atividade na qual Gramsci era particularmente ativo através do Ordine Nuovo. Essa prática contrastava com as vacilações e a integração do PSI na atividade parlamentar. O segundo, diz respeito à inspiração que vinha da revolução russa, cujo modelo e as teses da ditadura do proletariado e do partido proletário quase ninguém ousava contestar.

A ambigüidade permanece nos escritos posteriores de Gramsci. Sua produção no cárcere continuava a realçar a necessidade das lutas nos locais de trabalho e da educação comunista dos operários. Por exemplo, quando, no "princípio educativo", aponta

21. GRAMSCI, A. & BORDIGA, A. *idem*, p.93.



para a "elevação do esforço muscular nervoso" como base para a construção de uma nova sociedade. Ao mesmo tempo, porém, segue percebendo a superação das lutas imediatamente econômicas como expressas necessariamente numa organização de intelectuais externa ao mundo da produção.

Gramsci sem dúvida inclui na superestrutura o nível das relações de produção, isto é, as formas ideológicas produzidas pelas lutas de classes ocorrendo no processo de exploração da força de trabalho. Porém, essas lutas devem transcender o terreno imediatamente econômico e alcançar o nível do político. Essa conquista, se considera o ponto de partida numa atividade prática relativa ao campo da exploração, encontra seu momento privilegiado, sua direção e seu controle numa organização externa às relações produtivas. Portanto, se essa superação do momento dito econômico inclui, na luta pela hegemonia, a transformação das relações sociais e as lutas no quadro da produção capitalista, sua expressão máxima é uma organização de intelectuais, o partido político, novo "príncipe moderno".

Gramsci não concebia o terreno da produção econômica e o da superestrutura política como dois mundos separados. Sua compreensão da relação entre uma organização de intelectuais e as massas trabalhadoras exigia que as massas fossem constantemente educadas e passassem a integrar a direção partidária; que o partido, através do centralismo orgânico, isto é, um centralismo que "leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelar-se da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia"<sup>22</sup>,

22. GRAMSCI, A. *Notas sobre Maquiavel, sobre a política e o Estado moderno*, p.83.

respeitaria o movimento próprio das lutas operárias e suas organizações.

Com todas as particularidades que sem dúvida existem no seu pensamento, é incontestável que a revolução russa constituiu um modelo para Gramsci. Mas o significado do "príncipe moderno" na realidade concreta da União Soviética contrastava, já desde 1919, em muito com as idéias de Gramsci<sup>23</sup>. Uma nova classe social ascendia ao poder, representando um desenvolvimento do capitalismo na forma de capitalismo de Estado. Essa nova classe social reivindicava a planificação da economia em detrimento da concorrência; a organização e gerência do processo produtivo; a integração das unidades produtivas em detrimento da sua parcelização.

Bernardo assim define as classes capitalistas brotadas do antigo modo de produção:

"a burguesia, representando a parcelização das empresas, a privatização da propriedade do capital; e uma outra classe, que consubstancia a integração tecnológica entre as unidades de produção; em virtude das funções predominantemente organizativas que esta classe desempenha, na união entre os vários processos particulares de fabrico (e, posteriormente, na própria organização interna de cada um desses processos) e, portanto, na orquestração interna do capitalismo como um todo, posso chamar-lhe classe dos gestores"<sup>24</sup>.

---

23. Logo após a tomada do poder pelos bolcheviques, passou-se à dissolução pelos mesmos da organização e do poder operário expresso nos sovietes, coisa que a guerra também favoreceu. A rotatividade e revogabilidade dos cargos foi substituída pela colocação nestes, de "técnicos", especialistas, com mandatos controlados pelo partido, os quais, muitas vezes, eram os próprios ex-proprietários das empresas. Estes atos eram justificados por uma necessidade de desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, pela identificação do processo revolucionário com esse desenvolvimento, extinguindo-se assim, a base da repressão, as novas relações sociais de produção que estavam a ser construídas pelos operários. Um exemplo de resistência operária à repressão bolchevique pode ser buscado em: KOLLONTAI, A. *A oposição operária: 1920-1921*. Porto, Afrontamento, 1977, 2.ed.

24. BERNARDO, J. *O inimigo oculto: ensaio sobre a luta de classes, manifesto anti-ecológico*. Porto, Afrontamento, 1979, p.36.

Entendemos que a problemática da classe dos gestores colocada por Bernardo possui repercussões no conjunto das formas de organização do capitalismo e tem importância particular para as idéias que temos desenvolvido. Ela se apresenta relacionada a outras questões, expressando um sistema teórico que, na nossa maneira de ver, apontam para possíveis respostas às questões lançadas pelo atual estágio do modo de produção capitalista.

Tendo as transformações profundas da sociedade que ser obra dos próprios trabalhadores que sofrem a exploração, é condição para uma prática educativa transformadora que ela parta da perspectiva da própria classe operária. Há uma profunda diferença em como um trabalhador capta a exploração na produção capitalista e o modo como um intelectual analisa esse processo, quando o analisa. Porém, a maneira como os trabalhadores percebem o dia-a-dia da produção contém em si aspectos objetivos e subjetivos que não podem de forma alguma serem desprezados, ainda mais quando essa percepção não é fruto da imaginação, mas reflexo da prática social concreta vivida pela classe. E, nesse caso, adquire importância fundamental uma concepção de superestrutura que abranja claramente no nível do político a luta de classes que ocorre no processo produtivo:

"O nível do político é o Estado, entendido como aparelho de poder das classes dominantes. Sob o ponto de vista dos trabalhadores, esse aparelho inclui as empresas. No interior de cada empresa, os capitalistas são legisladores, superintendem as decisões tomadas, são juizes das infrações cometidas, em suma, constituem um quarto poder, inteiramente concentrado e absoluto, que os teóricos dos três poderes clássicos do sistema constitucional têm sistematicamente esquecido, ou talvez

procurado omitir"<sup>25</sup>.

O autor define este quarto poder, o Estado referido a sua existência nas relações sociais de produção, como Estado Amplo. E o Estado referido aos poderes constitucionais clássicos como Estado Restrito. Desse modo, cremos que fica delimitado claramente como a superestrutura capitalista assume, no âmbito da produção, um espaço bem delimitado:

"O Estado globalmente considerado, a integralidade da superestrutura política, resulta da articulação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito"<sup>26</sup>.

A questão do Estado Amplo está diretamente relacionada com a prática social dos gestores, que é a classe que assume no campo da produção a gerência desse processo.

Mas o aspecto essencial reside, no nosso entender, no fato de que a partir dessa perspectiva, a problemática da superestrutura está identificada diretamente com a exploração capitalista da força de trabalho, já que os trabalhadores estão em contato direto com a classe que lhes explora e o Estado explorador. E as próprias instituições sociais que criam a partir dessas relações de luta irão assumir um caráter diferenciado.

Esse aspecto não pode ser percebido de forma tão clara em Gramsci. Na maior parte das vezes, o poder e a concreticidade do Estado se colocam, para o autor, num nível do político entendido como superação institucional das lutas que ocorrem nos locais de

---

25. BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais.*, p.162.

26. BERNARDO, J. *idem*, p.163.

trabalho, isto é, são outras as instituições que prevalecem enquanto importantes para as transformações sociais.

Para o autor e militante marxista, há uma necessária hierarquia nas organizações que se constroem nas lutas pelo socialismo. A maior identificação que obrigatoriamente o partido político deve ter com as lutas dos trabalhadores, lhe conferiria o direito de liderar a classe, a ocupar nessa hierarquia o lugar principal.

O Estado "Amplio", em Gramsci, assinalado tanto por Macciocchi quanto por Cury, tende em nossa opinião a restringir-se ao aspecto valorativo, ideal, do Estado enquanto educador, formador de consciências:

"O Estado ampliado (hegemonia encouraçada de coerção) se dá quando as agências da sociedade civil que operam com valores produzem a direção de uma sociedade. Os valores passam a fazer parte do Estado, através das agências que os elaboram"<sup>27</sup>.

Macchiochi fala da crescente influência que, segundo Gramsci, o Estado teria sobre a infra e a superestrutura "através dessa rede densa e impalpável de valores, comportamentos, condicionamentos - relativos à sexualidade, à família, ao alcoolismo, à alienação, à divisão do trabalho, etc - difundida entre os mesmos..."<sup>28</sup>.

Gramsci aponta o poder organizador da força de trabalho que possuem os capitalistas no interior da empresa. Em "Americanismo

---

27.CURY, C. R. J. *Educação e contradição*. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985, p.51.

28.MACCHIOCHI, M. A. *A favor de Gramsci*, p.147.

e fordismo", salienta como a estrutura que esses fenômenos do capitalismo fundavam, dominava toda a superestrutura:

"A hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade, para se exercer, senão de uma quantidade mínima de profissionais da política e da ideologia"<sup>29</sup>.

A pergunta que colocamos então é a seguinte: se o Estado, enquanto superestrutura política, penetra na consciência dos trabalhadores através da sua atividade no terreno da própria produção econômica, o que impede a classe operária de construir uma nova sociedade com base nas formas sociais gestadas no enfrentamento direto a esse Estado?

Mas o próprio Gramsci afinal confirma sua visão de Estado excluído das relações de produção quando, ao falar da antecipação das lutas nos locais de trabalho à crise capitalista, afirma o "exercício das capacidades dirigentes da classe operária em níveis não estatais (os centros de produção onde vivem, lutam e trabalham os operários), para desenvolver sobre essa base sua aptidão à gestão do Estado"<sup>30</sup>. Nesse trecho fica claro que quando se trata das lutas operárias para a destruição do capitalismo, o enfrentamento nos locais de trabalho não é entendido como enfrentamento direto ao Estado, mas sim como meio, como caminho na construção do principal. Tais lutas adquirem, nessa perspectiva, um caráter puramente econômico.

Insistimos que tais teses de Gramsci demonstram uma influência inequívoca da revolução soviética. Por isso, segundo

29. GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1970, p.311.

30. MACCIOCHI, M. A. *A favor de Gramsci*, p.147.

nosso ponto de vista, há uma contradição insolúvel no sistema todo. Contradição que vem já da época do Ordine Nuovo. De um lado, a imprescindibilidade das lutas operárias no campo da produção. De outro, a tentativa de conciliar essa prática com o que ele entende como sua superação no momento dito político, expresso por uma organização partidária, o "príncipe moderno".

No núcleo desse crédito absoluto de Gramsci num partido político, está o fato do mesmo não acreditar na possibilidade da classe operária organizar-se autonomamente no processo de suas lutas e, através das organizações criadas, revolucionar o modo de produção capitalista e criar um outro tipo de sociedade. Para Gramsci, existe uma insuficiência orgânica da classe trabalhadora, criada no movimento próprio da estrutura do modo de produção, a qual limita suas capacidades intelectuais, contribui para a dispersão de forças e, por isso, exige uma organização de homens disciplinada e coordenadora da sua prática:

"O movimento proletário, na sua fase atual, tende a realizar uma revolução na organização das coisas materiais e das forças físicas; os seus traços característicos não podem ser os sentimentos e as paixões difundidas na massa e que sustentam a massa; os traços característicos da revolução proletária podem ser apenas procurados no partido da classe operária, no Partido Comunista, que existe e se desenvolve enquanto é a organização disciplinadora da vontade de fundar um Estado, da vontade de dar uma sistematização proletária à ordem das coisas físicas existentes e de lançar as bases da liberdade popular"<sup>31</sup>.

Salientamos ainda uma vez, que muitas vezes o partido

---

31. GRAMSCI, A. *idem*, p.259.

político de Gramsci assume uma conotação bastante ampla e é inegável que na proposta do autor, essa organização se diferencia enormemente dos partidos políticos burocratizados resumidos ao parlamento. São inúmeras e conhecidas as citações nesse sentido.

#### a) Sindicatos e lutas autônomas

Como entidade de educação popular, as principais instituições com as quais a FASE se relaciona são as ligadas ao movimento sindical, basicamente os sindicatos e uma central sindical, a CUT. E também através dos sindicatos ou da mediação da ação sindical que a FASE atinge as organizações operárias internas às empresas, um de seus principais objetivos nos últimos dez anos de atividades.

↪ A hipótese que esboçaremos aqui é a de que existe uma contradição na prática da entidade, que se expressa na tentativa de conciliar, nos seus objetivos, práticas sociais que envolvem classes antagônicas. De um lado, estão os trabalhadores, os quais a FASE estimula a se organizar e criar formas institucionais próprias, assim como assessorá-los nessa organização, entendidas como opostas às capitalistas. De outro, esse trabalho educativo tem como mediação as entidades sindicais, instituições cujo objetivo é administrar as lutas dos trabalhadores e que, portanto, em conjunto com os setores do capitalismo ocupados com as funções de administração, planificação e organização, formam a classe dos gestores.



Os sindicatos foram o primeiro tipo de organização fundada pela classe trabalhadora como forma de luta contra o capitalismo. No século passado, tais organizações tinham um caráter muito diferente do que possuem os sindicatos atuais. Sua composição era basicamente de operários, que se reuniam nos horários em que não estavam trabalhando, se sustentavam através de contribuições espontâneas e não tinham qualquer privilégio com relação ao restante da classe. Os sindicatos eram a classe operária organizada.

Em sua evolução os sindicatos transformaram-se de instituição representativa dos interesses e das lutas operárias, em instituição cooptada e necessária à sobrevivência do capitalismo. No marxismo atual e mesmo desde o início do século, são majoritárias as opiniões a respeito do caráter exclusivamente capitalista dos sindicatos, variando as formas pelas quais esse caráter é definido.

Uma primeira definição, contraditória, desse caráter capitalista, refere-se à questão de os sindicatos representarem a classe trabalhadora em algo que é necessário ao capitalismo para sua continuidade, isto é, na relação de assalariamento, não colocando em causa o fenômeno da exploração. Gramsci afirmava, nesse sentido, os limites dos sindicatos para representar os trabalhadores, e em contraposição reivindicava o poder dos conselhos operários para cumprir essa função:

"A ditadura proletária pode se encarnar em um tipo

de organização que seja específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados, escravos do capital. O Conselho de Fábrica é a principal célula dessa organização"<sup>32</sup>.

Os sindicatos, ao cumprirem seu papel de controle do preço da força de trabalho dos trabalhadores, estariam nada mais fazendo do que reproduzindo uma relação que é inerente à produção capitalista:

"Os Sindicatos Profissionais, as Câmaras do Trabalho, as Federações Industriais, a Confederação Geral do Trabalho, são o tipo de organização proletária característico do período da história dominado pelo capital. Em um certo sentido pode-se afirmar ser ele parte integrante da sociedade capitalista, e tem uma função que é inerente ao regime da propriedade particular"<sup>33</sup>.

Anderson afirma ainda que qualquer forma de sindicalismo é uma "variante incompleta e deformada de consciência de classe"<sup>34</sup> e tanto ele como Gramsci, sobre o qual se apóia - e isto apesar do último mencionar a superioridade dos conselhos - reivindicarão a autoridade do partido como representante máximo da consciência de classe dos trabalhadores.

Porém, como podemos perceber, para ambos os autores o sindicato não perde seu caráter de "organização proletária" e o primeiro ainda acrescenta que é dever dos socialistas defenderem a liberdade e a autonomia dos mesmos.

32. GRAMSCI, A. & BORDIGA, A. *Conselhos de fábrica*, p.42.

33. GRAMSCI, A. & BORDIGA, A. *idem*, p.41.

34. ANDERSON, P. *Possibilidades e limites dos sindicatos*. Oitenta. Porto Alegre, V.3, L & PM, 1980, p.41.

Essa visão é representativa de uma tendência contraditória, que, ao mesmo tempo que afirma o caráter capitalista dos sindicatos, reivindica a necessidade da classe trabalhadora lutar pela ocupação desses espaços, da tentativa de aproveitar o potencial que teriam tais instituições, enquanto instrumentos de luta da classe. E assim que Mandel, depois de afirmar a tendência de "estreitar vínculos com o Estado" que caracteriza toda e qualquer doutrina sindicalista, diz que:

"organizações de massa (partidos, sindicatos) têm sempre ao menos um caráter duplo e continuam ao menos instrumentos potenciais de emancipação e de auto-atividade da classe. Eles são germes da democracia proletária no interior da democracia burguesa"<sup>35</sup>.

Tal concepção se sustenta num silêncio com relação a uma análise mais aprofundada do caráter de classe dos dirigentes sindicais, permitindo assim a identificação, mesmo que as vezes condenada, entre movimento sindical e operário. Assim, procura fazer a proeza de criar uma classe proletária ideológica, ao considerar operários os integrantes de uma instituição social que não vivem de seu trabalho, e sim do trabalho dos operários.

E também com base nessa perspectiva que os componentes da FASE-POA, majoritariamente identificados com uma tendência política defensora dessas teses, traçam seu projeto educativo, quando acreditam que é possível conciliar as organizações dos trabalhadores com o movimento sindical. E relevante verificarmos que por dez anos a instituição reafirmasse a necessidade do

35. MANDEL, E. Auto-organização e partido de vanguarda em Trótsky. *E. Tempo*. São Paulo, set 1990, p.14.

trabalho de "organização de base", contrapondo-se às tendências dominantes do sindicalismo CUT-PT, que em geral marginalizavam cada vez mais esse tipo de ação. Os insucessos que a FASE obteve nesse campo são fruto de sua incompreensão dos limites dessa perspectiva e conseqüentemente da visão teórica subjacente a sua prática.

Uma perspectiva mais atual que se enquadra nessa visão de sindicatos, a nível de Brasil, pode ser apontada em Boitto Júnior. Num extenso e bem documentado trabalho em que o autor analisa o "sindicalismo de Estado" no Brasil, Boitto Júnior critica o sindicalismo surgido da ditadura militar por não superar, nem se opor à estrutura sindical vigente e, pelo contrário, apegar-se a mesma, profundamente identificada e dependente do Estado<sup>36</sup>.

Do mesmo modo, acusa os limites de autores que vêm todo o problema do sindicalismo brasileiro no uso que é feito da máquina sindical, dotando a mesma de uma "maleabilidade" que segundo Boitto Júnior ela não possui. Mas, para o autor, esta característica de atrelamento ao Estado faz parte da existência histórica dessa instituição no Brasil, particularmente da estrutura do sindicalismo brasileiro. Característica que não existiria nos sindicatos de outros países.

Desse modo, Boitto Júnior se enquadra nas perspectivas até agora colocadas, que afirmam, para além de todos os limites das

36. BOITTO JUNIOR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, Unicamp, 1991.

entidades sindicais, a possibilidade e a necessidade da classe trabalhadora lutar pela posse dos mesmos e de transformá-los em entidades representativas de seus interesses.

Estas interpretações têm em comum, além de outras coisas, o fato de abstrair, na análise dos sindicatos, a questão da posição que ocupam tais instituições no conjunto do modo de produção capitalista e, portanto, do caráter de classe que apresentam em sua concreticidade. E, a partir daí, constatar não somente o seu caráter de entidades orgânicas ao modo de produção, mas também e principalmente o de organizações antagônicas à classe trabalhadora.

Na literatura brasileira que consultamos sobre o movimento sindical essa insuficiência é quase generalizada. Autoras como Manfredi<sup>37</sup> ou Campilongo<sup>38</sup>, por exemplo, falam de movimento sindical-operário, influenciadas sem dúvida pela conjuntura do "boom" do novo sindicalismo. Desse modo, tais interpretações ignoram as evidências que a prática tem insistentemente demonstrado. Nesse aspecto, é interessante notar como o "senso comum" dos trabalhadores e dos próprios sindicalistas supera em qualidade a produção acadêmica em geral. Ora, é muito pouco provável que ao perguntarmos a um sindicalista o que ele faz na vida, responda que é, por exemplo, metalúrgico ou bancário.

Pannekoek afirmava, já no início do século:

---

37. MANFREDI, S. *Educação sindical: entre o conformismo e a crítica*. São Paulo, Edições Loyola, 1986, p. 33.

38. CAMPILONDO, M. A. *O sindicato e fábrica: a nova expressão da luta de classes no movimento operário-sindical recente*. Seminário da ANPOCS, abr. 1988.

"no capitalismo desenvolvido e ainda mais na época imperialista, os sindicatos tornaram-se, e cada vez mais, associações gigantescas, que mostram a mesma tendência de desenvolvimento revelada pelo próprio aparelho de Estado burguês... Mas se o conteúdo essencial da revolução consiste no fato de que as próprias massas assumam a direção da sociedade e da produção - a consequência é que toda forma de organização que não permita às massas dominar e dirigir o seu próprio rumo é nociva e contra-revolucionária"<sup>39</sup>.

As interpretações anteriores, com exceção de Pannekoek, ignoram que a partir do momento em que um líder operário, por maior boa vontade que possua, entra no sindicato, entra também em uma nova relação social, cujas propriedades lhe conferem um caráter completamente oposto ao anterior, quando era um trabalhador. E, mesmo como operário, se a forma de luta que os líderes do movimento constroem no decorrer possuem como característica a transferência para os sindicatos do poder e da iniciativa de organizar os trabalhadores, os próprios operários acabam por reproduzir uma relação capitalista.

A função que caracteriza a existência dos sindicatos é a de controle do preço da força de trabalho. Como qualquer mercadoria, a força de trabalho possui um valor, que é regido pelas mesmas leis que fundamentam os preços de todas as mercadorias. Os sindicatos cuidam para que essa mercadoria especial, a força de trabalho, mantenha o seu valor, isto é, que

---

39. GORTER, H. Carta aberta ao companheiro Lênin. In: Tragtemberg, M. (org). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.29.

ela continue capaz de reproduzir-se enquanto tal, adquirindo para isso os bens de consumo necessários.

Por sua vez, os aumentos de valores da força de trabalho incidem no aumento dos custos de sua produção, o que exige dos capitalistas uma resposta compensatória que é dada na desvalorização da mesma força de trabalho, através de mecanismos de aumento da produtividade na produção dos seus bens de consumo. Como a acumulação não é um processo isolado, mas sim interdependente, isso força um aumento da produtividade dos bens que fabricam os bens de consumo e assim por diante.

Esse é precisamente o mecanismo da mais-valia relativa em ação, que se torna possível graças à recuperação, através do aumento da produtividade, das lutas passivas da classe trabalhadora:

"Assim os dirigentes sindicais aparecem, no contexto global do capitalismo, como gestores do mercado de trabalho; ou seja, integram-se nas classes capitalistas que em conjunto organizam o processo de exploração dos trabalhadores e gerem o seu processo de funcionamento"<sup>40</sup>.

Para que estes mecanismos de desenvolvimento da mais-valia relativa se verifiquem, é necessário que as lutas operárias não rompam com a relação de subordinação à disciplina sindical-capitalista, o que proporciona, segundo Bernardo, a

---

40. BERNARDO, J. *Capital, sindicatos, gestores*. São Paulo, Vértice, 1987, p.13.

possibilidade inclusive das burocracias sindicais e empresariais se anteciparem com relação aos efeitos das lutas, e assim planejarem os necessários incrementos no processo de produção.

Desse modo, é um determinado tipo de relação social entre a classe e o sindicato que é exigido. Os sindicatos não podem cumprir seus objetivos sem que mantenham sob seu controle as ações e possíveis iniciativas da classe, que podem colocar em causa os fundamentos desse processo se lutarem autonomamente.

Segundo Bernardo, este se constitui um lado mais conhecido do sindicalismo. Nas últimas décadas, porém, a esse quadro tem sido acrescentado uma outra função dos sindicatos, que é a de "patrões capitalistas". Bernardo enumera uma série de exemplos, a nível mundial, de sindicatos que, como decorrência de um acúmulo de capital em função do não investimento das contribuições nas lutas dos trabalhadores, acabaram por se tornar proprietários de bancos, empresas, etc.

Embora este seja um fenômeno com abrangência mundial, e com exemplos inclusive na América Latina (são citados Venezuela e México), ainda não é verificado no Brasil, onde transparece apenas o caráter gestorial dos sindicatos.

E, mesmo essa característica, permaneceu aparentemente atenuada durante algum tempo, em função do fenômeno do "novo sindicalismo", surgido durante a década de 70, mais precisamente no final da ditadura militar. Este tipo de sindicalismo colocava bandeiras que de certo modo contrastavam com a caracterização



que temos feito dos sindicatos, ao estimular, como nenhum outro movimento o fez na história brasileira, a organização autônoma dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Sader e Sandroni assim caracterizam o "novo sindicalismo": tendência à auto-organização no interior das empresas, privilegiando a "pressão direta sobre os empresários"; surgimento de uma "camada de operários" com uma prática sindical mais sistemática; "quebra dos padrões populistas de subordinação do movimento operário à lideranças políticas tradicionais" e "tendência à politização das lutas sindicais", através da autonomia administrativa e política (de classe) frente ao Estado<sup>41</sup>.

Como relata Campilongo, a palavra de ordem na época era: "os sindicatos somos nós, organizados na fábrica"<sup>42</sup>.

Na verdade, frente às entidades sindicais paralisadas pela intervenção militar, a única forma dos operários organizarem-se era a partir dos seus próprios locais de trabalho, reunindo-se clandestinamente nas Igrejas ou nos seus bairros. O fenômeno das lutas sindicais desse período mereceram, pela novidade que representavam, inúmeros estudos de âmbito acadêmico. Outros estudos atuais demonstram, porém, que o novo sindicalismo "falhou" justamente naquilo que era a base de sua própria configuração e sua principal bandeira, isto é, a organização nos locais de trabalho. A atividade da instituição objeto de nosso estudo é uma importante demonstração da contradição entre os

41.SADER, E. & SANDRONI, P. Lutas operárias e táticas da burguesia: 1978/80. In: Manfredi, S. idem, p.30.

42.CAMPILONGO, M. A. idem, p.16.

objetivos pregados pelo novo sindicalismo e sua prática. No momento em que a oposição se tornou situação, isto é, no momento em que os líderes que bradavam "os sindicatos somos nós, organizados na fábrica" transferiram-se para os organismos sindicais propriamente ditos, as atividades inerentes à burocracia passaram a impedir qualquer sincera tentativa dos dirigentes em "elevar a consciência das massas". As campanhas salariais, as lutas internas à diretoria, as campanhas de partidos políticos - cujos candidatos muitas vezes são os próprios sindicalistas - ou das renovações de diretoria, além das tarefas administrativas, mobilizavam toda a prática sindical. Descobriram, na prática, que o sindicato é uma instituição toda organizada com o objetivo de gerir a força de trabalho e que eles mesmos transformaram-se em gestores das lutas da classe. E, como consequência, foram aos poucos abandonando a preocupação com o trabalho de base.

Uma das provas disso é o fato das oposições sindicais brotadas com o novo sindicalismo que criticavam as direções anteriores por se perpetuarem nos aparelhos, repetirem agora a mesma prática. Com algumas modificações, muitas delas estão na segunda ou terceira gestão, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, Sindicato do Calçado de Novo Hamburgo, Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Sindicato dos Professores Particulares do RS, etc. Exemplo de que um dos aspectos que determina a prática sindical é a luta pela manutenção dos cargos.

O "novo sindicalismo" não podia cumprir com a tarefa prometida simplesmente porque a organização autônoma dos trabalhadores está em flagrante oposição com a vontade dos dirigentes sindicais. As formas potenciais que essas organizações podem configurar possuem características, fins, e utilizam meios completamente diversos às enrijecidas formas das burocracias sindicais, como pretendemos demonstrar nesse trabalho.

A primeira e mais estudada forma de organização autônoma dos trabalhadores foi, sem dúvida, os sovietes russos, que serviram de inspiração à inúmeras experiências construídas pelos trabalhadores em outros países:

*"Os sovietes são inerentes às revoluções russas de 1905 e 1917 e os 'Conselhos de Fábrica' se dão após 18 no ocidente como forma de democracia direta, revogabilidade da representação, superação do corporativismo sindical, afirmação da fábrica como centro privilegiado de luta operária e ao mesmo tempo, como viabilizadores da gestão operária da produção (na) fábrica, prescindindo dos capitalistas"<sup>43</sup>.*

Gramsci, como vimos, foi um desses ardentes e contraditórios defensores da organização operária interna às empresas. O autor reivindicava a radical autonomia dos conselhos frente aos sindicatos, ao mesmo tempo que sua subordinação aos partidos políticos.

Analisando o movimento das "comissões de fábrica" no Brasil

---

43. TRAGTEMBERG, M. Amadeu Bordiga: conselho de fábrica ou partido de classe. In: GRAMSCI, A. & BORDIGA, A. *Conselhos de fábrica*, p.16. Grifo nosso.

na década de 70, Tragtemberg afirma que elas são uma antiga reivindicação das oposições sindicais desde 1970 e que tomam como base as "comissões interfábricas e o novo sindicalismo"<sup>44</sup>.

E necessário antecipar que, para a caracterização das lutas operárias, assim como das formas organizativas que assumem, a denominação é o que menos importa. Desse modo, "Comissões de Fábrica", "Conselhos Operários", "Conselhos de Fábrica", "Comissões de Oficina", etc, devem ser referidos a sua existência concreta para se poder definir seu caráter de autonomia ou integração ao capitalismo.

Quando surge um movimento operário autônomo, a tentativa dos capitalistas é, ou cooptar a organização, ou reprimi-la pela força. Gramsci já mencionava a iniciativa dos governantes da época, na Itália, no sentido de tentar integrar o "Ordine Nuovo" na disciplina capitalista. E em 1982, como naquele momento, as autoridades brasileiras preocupavam-se com o "boom" das comissões de fábrica, procurando legalizá-las e integrá-las na disciplina capitalista. Na Folha de São Paulo de 24.03.81, o vice-Presidente da FIESP considerava que, apesar dos conflitos, o processo de formação das "Comissões de Fábrica" era "irreversível" e que os empresários deveriam assumir sua liderança<sup>45</sup>.

O que confere aos sindicatos esse conteúdo de forma organizativa contra-revolucionária é também o tipo de

44. TRAGTEMBERG, M. *Comissões de Fábrica*. São Paulo, CPV, 1984, p.47. Dossiê.

45. CPV. *idem*, p.47.

organização que subjaz à sua prática. Os trabalhadores, quando organizados autonomamente, também lutam por salários. Mas, no seguimento de suas lutas, eles têm a possibilidade de criar formas organizativas que coloquem em causa o capitalismo, coisa que não é possível na luta sindical. Nas assembleias promovidas pelos sindicatos, quem fala são os oradores profissionais, uma vez ou outra um trabalhador. Desse modo, os sindicatos evitam que os trabalhadores se relacionem diretamente e só através do sindicato essa relação se torna possível:

"Os sindicatos burocráticos têm um lugar bem marcado na gestão da força de trabalho e, portanto, na organização dos processos produtivos, como um canal autorizado para a expressão de reivindicações. E é precisamente porque constituem um elemento integrante dessa disciplina que obedecem à regra do fracionamento dos seus membros, cujo relacionamento recíproco decorre das relações estabelecidas por cada um com o aparelho sindical. Como sempre, um agente de reprodução é ele próprio, reproduzido. O único sistema organizativo que conhecem é o da delegação, e os postos são ocupados por períodos de tempo fixos e até, por vezes, vitaliciamente. A delegação sistemática, a representatividade perene, a criação de uma camada inamovível de representantes profissionais são a expressão institucional da passividade das bases"<sup>46</sup>.

Na relação entre os sindicatos e os trabalhadores, essas formas sociais capitalistas são reproduzidas. Assim, é somente pela mediação dos dirigentes que os trabalhadores relacionam-se com outros trabalhadores.

---

46. BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*, p.320.

## b) Lutas dos trabalhadores

Não é porque um certo tipo de luta reúne em torno de si apenas trabalhadores que podemos considerá-la vitoriosa, o que seria uma visão romântica. Mas afirmamos que suas lutas, quando levadas de forma coletiva e autônoma, tem sempre a possibilidade, no seu decorrer e com a educação que proporcionam, de criar novas relações sociais.

Bernardo assinala quatro formas que podem assumir as lutas operárias. Por um lado, estas lutas podem ser individuais ou coletivas e, por outro, passivas ou ativas. Boa parte das lutas dos trabalhadores não ultrapassam o âmbito individual:

"Qualquer conflito é organizado individualmente desde que seja posto em prática particularizadamente, não surgindo os seus agentes como um organismo único, mas constituindo cada um deles o ponto de referência último"<sup>47</sup>.

Quando as lutas se desenvolvem de forma individualizada, os trabalhadores não rompem a fragmentação em que estão inseridos na disciplina capitalista. Pelo contrário, reproduzem-na. Esse tipo de enfrentamento, uma resistência que praticamente se limita ao espontâneo, pode ser passiva ou ativa. As lutas individuais e passivas incluem o alcoolismo, o absenteísmo, a preguiça, "em suma, todos os modos práticos de reduzir o tempo de trabalho despendido sem para isso entrar em conflito aberto

---

47. BERNARDO, J. *idem*, p.317.

com o patronato... e sem que tal atitude resulte de uma deliberação conjunta dos trabalhadores"<sup>48</sup>.

Nas lutas individuais e ativas os trabalhadores arriscam separadamente o conflito aberto contra a disciplina capitalista, sem que isso seja fruto de uma decisão coletiva. Em relação ao caráter das lutas individuais e passivas, esse tipo de enfrentamento tem a vantagem de poder constituir-se em exemplo para os demais operários e, no seu decorrer, assumir um caráter coletivo.

Por não romperem com o essencial, as lutas individuais tornam-se alvo da recuperação capitalista, através dos mecanismos de aumento da produtividade da mais-valia relativa. Os conflitos desse tipo são previstos na disciplina das empresas e mesmo necessários do ponto de vista da produção, para a qual uma certa "liberdade" é exigida. O cumprimento rígido das normas da disciplina de trabalho se fundamenta na mais-valia absoluta, onde a vigilância se torna acentuada e a acumulação é menor.

Nas formas de organização operárias coletivas e passivas os trabalhadores estão reunidos num mesmo organismo, a luta tem como ponto de referência o seu conjunto, mas as decisões não acontecem a partir do seu interrelacionamento e sim pela mediação das organizações sindicais ou outras organizações que não as próprias dos trabalhadores, as quais cabe a iniciativa da ação:

---

48. BERNARDO, J. *idem*, p.317.

"As formas coletivas e passivas caracterizam-se, em suma, por reproduzirem o isolamento dos trabalhadores, cujo relacionamento recíproco só ocorreria isoladamente, na medida em que cada um entrasse em relação direta com a burocracia sindical ou política"<sup>49</sup>.

Estas lutas acabam reforçando a burocracia sindical, na sua função de gestão da força de trabalho. A burocracia procurará manter o controle das bases durante todo o processo de luta. Evitará que os trabalhadores ocupem as empresas, em caso de greve, e as assembleias se convertem em aclamação de seus principais oradores, enquanto os trabalhadores aprovam deliberações de reuniões de cúpula.

As lutas coletivas e ativas são, segundo Bernardo, a forma organizativa mais elevada que podem assumir as lutas dos trabalhadores. Nelas, eles atuam como um corpo único, e a ação de cada trabalhador repercute no comportamento de outro trabalhador. Nas formas de organização que expressam esse tipo de luta, os operários acabam por enfrentar a disciplina capitalista impondo ritmos próprios de trabalho, o que exige desde o princípio um conhecimento da produção e aponta ao mesmo tempo a tentativa de controle da mesma:

"ao organizarem-se, por iniciativa própria, em violação às normas, os trabalhadores estão a afirmar a vontade de decidirem o seu interrelacionamento durante o trabalho e, portanto, manifestam uma tendência prática ao controle dos processos econômicos. E neste sentido que se trata de uma forma de luta. E é uma forma

---

49. BERNARDO, J. *idem*, p.319.



coletiva, pois um dado trabalhador dificilmente podera modificar seu comportamento de trabalho sem o conjugar com a remodelação do dos colegas. E, portanto, uma forma ativa, pressupondo a iniciativa e a participação interessadas de todos os que colaboram"<sup>50</sup>.

Estas formas de luta, no seu decorrer guardam a potencialidade de criarem novos tipos de relação social, que questionem a disciplina e a hierarquia capitalistas. Algo que é importante para o nosso trabalho, é o fato de que os trabalhadores, ao imporem um tipo de relação produtiva desse tipo, demonstram um conhecimento profundo das forças produtivas e da tecnologia capitalista, ao mesmo tempo que o decorrer do processo exige uma apropriação cada vez maior desse conhecimento, assim como a modificação dos próprios padrões de produção segundo as relações criadas no processo:

"As formas coletivas e ativas de luta são antagônicas da disciplina capitalista e, por isso, se na luta passam a incluir-se processos de trabalho, é impossível que não rompam com o conjunto das normas vigentes na empresa e não instituem novas regras, decorrentes do modelo coletivo e ativo"<sup>51</sup>.

Neste sentido, é de fundamental importância a prática dos grupos informais ou clandestinos. Mesmo quando sua ação se resume à sabotagem, eles demonstram um profundo conhecimento do terreno da produção, na medida em que é necessário que os trabalhadores saibam como sabotar de forma a prejudicar o mais

---

50. BERNARDO, J. idem, p.320.

51. BERNARDO, J. idem, p.322.

possível a continuidade do processo.

O autor aponta também a importância que assumem as organizações autônomas dos trabalhadores mesmo fora dos locais de trabalho, onde visam a esfera da produção de nova força de trabalho, e a possibilidade de nesses espaços constituírem formas de relacionamento antagônicas ao capitalismo:

"Qualquer que seja o campo em que os conflitos se organizem de maneira coletiva e ativa, eles rompem, não negativamente, mas positivamente, com a disciplina capitalista, substituindo-lhe um outro sistema de relacionamento social. É esta a definição de autonomia dos trabalhadores na luta"<sup>52</sup>.

As repercussões desse tipo de ação da classe trabalhadora no terreno educativo são evidentes. A classe que luta demonstra desde o princípio um certo conhecimento da produção, anterior à própria luta e, no decorrer do processo, as formas de organização propiciam o acesso a outros conhecimentos que a luta exige. Conhecimentos não só da produção, mas das formas organizativas, da disciplina, da tecnologia, que contribuem para a formação intelectual e política da classe, ao mesmo tempo que demonstra a possibilidade de sua independência das organizações sindicais e intelectuais.

Desse modo, questionamos a concepção de Gramsci no que ele diz a respeito dos limites da consciência da classe trabalhadora e na correspondente dependência dessa consciência a uma

---

52. BERNARDO, J. *idem*, p.322.

organização partidária. Tal concepção subestima as potencialidades de luta da classe trabalhadora, subordinando-a à instituições que objetivam mantê-la sob seu controle e as quais não questionam o essencial das relações sociais capitalistas. Embora o papel que porventura venham a ter intelectuais identificados com as lutas dos trabalhadores, isto não os autoriza a serem seus dirigentes e a tentarem construir o que só pode ser obra de uma classe.

Os objetivos das organizações sindicais contrastados com a potencialidade das lutas dos trabalhadores, quando colocados objetivamente lado a lado na prática social, podem trazer conseqüências nefastas para os operários. Um movimento autônomo, tendendo a construir novas formas de relação social, enfrenta, por parte da burocracia dos sindicatos, uma tentativa de destruição ou cooptação.

Sem dúvida, um dos produtos do fenômeno do "novo sindicalismo" foi a integração de uma camada combativa de operários em estruturas de opressão e exploração capitalistas; a transformação dessa camada de antigos operários em gestores da força de trabalho. A existência de tais organizações é uma necessidade das democracias burguesas e a "transição democrática" brasileira incluía a gradual transformação de todos os aparelhos ditatoriais em organismos estáveis da liberdade democrática. Isso não podia ocorrer sem contradições, visto que a iniciativa da classe operária coloca de forma inevitável práticas potencialmente antagônicas na luta. Tais práticas

coexistiram na transição do sindicalismo autoritário e repressor para o sindicalismo democrático. Porém, no momento em que as direções do movimento colocavam como objetivo final a recuperação de entidades sindicais, isso resultou na recuperação democrática necessária à transição burguesa.

O que a FASE objetiva, como entidade de educação popular, é conciliar a organização de base com e pela mediação das práticas das entidades sindicais, e através também da democratização dessas últimas. O que nos perguntamos, nesse sentido, é quais os resultados que uma prática educativa desse tipo pode ter para as lutas dos trabalhadores. Na medida em que uma determinada prática educativa utiliza como mediação as formas de organização de uma instituição capitalista, no caso os sindicatos, quais os resultados que isso pode produzir para as lutas da classe operária?

### III - Breve Histórico da Instituição Objeto de Estudo

Nesse breve histórico da FASE, privilegiamos os aspectos mais recentes da vida da mesma, visto que nossos objetivos se situam nos últimos cinco anos de sua prática. Existe muito pouca documentação a respeito na instituição, e o documento básico de que nos valemos aqui foi enviado da FASE do Rio de Janeiro (FASE, 1983).

A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - surge no início da década de 60, como uma entidade paralela ao CARITAS. Este último foi criado no Brasil pelo Pe. Edmund Leising, "ex-provinciano" aqui do "Catholic Relief Services" (CRS), órgão de ação social da Conferência dos Bispos Americanos, cuja função era distribuir alimentos aos vitimados da guerra e da fome.

Segundo documentos da FASE, os objetivos do CARITAS se enquadravam na perspectiva geral do programa de caridade da pastoral católica no Brasil. Nessa conjuntura, desenvolviam-se no país os programas de alfabetização e o trabalho de Paulo Freire, na versão de "Educação Popular" que se inaugurava. Pertencendo a uma linha de pensamento que divergia da distribuição de alimentos como forma de combate à fome e em parte afetado pela conjuntura apontada, Pe. Leising decide fundar uma instituição que tivesse autonomia às diretrizes do CRS. Assim, em 1961, surgiu a FASE, entidade de caráter civil, cujos objetivos iniciais foram de captação e distribuição de

recursos aos pobres.

Apesar de sua autonomia, nesse período a instituição sofre influência direta das práticas do catolicismo norte-americano e se orienta por uma concepção pragmática e funcionalista, influenciada pelas Nações Unidas e pela Aliança para o Progresso. No entanto, se diferencia das entidades norte-americanas que tinham como princípio a pregação anti-comunista.

Como podemos perceber a FASE é, desde sua origem, uma entidade com ligações com a Igreja. Até hoje, a maior parte de seus recursos provém de instituições ligadas a Igreja, tanto católica como evangélica.

Nos primeiros anos (61-63), os recursos captados são de destinação aos trabalhos de ação social e projetos de educação popular. Com o golpe militar de 1964, a FASE passa a constituir, como outras entidades ligadas a Igreja, uma espécie de escudo para práticas de organização de comunidades mais carentes. Embora predomine sempre um caráter técnico e assistencialista, os trabalhos desenvolvidos propiciam que a comunidade se organize e atinja pequenas melhorias em suas condições de vida.

Nesse período a entidade acrescenta ao seu trabalho, além da captação e distribuição de recursos, a "proposta de assessoria técnica aos trabalhos assistenciais e educacionais"(FASE, 1983, P.5). Para tanto, cria departamentos especializados e contrata profissionais para as respectivas áreas. Tratavam-se de projetos de "auto-ajuda" em que a ênfase dada era no eficiente

aproveitamento dos recursos que a própria comunidade podia dispor, visto que a "impessoalidade" do Estado impedia que esses chegassem aos "pequenos":

"Na realidade, a FASE oferece serviços técnicos em troca da licença de poder desenvolver um outro trabalho com a população alvo dos trabalhos assistenciais. Assim, ao entregar o carro, faz uma pregação entre os próprios paroquianos, procurando despertá-los para os interesses da comunidade paroquial" (idem, p.5).

Um outro caráter apontado nas iniciativas desse período é que subjacente à prática de captação de recursos estava uma tentativa de autonomia com relação às doações que vinham dos Estados Unidos, principalmente, e da Europa. Assim, em 1967 a instituição já contava com 30.000 contribuintes regulares, tendo condição, se quisesse, de dispensar as doações estrangeiras. As práticas desse período são bastante amplas, indo "desde campanhas para incentivar os abastados de paróquias ricas a doarem automóveis aos padres de paróquias carentes, até a assessoria para a construção de pequenas pontes, estradas e postos de saúde no interior do país" (idem, p.21).

O "Movimento de Criatividade Comunitária" (MCC) parece ter sido um marco na história da instituição, pelo fato de que acrescenta aos eixos anteriores a formação de líderes comunitários, o que pressupunha um relacionamento mais estreito da instituição com a comunidade. Esse movimento alcançou grande amplitude, totalizando 118 comunidades atingidas até 1969, com a

formação de 2.750 "animadores". E essa ligação maior com a comunidade, o contato entre os quadros técnicos da instituição e os movimentos que começam a se desenvolver na sociedade, que aos poucos propiciam um caráter mais militante dos seus indivíduos componentes, também vítimas da repressão da ditadura militar. De fato, numa oportunidade em que participamos como representante da Comissão de Direitos Humanos na abertura e classificação dos arquivos do DOPS/RS, da década de 70, encontramos, entre outros, documentos que falam do caráter subversivo que, segundo os mesmos, começava a assumir a FASE.

Segundo Minayo e Valha , esse papel que a instituição teve nos anos de ditadura militar, sua conseqüente ligação e formação dos agentes pastorais, permite que se pense a FASE "como uma das contribuições em torno do surgimento das comunidades de base"(idem, p. 15).

Nesse período, final dos anos 60, início dos 70, era muito grande a lista das entidades que financiavam a instituição, a maioria, como dissemos, ligadas à Igreja Católica.

Um fato importante dessa época são os Encontros Nacionais de Técnicos (ENATs), que propiciavam trocas entre "técnicos de espírito cristão" com "setores da Igreja com percepção mais aguda da questão social". A estrutura da instituição sofreu modificações importantes a partir da instalação das equipes interdisciplinares, as quais avançavam com relação à hierarquia e à centralização da concepção anterior de departamentos. O eixo



principal de atuação passou a ser a relação produção-população, procurando desse modo "desenvolver um trabalho direto com os trabalhadores ligados à principal atividade produtiva da região":

"A formação de pequenos grupos de trabalhadores para discutir aspectos profissionais e trabalhistas do seu trabalho fez com que surgisse uma ligação da 'técnica' com a 'política' e uma nova concepção de assistência técnica e de capacitação de mão-de-obra, em torno da questão sindical. Trata-se de um direcionamento que, à medida que a abertura vai se ampliando, aponta para a reorganização do movimento popular através da questão da oposição sindical" (idem, p.5).

A conjuntura da década de 70, com as progressivas manifestações de tentativas da população em se organizar e dos protestos contra a ditadura militar, colocaram novos desafios para a FASE. O próprio engajamento político que paulatinamente veio a caracterizar os componentes da instituição, fruto de uma estreita relação que vai adquirindo com as classes trabalhadoras, contribuiu, de certo modo, para um perfil mais militante e menos tecnicista que a FASE irá assumir.

Trata-se agora de contribuir para a reorganização das instituições populares, impedidas de existir nos períodos negros da ditadura. A FASE trabalhará com associações de moradores, oposições sindicais que lutam para desbancar as diretorias autoritárias, "assessoria jurídica relativa à questão da posse da terra rural e urbana e questões teóricas e práticas da comunicação popular, envolvendo a produção de subsídios

pedagógicos, como cadernos, cartilhas, filmes, slides, etc"(idem, p.6).

Os eixos básicos de atuação da FASE tem sido há muito tempo a educação e o desenvolvimento, assim expressos nos "Compromissos Básicos" de 1982:

"Promover nas parcelas da população com as quais trabalha a Educação e o Desenvolvimento, incentivando para tal compromissos de participação, organização, solidariedade e criando ou estimulando para esse fim atividades, movimentos, organismos e associações"(FASE, 1982a, p.3).

Onde é apontado também a opção pela educação popular e o trabalho junto a setores "menos favorecidos" da população brasileira. Este documento expressa uma espécie de marco na vida da instituição, ao apontar a necessidade da readequação de sua concepção de desenvolvimento à nova situação brasileira, questionando principalmente o "modelo de desenvolvimento capitalista do país". Constata que este modelo excluiu amplas camadas da população dos mais elementares direitos sociais e, portanto, coloca a exigência de "profundas transformações" e a "luta por melhorias imediatas das condições dos trabalhadores e pela ampliação da participação destes na vida e no processo de mudança da sociedade" (idem, p.5)

O mesmo documento enfatiza que a proposta de educação popular da FASE nasce do seu compromisso "com as camadas populares pela transformação profunda da sociedade"(idem, p.6).

Salienta que estes objetivos não podem ser alcançados sem a incorporação ao processo de "conscientização, organização e luta por essas transformações" de vastos segmentos das classes trabalhadoras que se encontram dele excluídos (idem, p.6). Define, desse modo, a população com a qual irá trabalhar: operários industriais, trabalhadores rurais e trabalhadores na área de serviços essenciais, isso com relação ao movimento sindical. Quanto ao trabalho junto aos movimentos populares (associações de moradores, etc), acrescenta que ele possui peculiaridades, dadas pelo aspecto territorial e não somente classista dos indivíduos que lutam nesses espaços.

Uma definição importante e que demarca de forma precisa as mudanças que estão ocorrendo na FASE é quando designa como destinatários diretos de sua prática "as camadas da população integradas no processo produtivo" (idem, p.8). Define também, que a intervenção educativa objetiva oferecer a estes destinatários "os elementos científicos necessários à identificação das causas de sua realidade econômica, política e social e do posicionamento dessas camadas no contexto da sociedade brasileira", além de tornar acessíveis aos mesmos "os mecanismos de opressão existentes na sociedade, nos seus aspectos econômicos, políticos e sociais" (idem, p.9).

Dois aspectos se salientam neste documento da instituição. O primeiro é um discurso em favor dos "excluídos", dos aliados dos "frutos do desenvolvimento", o que expressa um tipo de luta pela inclusão dessas camadas nas formas de vida estáveis do

capitalismo, da conquista pelos mesmos dos direitos sociais dessa sociedade. Esse discurso permanecerá no plano trienal atual da instituição. Outro aspecto é a incorporação de um discurso classista. Nessa época os quadros da instituição já sofreram a influência da penetração da FASE nos conflitos sociais e se identificam com o ressurgimento dos movimentos nascidos ainda na ditadura. O privilegiamento do trabalho com os setores ligados à produção diverge, de certo modo, do "discurso dos excluídos", ao menos se entendermos "excluídos" como os desempregados, os miseráveis, etc. Esse caráter de classe expressa também a organicidade que a instituição adquiriu com o movimento operário que vê ressurgir, com suas novas bandeiras.

Num outro plano, é a influência do surgimento do Partido dos Trabalhadores, ao qual majoritariamente estarão ligados os quadros da instituição e que, no caso da FASE-POA, terá a hegemonia de uma tendência mais à esquerda do partido.

Outra diretriz apontada pelo documento, a qual terá efeitos importantes na prática da FASE, é a decisão do "desligamento progressivo" das instituições com as quais trabalha no momento em que as mesmas tiverem adquirido uma certa organização, com eleições de suas diretorias, participação coletiva e outras condições (idem, p.11).

Um aspecto importante da vida institucional da FASE é a independência que cada escritório local mantém com relação aos outros, em virtude de questões como a especificidade das

populações atingidas e conseqüentemente da formação dos técnicos. Este aspecto é apontado pelos técnicos da FASE/POA, mas fica evidente também nos documentos da instituição.

A nível nacional a FASE possui escritórios em 19 localidades, distribuídas entre o "Programa Trabalhadores Urbanos", "Programa Trabalhadores Rurais", "Programa Assalariados Rurais" e "Programa Pequenos Produtores Rurais". Na FASE de Porto Alegre funcionam equipes da área sindical urbana e popular urbana.

Em Porto Alegre trabalham seis técnicos, três na área sindical e três na comunitária. Há ainda um setor de documentação, informatizado, com um importante acervo sobre os temas com os quais a entidade trabalha, tendo uma pessoa responsável exclusivamente por este setor.

Conta ainda com duas pessoas na área administrativa e uma em serviços gerais. Atualmente, a FASE está ampliando seu quadro em mais três funcionários, dois técnicos (um para cada área) e um na área administrativa.

#### IV - A Prática Social Educativa da FASE no Movimento Sindical e as Lutas dos Trabalhadores

Pensamos ter apontado no capítulo anterior, entre outras coisas, o significado da prática dos sindicatos diante das lutas dos trabalhadores. A base sobre a qual se sustenta nossa investigação é a relação social de mais-valia, fundamento da sociedade capitalista, e o modo como com ela se relacionam as lutas operárias e a prática sindical. É nesse contexto que adquire sentido em nossa investigação, a prática educativa da instituição objeto de estudo.

O modo como percebemos esses fenômenos do capitalismo, a concepção teórica em que baseamos nossas afirmações, aponta o caráter eminentemente capitalista dos sindicatos e seu papel controlador dos movimentos e ações da classe operária. Tão logo as oposições assumiram os aparelhos sindicais ficou evidente uma despreocupação do sindicalismo em educar a classe trabalhadora, no sentido da compreensão e conseqüente luta contra o fenômeno da exploração. Pelo contrário, as questões relativas à "organização de base" não ultrapassaram, em geral, o nível das intenções e dos programas. E, o mais importante de tudo isso, se os trabalhadores são mobilizados, é através da lógica sindical que eles se inserem em uma luta. Os mecanismos através dos quais a classe é inserida nas lutas, antes que trabalhar para um processo de conscientização e formação, contribuem para mantê-la na passividade e conseqüente dominação capitalista, assim como

para o reforço da burocracia sindical.

A crise econômica que afeta o país não fez senão aprofundar esta cisão entre o movimento sindical e as lutas operárias. As conquistas sindicais são produto das boas negociações que os dirigentes estabelecem com o patronato. Quando o sindicato negocia em bases favoráveis, cresce o número de sindicalizados, o montante do imposto compulsório e a confiança dos trabalhadores. Porém, num período de estagnação do desenvolvimento econômico em que a mais-valia absoluta domina enquanto sistema de exploração sobre a mais-valia relativa, os capitalistas se encontram em uma situação em que não podem conceder avanços significativos e contam com armas poderosas nesse sentido, principalmente um contingente enorme de desempregados.

↓ No que se refere à área da educação, pouco existe enquanto produção teórica no Brasil que analise as implicações para as lutas operárias de uma prática sindical percebida dessa forma. As afirmações vão quase sempre no sentido conservador de um tipo específico de prática sindical que contribui para a manutenção da passividade e alienação dos trabalhadores, sem perceber a raiz econômica que baseia a atividade política e o papel explorador dos sindicatos, assim como a necessária educação nesse sentido. Boitto Júnior, por exemplo, compreende que o problema do sindicalismo brasileiro tem um caráter nacional e se refere a sua estrutura e à ideologia populista que a sustenta. Para o autor, a adesão dos sindicatos à estrutura sindical

brasileira "é uma manifestação localizada da ideologia populista" e o mesmo atribui a essa ideologia "o papel fundamental na reprodução do sindicato de Estado e no funcionamento eficaz dos seus mecanismos de desorganização da luta sindical". Diz ainda, que é possível pensar no nexo "sindicato-revolução"<sup>53</sup>.

Esta não deixa de ser também a nossa preocupação aqui, mas, apenas, a partir da prática educativa de uma instituição que atua no movimento sindical, e não do movimento sindical em si.

A FASE-POA, no período que analisamos de sua prática, tem como preocupação principal o trabalho com as organizações sindicais. As formas como esse trabalho é realizado variam, dependendo das conjunturas específicas e das reavaliações internas pelas quais passa a atividade da instituição. Mesmo quando seu objetivo principal é a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, a concretização desses objetivos tem como mediação a prática sindical com seus respectivos aparelhos. Esta opção por assessorar o movimento sindical surgiu como seguimento de uma opção anterior da instituição, de organizar os trabalhadores com o objetivo de conquistar diretorias sindicais.

Isso significa que desde o momento em que colocou como seu propósito, como entidade de educação popular, a priorização de trabalhar com indivíduos ligados à produção, a FASE teve como

---

53. BOITTO JUNIOR, A. *O sindicalismo de estado no Brasil*, p. 18.



educ.  
60

legítimos, enquanto representantes dos trabalhadores, os sindicatos, e é para torná-los mais legítimos que com eles interage a instituição. Se os objetivos da FASE são de organizar os trabalhadores, na sua concepção é através dos sindicatos que esses objetivos são concretizados. Os sindicatos não são somente o meio, mas o fim de sua atividade educativa.

Como dissemos, os indivíduos que compõe a FASE possuem uma identidade - hoje diferenciada - com uma tradição de prática e de pensamento de uma tendência do Partido dos Trabalhadores, considerada da esquerda do partido. Essa tendência foi dominante na composição da instituição por um longo período e, de certo modo, ainda o é, embora a própria constituição da tendência e de sua relação com o partido hoje se apresente diferente. Assim, mesmo que hoje os indivíduos que compõem a instituição não sejam "orgânicos" à tendência, carregam na sua formação uma herança teórico-prática de uma militância na mesma. Por pessoas de fora da instituição, principalmente as do meio do mesmo partido político, a FASE era vista como "aparelho" de uma tendência, assim como outras organizações afins eram vistas como "aparelhos" de outras tendências.

△ A prática educativa inicial da FASE com os sindicatos data do final dos anos 70, inícios dos 80, marcada pela conjuntura de reacendimento das lutas dos trabalhadores frente a um regime militar. E o surgimento do que ficou conhecido como "novo sindicalismo" ou "sindicalismo combativo". A opção da FASE/POA em assessorar as oposições sindicais que se formaram é fruto

também da identidade política que através de sua prática os indivíduos da instituição já vinham tendo com os movimentos sociais.

"A opção de trabalharmos prioritariamente junto ao movimento sindical foi resultado de uma reflexão que surgiu em 1978 dentro do Regional da equipe sudeste-sul... Face à constatação que fazíamos sobre o peso dos setores operários na economia regional, as condições de trabalho, os baixos salários pagos aos trabalhadores, bem como o surgimento do movimento sindical combativo a partir do ABC paulista, compreendemos que a FASE, como entidade de educação popular, podia desempenhar um papel importante no sentido de impulsionar a discussão e a prática do movimento sindical à medida em que atuasse em algumas categorias de peso da região" (FASE, 1987/9, p. 4):

Com a ditadura militar, desmobilizaram-se as formas de organização que normalmente compõem a ossatura da democracia capitalista e, obviamente, todas as formas de organização que visavam construir um outro tipo de sociedade".

Na conjuntura em que a FASE opta por trabalhar na formação de oposições sindicais, os movimentos populares surgidos no fim da década de 70, início dos anos 80, mal esboçavam a construção de entidades. Entre estes estava o movimento sindical.

Boa parte das lutas dos trabalhadores nesse período era levada a cabo por fora das entidades sindicais, ocupadas pelos interventores dos governos da ditadura militar. Mas o fato de as lutas se darem dessa forma não pode ter por base somente o

controle dos sindicatos por representantes da ditadura. A questão era que os trabalhadores se organizavam e lutavam, porque precisavam fazê-lo, e isso independentemente dos sindicatos. É uma leitura histórica parcial da realidade a de que as lutas operárias da conjuntura 70/80 foram "parasindicais" porque não podiam se dar através dos sindicatos e esconde o fato de que os operários lutam, com ou sem sindicatos, negando assim a prática própria do proletariado.

Assim, é uma avaliação equivocada a que a FASE faz em 1982, quando diz que a estrutura sindical atrelada à ditadura é que leva os trabalhadores a se organizarem de forma independente:

"O entrave que significa a estrutura sindical brasileira no sentido de impedir o crescimento da consciência e organização dos trabalhadores levou a que estes se auto-organizassem em estruturas independentes do governo e mesmo dos partidos políticos. Foi o caminho encontrado para, efetivamente, defenderem seus interesses, sua própria sobrevivência física" (FASE, 1982, p. 1).

Ao mesmo tempo, essa leitura da realidade expressa uma concepção das organizações sindicais como a única forma possível de organização e deixa de perceber justamente o tipo de organização original que surge quando os operários lutam de forma autônoma, assim como os potenciais dessa luta.

Desse modo, ao analisar duas experiências que se diferenciavam pela participação ativa dos sindicatos, uma, e

impedimento por parte dos mesmos, a outra, a FASE avalia que no primeiro caso a organização sindical saiu "fortalecida" e, no segundo, "as chamadas 'organizações autônomas dos trabalhadores' tiveram um papel que, de direito, cabia aos sindicatos". Embora considere que ambas as situações demonstram a importância da organização dos trabalhadores, a FASE prefere se interessar pelos limites do sindicalismo atrelado ao Estado (idem, p. 2).

E com base nessa percepção que a entidade realiza nessa época seu trabalho com o movimento sindical. Tratava-se, então, de estimular e assessorar a organização de oposições sindicais aos sindicatos "pelegos", assim como as diretorias sindicais combativas.

Analisando o período 81/83, a instituição coloca que:

"Nosso trabalho anterior ao triênio que passou e cuja continuidade norteou a elaboração do Programa para o período 84/87 sempre esteve voltado à formação de oposições sindicais e assessoria a alguns sindicatos combativos que surgiam justamente dessas oposições... Assim, a organização dos trabalhadores, suas conquistas, a melhoria de suas condições de vida e o avanço de sua consciência estavam diretamente vinculados ao avanço do movimento sindical, das vitórias de oposições sindicais e conseqüente crescimento dos sindicatos combativos" (FASE, 1984/6, p. 1).

Fruto da cada vez maior penetração dos componentes da instituição junto aos trabalhadores que procuravam se organizar, sua atuação une o trabalho de assessoria educativa com a militância. Para um técnico da instituição, a prática desse período se caracterizava pelos objetivos de:

"organizar os movimentos populares; porque era o período de retomada das lutas sindicais, sociais, comunitárias, e a FASE jogou nesse processo, onde o aspecto primeiro foi o aspecto organizativo. E preciso organizar oposições, Associações de Bairro, criar associações, criar movimentos" (FASE, 1992d, p. 1).

Era um trabalho mais diretamente ligado aos movimentos que ressurgiam em oposição à ditadura militar. É fácil supor que o conteúdo militante dessa época ia até ao ponto do técnico da instituição se engajar em uma campanha para uma determinada oposição sindical, panfleteando na porta da fábrica junto com outros trabalhadores.

Nessa dada conjuntura dava-se também o surgimento de um partido de oposição - Partido dos Trabalhadores -, cuja base da construção foram as lutas operárias que então ocorriam, principalmente no ABC paulista, assim como a tentativa de formação de uma central sindical. Era um quadro em que não só os componentes da FASE, como também um grande número de intelectuais se aliava ao movimento operário nascente. Nesse sentido, a união entre o trabalho de assessoria e o de militante não era, para a FASE/POA, uma confusão, mas um requisito e uma necessidade, um papel que seus membros deveriam cumprir. Os técnicos poderiam, segundo a concepção da instituição na época, assumir até mesmo, de forma eventual, a própria direção do movimento que estavam a organizar (FASE, 1987, p. 5).

Os componentes da instituição, enquanto intelectuais, são também membros e construtores de um partido político, e logo

militantes desse partido. Suas preocupações como membros da FASE tinham uma separação muito tênue do trabalho de militantes do PT. Daí que o modo como faziam parte dos movimentos que surgiam exigia a necessidade de distinguir entre sua atividade enquanto técnicos da FASE e como militantes do partido. Distinção que era sobretudo formal, na medida em que era necessário resguardar uma certa autonomia da instituição. Assim, o mesmo documento citado assinala que a FASE se diferencia dos partidos na medida em que forma as lideranças dos movimentos, enquanto o partido, "mais do que intervir com propostas próprias, procura a direção do movimento, fornecer a liderança ou cooptá-las" (idem, p. 5). Porém, na prática essa distinção pouco significa, na medida em que ficava difícil diferenciar onde o trabalho de militância se caracterizava como ligado ao partido ou somente à FASE. Se o partido deve dirigir ou cooptar as lideranças e os técnicos da FASE, como militantes do movimento constroem essas últimas, então eram evidentemente funções complementares de um mesmo processo. O fato do documento procurar diferenciar "partido" e "FASE", e os limites em que consegue fazê-lo, demonstra a confusão que a prática dos indivíduos lhes apresenta.

O fato é que era a época do surgimento do sindicalismo combativo, cujas características principais pensamos ter esboçado no capítulo anterior. O marco referencial desse novo sindicalismo, sobre o qual existe consenso tanto na literatura estudada como na sua confrontação com as análises da FASE, foi

sem dúvida a organização dos trabalhadores em seus próprios locais de trabalho: "os sindicatos somos nós, organizados na fábrica" carregava consigo a contradição entre a afirmação da fábrica como espaço privilegiado de luta e de enfrentamento direto aos capitalistas, a não aceitação de qualquer outra liderança que não fossem os trabalhadores organizados, com o ao mesmo tempo reconhecimento dessa prática como sendo um movimento "sindical". A resolução dessa contradição, em função dos quadros operários e intelectuais que priorizaram uma prática de conquista dos aparelhos sindicais, deu-se, como toda a contradição, pela negação do seu contrário, o enfrentamento direto ao capital. Esse novo quadro manteve, porém já apenas no seu aspecto ideológico, isto é, como um instrumento de cooptação, a necessidade da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

↳ Um documento da FASE, de 1980, que analisa a situação sindical na grande POA, assinala o surgimento do "Grupo de Oposição Sindical de Novo Hamburgo", reunindo várias categorias, tais como metalúrgicos, sapateiros, bancários, professores, construção civil e outros, e que tem como objetivo principal "o aprofundamento da oposição sindical e o apoio aos trabalhadores que se articulam nessa luta":

"ficou aprovado no grupo que o trabalho deve ser feito junto aos sindicatos, visando reconduzi-los a sua tarefa principal, que é a organização pela base, para assim criar condições concretas para as lutas da categoria" (FASE, 1980, p.8).

↳ Desse modo, como dissemos, a forma como a FASE vai lutar pela organização dos trabalhadores enquanto entidade de educação popular, é via conquista das entidades sindicais. É importante destacar que já desde essa época a instituição afirma que a "organização pela base" é a "tarefa principal" dos sindicatos, o que é uma tentativa de incorporar essa preocupação na prática das novas entidades (idem, p.9).

Assim, a FASE discute com grupos de operários "programas de oposição de sindicatos combativos", faz acompanhamento jurídico, contribui na elaboração de boletins, projeção de filmes (campanhas), cursos de CLT e outros debates (idem, p.9).

↳ Em 1982 pelo menos três sindicatos contam com uma diretoria eleita com a participação da FASE/POA: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, o Sindicato do Calçado de Novo Hamburgo e o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Já uma avaliação do trienal 84-86 aponta a participação da FASE na conquista do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Novo Hamburgo como os primeiros realmente combativos no estado. Nessa época a instituição também trabalha na articulação da oposição sindical da construção civil. É particularmente importante na prática da instituição, já desde então, o trabalho na área de imprensa de oposições e diretorias sindicais. Com efeito, uma produção interna da instituição que expresse a interlocução com as diretorias dos sindicatos e os trabalhadores é quase inexistente. Mas, sem dúvida, sua contribuição na elaboração do



material junto ao movimento é muito grande, chegando por vezes a assumir a responsabilidade principal, como em 1982, na elaboração do jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

Uma das questões que se colocam para o movimento sindical dessa época é a criação de uma central sindical. E o período do debate CUT x CONCLAT e os integrantes da FASE, assim como a tendência e o partido a que pertencem, terão como uma das prioridades de sua prática no movimento sindical essa bandeira, se aglutinando posteriormente na CUT. A FASE apresenta como um seu objetivo o estímulo ao debate sobre a questão junto ao movimento sindical.

Um outro aspecto que define o caráter então militante da FASE é a forma como entra em suas prioridades o trabalho de organização de base. O significado dessa prioridade mudará com o tempo, como poderemos ver. Nesse período, porém, constitui quase a essência do movimento sindical na concepção da FASE, não existindo uma separação entre os dois: movimento sindical subentende organização de base, o que evidentemente é fruto do próprio movimento operário, onde esses dois tipos de organização tão opostos se apresentavam até certo ponto unificados. Assim, no trabalho de assessoria à recém eleita direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, coloca-se a necessidade de um "imediato trabalho de formação e de organização de grupos de trabalhadores dentro das principais empresas", e que envolve também a capacitação dos diretores sindicais para o trabalho dentro das fábricas (FASE, 1982, p.2). Além disso, havia a

intenc<sup>ção</sup> e, mais ainda, a prática de militância integrada ao movimento comunitário. Nas tarefas da FASE junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas inclui-se o "intercâmbio com as lideranças comunitárias com as quais a oposição ainda não tem contato"(idem, p.3).

Essa articulação entre o movimento comunitário e o sindical na época da ditadura militar chama a atenção, na medida em que hoje essa ela não é tão orgânica. E mais um aspecto do modo como então se organizavam os trabalhadores. Neste sentido, é importante observar que uma outra característica das lutas sociais desse período era uma maior unificação entre o movimento operário e as lutas de moradores. Seria importante investigar porque essa unidade foi rompida, a partir do processo de democratização do país. Perceberemos no capítulo sobre a FASE como instituição, que novamente ela reflete essa realidade, ao progressivamente também reproduzir em sua organização interna a cisão dos movimentos.

A avaliação do trienal 84-86 aponta a "colaboração decisiva" da FASE na conquista de mais quatro sindicatos: Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, Rodoviários de Canoas, Calçado de Sapiranga e Calçado de Novo Hamburgo. Também é apontada a participação na construção da CUT/RS, "primeiro na sua estruturação e depois através da Secretaria de Formação" (FASE, 1984/6, p.3).

O Trienal 84-86 representará uma primeira mudança na prática

da instituição, fruto da constatação que faz a entidade do novo movimento sindical. Com efeito, a partir da conquista e construção de vários sindicatos combativos, o movimento passa a ter uma dinâmica própria e se torna impossível que a FASE mantenha um trabalho tão intenso em todos os sindicatos. Mas não é a partir dessa expansão do novo sindicalismo que a entidade fará modificações em sua prática, e sim em função da debilidade que o movimento ressurgido apresenta, particularmente nas questões de democracia sindical - entendida no seu duplo sentido de democracia interna à diretoria e democracia na relação com a base - e da organização por local de trabalho.

Conforme já apontamos, tão logo as oposições sindicais do sindicalismo combativo conquistaram os respectivos aparelhos, o trabalho de militância nas fábricas quase desapareceu. Imaginamos o conflito que representava para os educadores e militantes que acreditavam que a diferença principal entre o sindicalismo atrelado ao Estado e o combativo era esse tipo de trabalho direto e permanente com a categoria, quando na prática esse tipo de atividade foi abandonado.

Assim, além do sempre necessário trabalho de "capacitação da gestão administrativa" das diretorias eleitas, a FASE passa a dirigir sua atuação "...também e principalmente para atividades de formação que privilegiem a organização dos trabalhadores por local de trabalho e sua integração a organismos democráticos a serem criados nos sindicatos"(FASE, 1989, p.6).

A entidade avalia que embora o novo sindicalismo seja de luta e traga melhorias salariais aos trabalhadores, "não abre canais reais de democracia e participação das bases na vida sindical"(FASE, 1984/6, p.2).

Apesar disso, considera que esse sindicalismo é muito mais democrático do que os sindicatos "pelegos". Note-se que um sindicalismo de luta, nesse caso, guarda a possibilidade de não incluir a participação dos trabalhadores. Ele pode ser de luta e ao mesmo tempo nem democrático nem participativo. Diante da inexistência dos aspectos que se acreditava constituíssem a novidade do sindicalismo, o que se inicia é uma tentativa de justificar, por algum meio, uma prática que se percebia nova, da qual a FASE é coadjuvante, mas que já apresenta claramente sinais de burocratização.

De fato, segundo a entidade, a questão desse sindicalismo avançar na luta e não avançar na participação da base na vida sindical era, na época, o principal problema do sindicalismo brasileiro do ponto de vista do educador popular.

E importante salientar como nesse documento a FASE se esforça em destacar o aspecto "luta", e de forma dissociada da participação e democracia, o que expressa uma tentativa de demarcar, apesar das semelhanças, as diferenças entre o sindicalismo "combativo" e o "pelego". Mas qual o eixo que de fato diferencia, segundo as concepções da época, o sindicalismo "combativo" do sindicalismo não só da época da ditadura militar,

mas de qualquer tipo de sindicalismo atrelado ao Estado, e que fazia com que esse fenômeno surgido no final da década de 70 pudesse ser considerado como novo, o "novo sindicalismo"? A própria FASE responde:

"Foi essa característica de resistência baseada no interior das fábricas, mais forte nos setores de ponta de São Paulo, que deu uma vitalidade diferente ao movimento sindical combativo que veio à tona em 77/8" (FASE, 1989, p.8).

Ao mudar seu eixo de trabalho de formação de oposições sindicais para o investimento na construção de organizações de base, a instituição demonstra o quanto distante desses objetivos estava então o "novo sindicalismo":

"Estamos, portanto, saindo dum período em que nossa contribuição com o movimento estava situada em termos de conquistar entidades e fazer avançar lutas, para um outro momento, em que temos o desafio, talvez mais difícil de cumprir, de contribuir efetivamente para a participação do conjunto de trabalhadores nas entidades e para o avanço da democracia. Talvez essa seja a única maneira das lutas futuras darem bons resultados" (FASE, 1986, P.3).

Mais tarde, no trienal 87-89, a entidade afirmará que um "sindicalismo de fato enraizado, um sindicalismo de base, supõe a criação de formas de organização que abrangem um número cada vez maior de trabalhadores de base". Além disso, faz uma crítica no sentido de que muitas lutas vinham ocorrendo de forma

"deseducativa" do ponto de vista dos trabalhadores, o que faz com que muitos sejam jogados nas mobilizações sem um amadurecimento real (FASE, 1987/9, p.17).

Essa problemática não podia se colocar tão claramente no período anterior, visto que as oposições sindicais eram os próprios trabalhadores organizados, ou ao menos um grupo de trabalhadores que tinham uma militância intensa nos seus locais de trabalho. Como relata Teixeira, sobre os sindicatos brasileiros da década de 20:

"Eram a própria base e respiravam o ar insalubre das fábricas junto com todos os trabalhadores"<sup>54</sup>.

E eram mesmo antes de ser oposições, e justamente isso é que fazia com que esse movimento pudesse ter como característica a resistência baseada no interior das fábricas.

No momento em que estes trabalhadores passam a ocupar um aparelho sindical, deixam de ser operários e suas preocupações voltam-se para a manutenção da entidade que ocupam, dos cargos que possuem, e cujos interesses são portanto são distintos de quem vive no mundo da produção.

Fruto também dessas novas preocupações, a FASE acrescentará, à questão da construção de organismos de base, a assessoria às organizações sindicais nas suas atividades internas, visto que as dificuldades administrativas que as direções enfrentam são

---

54. TEIXEIRA, M. do C. M. Organização nos locais de trabalho: para quando? *Proposta*. Rio de Janeiro, 40, FASE, mar.1989, p.19.

apontadas como entraves para o desenvolvimento de um trabalho de democracia e organização de base.

Esse novo eixo de trabalho, que posteriormente será definido como "democracia sindical e organização de base", constituirá por um longo tempo como a essência da prática da instituição, e os resultados serão sempre pouco animadores. De fato, o próprio eixo, assim como se apresenta, aponta uma primeira demarcação que a instituição faz entre, de um lado, a democracia sindical e, de outro, a organização de base, relacionando dois fenômenos sociais do nosso ponto de vista antagônicos, mas cujos pólos, num período anterior, não se apresentavam tão distintos. Tal demarcação, além da questão da dissociação da "luta" da democracia e participação, é a forma como a prática da entidade reflete esse antagonismo. Porém, é importante destacar que desde já a FASE entende a organização de base como organismos operários integrados à burocracia sindical.

Essa concepção de que é possível unir, numa única prática, a atividade sindical e a organização de base, trará conseqüências importantes para a prática da instituição, e que repercutem de maneira decisiva nas lutas dos trabalhadores, como pretendemos apontar nesse capítulo.

Ao mesmo tempo também, a preocupação só nesse momento com a organização de base expressa um privilegiamento da conquista de aparelhos. A instituição orientou sua atividade educativa para a conquista de sindicatos e o caminho inverso, orientar o

trabalho para as organizações de base, concomitantemente e através do trabalho com as organizações sindicais, se revelará impossível.

O Trienal 84-86 assinala ainda a primeira experiência desse tipo, realizada no Sindicato do Calçado de Novo Hamburgo, "que permitiu trazer para a vida sindical 50 lideranças de fábrica, que conseguiram imprimir uma nova dinâmica à vida sindical"(FASE, 1984/6, p.2).

Que efeitos pode ter trazer para a vida sindical trabalhadores de base? Na opinião da FASE, neste caso, é que eles imprimem uma nova dinâmica à vida sindical, ampliando a participação da base. Mas que caráter terá essa participação, operária ou sindical? Sendo práticas antagônicas, o efeito mais contundente desta tentativa de conciliação será a integração de uma camada de operários no aparelho burocrático do sindicato, e o exemplo mais ilustrativo disso será o "Sindicato do Calçado de Novo Hamburgo".

O Trienal 87-89 reafirma as entidades sindicais como instituições legítimas para representar os trabalhadores em suas lutas. Num breve levantamento da atuação da FASE nos anos anteriores, avalia-se que, além do assessoramento às diretorias conquistadas com relação à sua estruturação, dissídios coletivos, elaboração de boletins, etc, a instituição seguiu assessorando oposições sindicais às diretorias "onde os pelegos estão encastelados no sindicato" (FASE, 1987/9, p.5), procurando



incentivar a grupalização de trabalhadores de base, no sentido da sua organização em oposições e conquista de mais sindicatos combativos.

Esse documento assinala também a confirmação da tendência que colocamos anteriormente. A aparente perplexidade diante da quase inexistência do trabalho de organização de base nos sindicatos conquistados, a ausência do que se entendia como a essência do novo sindicalismo, é agora apontada como uma debilidade "natural", visto que é "muito difícil fazer um trabalho de formação com oposições sindicais, pois para ganhar as eleições, a nível imediato, coloca-se o trabalho mais amplo de massa"(idem, p.5). Em outras palavras, afirma-se outra vez que a lógica burocrática e gestorial dos sindicatos, nesse caso a eleição da diretoria, não compreende em si mesmo um trabalho de organização e conscientização dos trabalhadores. Essa prática, que nesse caso é apontada apenas como um adiamento do trabalho de base, constitui na verdade uma característica do sindicalismo de qualquer tipo.

Além disso, ele aponta questões importantes com relação aos objetivos e a metodologia de trabalho da instituição no movimento sindical. Nos "objetivos gerais", o "fortalecimento das organizações de base" aparece em primeiro lugar, seguido do "fortalecimento da independência do movimento sindical e popular frente ao Estado e aos partidos"(idem, p.13). Tais objetivos são apontados como referência para se avaliar o avanço das experiências. Além disso, faz-se uma crítica muito dura às

práticas que têm impedido o movimento popular de avançar em sua autonomia:

"A tendência ao cupulismo, à política de formação de elites sindicais e populares, tem imperiosamente levado ao atrelamento dos movimentos aos poderes públicos e aos partidos políticos, resultando com isso na perda da força de classe dos movimentos e, em certas ocasiões, na perda de sua identidade. A luta por reivindicações justas, por direitos elementares, tornou-se assim palco de políticas do favor, de trocas de compromissos, de favorecimentos à minorias"(idem, p.13).

Feita em 87, a crítica parece ter também como alvo as direções sindicais do novo sindicalismo que não investem em organizações de base e acabam reproduzindo o cupulismo criticado, o que será afirmado mais adiante. Mas a FASE apresenta uma visão otimista com respeito a isso, pois acredita que as novas perspectivas de trabalho educativo incorporadas pelos movimentos populares da década de 60 têm feito reverter esse tipo de prática. Sua manifestação no "sindicalismo combativo" é constatada na forma de "resíduo". De fato, o grau de comprometimento da instituição com o movimento sindical exige que reiteradas vezes reafirme que, afinal, os sindicatos estão se preocupando cada vez mais com as organizações de base, afirmação que tanto a realidade como a própria FASE negarão, também inúmeras vezes.

A entidade opta, nesse Trienal, pelo trabalho prioritário

com os sindicatos dos metalúrgicos e do calçado da grande POA, além da assessoria à CUT, justificando essa opção no peso político da atividade desses sindicatos na região, o que possibilitaria a irradiação da experiência para outros sindicatos.

É a continuidade de um trabalho em nossa opinião muito importante que a FASE realizará com o "Sindicato do Calçado de Novo Hamburgo". Face ao crescimento acelerado da produção do calçado na região do Vale dos Sinos, esta categoria conta com nada menos do que 110.000 operários. Já com uma história de assessoria ao sindicato de Novo Hamburgo, ao qual a FASE auxiliou na conquista da direção, o documento assinala a solicitação por esta última de que a instituição realize um trabalho de formação com a base.

É também o início de um trabalho mais sistemático de assessoria da FASE à CUT, nomeadamente às "Secretarias de Formação da CUT Estadual", da Região Metropolitana e Vale dos Sinos (idem, p.21). Este trabalho é considerado importante, em função da necessidade da CUT estimular os sindicatos filiados, no sentido de clarificar o significado do sindicalismo combativo, além de sua orientação geral às oposições sindicais, diretorias eleitas e grupos de base. Visa também organizar as Secretarias de Formação da CUT.

Nos "Objetivos do Programa" estabelecem-se quatro linhas de ação, entre elas a "organização de fábrica", considerado o eixo

central do trabalho. Assim, é apontado como objetivo conquistar formas de organização de base nas fábricas dos principais sindicatos com os quais a FASE irá trabalhar, tanto na forma de "Comissões de Fábrica", como de CIPAS, delegados sindicais e grupos informais. As outras linhas são: "integração intersindical" e a "multiplicação dos sindicatos combativos". A quarta linha de ação, "a politização/conscientização dos trabalhadores de base" é praticamente um reforço do eixo principal, a organização de fábrica:

"Hoje é urgente romper com as formas cupulistas ainda existentes dentro dos sindicatos combativos e fazer desabrochar em um número cada vez maior de trabalhadores de base a consciência de sua situação de exploração, e junto a isso encontrar formas novas de ligar mais diretamente essas pessoas a uma prática sindical agregadora que possibilite permanentemente o seu crescimento enquanto novos militantes. Só assim estaremos abrindo perspectivas para um processo mais amplo, de massas, no plano da conscientização"(idem, p.16).

Aqui expressa-se claramente a contradição da prática da FASE, ao procurar educar os trabalhadores no sentido de sua conscientização da exploração, tendo como mediação a atividade sindical, isto é, uma atividade educativa que objetiva manter a exploração. Porém, o que vai determinar o desenvolvimento dessa contradição a favor da integração dos trabalhadores nos quadros da prática sindical é a intenção de que os que participam dos processos de conscientização tornem-se novos militantes

sindicais.

A FASE faz uma opção declarada e enfática pela defesa da organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho, mas a autonomia desses, assim como a possibilidade de serem criadas novas relações sociais no processo produtivo é sacrificada pelo reconhecimento do sindicato como finalidade da prática educativa.

Talvez o Plano Trienal 87-89 seja o documento que melhor expressa essa prática contraditória no plano dos objetivos e atividades da FASE. Com efeito, a dinâmica própria da vida sindical mobiliza as entidades de assessoria, no caso a FASE, para questões necessárias à sobrevivência das diretorias, entre elas, estruturações internas, campanhas salariais, eleições, processos jurídicos, além do envolvimento dos dirigentes sindicais e da própria FASE em processos eleitorais para o parlamento.

Nesse sentido, as atividades do Trienal 87-89 revelam uma certa ousadia ao tentar conciliar todas essas experiências da prática sindical na qual os trabalhadores não têm, em geral, nenhuma participação, com um processo de conscientização de classe.

Na verdade, o que transparece nos textos desse período é uma tentativa clara de tentar reconstruir o que o novo sindicalismo deixou no caminho: a resistência dos trabalhadores no interior da empresa e o enfrentamento direto ao capital. Assim, a

assessoria à atividade cotidiana e burocrática dos sindicatos serviria como tática para atingir os verdadeiros objetivos do trabalho educativo da instituição, que é a organização da classe trabalhadora. A afirmação que no nosso entender melhor confirma essa visão tática é a seguinte:

"A questão do método, no plano das lutas, baseia-se em uma assessoria que implique em nunca substituir os trabalhadores nem forçá-los a desencadear movimentos" (idem, p.16a).

O que apontam os documentos, então, segundo nossa análise, é que as atividades do dia-a-dia dos sindicatos, notadamente os momentos mais cruciais como os dissídios e processos eleitorais, deveriam servir de impulso a uma participação e organização cada vez maior dos trabalhadores de base. A FASE, procurando fazer vingar sua intenção de não apenas atuar no campo das necessidades imediatas da classe trabalhadora, pareceria entender esses momentos como caminhos para a construção estratégica de uma nova sociedade.

Mais do que uma questão de método, isso significa priorizar a constituição das organizações próprias dos trabalhadores, e chega quase a indicar uma superação por estas últimas com relação à representação sindical como órgão legítimo da classe. Porém, numa avaliação mais profunda, vimos que não vai além da exigência do verdadeiro sindicalismo como sendo o que organiza e integra a base a si mesmo. A prática que media a construção da proposta, e que em última instância é a que determina os rumos

de seu desenvolvimento, é a prática cotidiana do movimento sindical, que tem como premissa a direção e o controle do movimento operário.

Nos três anos que se seguirão ao esboço do Trienal 87-89, a FASE se debaterá com os entraves que a prática do movimento sindical irá colocar para a concretização dos objetivos traçados, e tentará explicar de várias formas o porquê dessa resistência das organizações sindicais em trabalhar a organização de base. Apontará razões como a mudança de postura dos patrões, que aprimoraram seus instrumentos de cooptação, a estrutura sindical, a crise, a falta de vontade política dos dirigentes, mas nunca chegará uma compreensão exata das razões econômicas do fenômeno. Dessa forma, manterá sempre a prática educativa no movimento sindical, deixando cada vez mais de lado e com ele, o trabalho de organização de base.

No plano da "organização", este trienal aponta novamente a quase inexistência, nos organismos sindicais, de instâncias como comissões de salário, de imprensa ou de cultura, e que demonstram as poucas possibilidades de penetração que possuem os trabalhadores na vida sindical. Considera como essenciais a criação dessas instâncias que "abriguem um número cada vez maior de trabalhadores de base, sem o que não estaremos forjando um sindicalismo de fato enraizado, um sindicalismo de base"(FASE, 1987/9, p.17).

Mais adiante, o documento enfatiza o caráter do aparelho

sindical como mediador do trabalho da FASE:

"O método de trabalho no plano da organização, no caso da área sindical, passa por um contato permanente com os dirigentes sindicais ou com as lideranças de fábrica, que devem ser de fato os aglutinadores, as pessoas a darem o primeiro passo. Isso nunca pode ser feito pelo assessor de forma isolada de quem dirige o sindicato"(idem, p.17).

E, entre as metas no plano de "formação", coloca-se que o estímulo à participação de um número cada vez maior de trabalhadores de base na vida sindical visa superar a "tradicional formação de vanguardas"(idem, p.18).

O Trienal demarca também o que gradativamente passará a ser uma das maiores preocupações da instituição: a formulação de alternativas à estrutura sindical vigente. Com efeito, grande parte dos autores consultados atribui à estrutura sindical fundada por Vargas na década de 30, quando não a principal responsável pelo permanente atrelamento ao Estado das instituições sindicais, da falta de autonomia e outros males, ao menos um entrave decisivo nesse processo<sup>55</sup>. A FASE, como dissemos, fará pesquisas, escreverá artigos sobre os motivos da não incorporação pelos sindicatos da prática de organização de base, e enfatizará ora uma, ora outra causa. Porém, nesse documento, a estrutura do sindicalismo brasileiro é apontada como "a principal amarra que impede as entidades sindicais de serem mais representativas e ligadas aos trabalhadores nos seus

---

55.Consulte por exemplo: BOITTO JUNIOR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil*; SEFFNER, F. *A estrutura sindical no RS*. In: Cattani, A. D. (org). *Sindicalismo: ação e reflexão*. Caxias do Sul, EDUCS, 1990, p. 13-26.



locais de trabalho" (idem, p.19).

Essa preocupação aparentemente tardia com a questão da estrutura sindical revela novamente a mudança na prática da instituição. No momento anterior, quando o movimento se constituía, ele parecia naturalmente ultrapassar a estrutura sindical oficial, a preocupação sendo enfrentar a estrutura a partir da organização de base, ou melhor, a própria organização na fábrica representava o enfrentamento à estrutura. Agora, porém, trata-se de fundar uma nova estrutura, de formular alternativas a partir de organismos cujos dirigentes se acomodaram e não sentem mais a necessidade, para permanecerem em seus cargos, de lutar por uma estrutura diferente e, muito menos, esse debate conta com a participação dos trabalhadores.

Esse é, de fato, o aspecto mais importante da discussão. O debate não se dá mais via formas de organização em gestação no mundo do trabalho, que guardavam a possibilidade da criação de formas alternativas de relacionamento social, e sim via estruturas oficiais de representação e, mais do que isso, de gestão das lutas dos trabalhadores. O resultado de tudo só poderá ser, agora, fruto de um processo de cúpula, onde os trabalhadores não terão nenhuma participação.

O "Plano de Trabalho 87" procurará colocar em prática essas questões e o eixo que as embasa:

"Os objetivos do nosso trabalho na área sindical são de contribuir para a democratização sindical e a

organização por local de trabalho" (FASE, 1987b, p.1).

Agora a questão da "democracia sindical" é apontada com maior clareza, definindo-se pela ausência de instâncias no próprio sindicato, que permitam a participação dos trabalhadores na estrutura da entidade. Quanto à designação "Organização por Local de Trabalho" (OLT), continuará por muito tempo fazendo parte dos enfoques centrais da instituição. A ausência dessas formas de organização nos sindicatos filiados a CUT é considerada pela instituição como a principal debilidade do sindicalismo combativo e em descompasso com seu potencial.

Assim, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, considerado como assessoria prioritária permanente da instituição, a FASE estabelece como metas na questão da organização de fábrica: "ter grupos organizados em algumas fábricas", "ter CIPAs atuantes" e "avançar em algumas fábricas para delegado sindical ou comissão de fábrica". Na democratização sindical, a intenção é "fortalecer a comissão sindical de base originada no processo de mobilização" e "criar estatutos democráticos"(idem, p.1).

A partir disso a FASE estabelece uma série de cursos de formação a serem realizados com os grupos de fábrica e comissão de salário, esta considerada como a futura comissão sindical de base: cursos como "o conhecimento de fábrica, o dissídio, a CLT, a CIPA, as lutas de fábrica..., conjuntura econômica e política", além de outras atividades relativas à questão da

saúde, pesquisa de conhecimento da categoria e atividades de acompanhamento permanente da diretoria(idem, p.1).

A instituição coloca como momentos privilegiados de realização desse trabalho o que considera como os principais momentos políticos para o sindicato: campanha salarial, o congresso da categoria e as eleições sindicais. Como temos dito, são mediações objetivas da democratização sindical e da OLT.

No entanto, é esse caminho escolhido pela entidade para concretizar suas metas, que determinarão o seguimento do processo. Já no início do ano, após estabelecer as prioridades de trabalho junto com a diretoria e conseguir que suas metas fossem incorporadas, a FASE deparou-se com conflitos internos da diretoria, o que levou a instituição a ter que servir de mediadora da crise, e centrar seu trabalho de formação na direção do sindicato, sem o que, nada poderia ir adiante.

O período mais intenso de atuação da FASE foi na campanha salarial, reunindo-se quase diariamente com a direção do sindicato, participando da organização de reuniões por fábrica e outras mobilizações. Depois disso, quase todo o segundo semestre foi ocupado por atividades de renovação da diretoria:

"Num primeiro momento, tentamos ainda propor alguns cursos de formação voltados para os objetivos iniciais, mas a dinâmica toda, tanto da diretoria como dos grupos intermediários, foi atraída pela questão da renovação da diretoria"(FASE, 1987a, p.2).

Mesmo durante o dissídio, as reuniões por fábrica previstas foram pouquíssimas, segundo a FASE, por falta de iniciativa da diretoria, e a "comissão de mobilização" não saiu, também por falha da diretoria.

As pretensões da diretoria do sindicato, particularmente com relação às eleições para sua renovação, jogaram por terra os objetivos da FASE. Decidiu-se que não haveria formação de fábrica nem Congresso da categoria. A FASE só conseguiu, com muita insistência e num ritmo dirigido pela diretoria, a formação de um "grupo de vanguarda", grupo de trabalhadores mais destacados entendidos como "grupo de sustentação da diretoria" e cujo objetivo principal mais imediato estava relacionado às eleições (FASE, 1987c, p.6). Mesmo assim, nenhuma atividade de formação foi desenvolvida com esse grupo. Além disso, a entidade teve que centrar sua atuação nas eleições sindicais, tentando formar uma chapa única da CUT, organizando convenções, etc. No acompanhamento da diretoria, a FASE fez "boa parte" do que saiu na imprensa, assessorando ainda o setor de finanças do sindicato.

Os poucos grupos de fábrica constituídos, o foram em função do dissídio, pouco contribuíram nesse sentido e logo se dispersaram.

A FASE fez uma avaliação muito dura de suas atividades no primeiro semestre, apontando que afora o bom assessoramento à diretoria em negociações, assembleias, etc, pouco foi feito.

Constata que a entidade foi pouco incisiva na constituição dos grupos de fábrica, deduzindo daí um problema de "postura de assessoria", e que a pesquisa nas fábricas, que dependia mais da instituição, não foi utilizada como deveria. Acrescenta ainda que se distanciou do sindicato num momento importante para o mesmo, em função da participação dos técnicos nas convenções do Partido dos Trabalhadores.

A criação de um ambiente mais harmonioso entre os membros da diretoria foi apontado como o saldo mais positivo do trabalho desenvolvido com o sindicato nesse ano, e o acúmulo do pouco que foi desenvolvido como base para um melhor trabalho no ano seguinte. Questionando-se sobre a quem atingiu o trabalho da instituição, a FASE conclui que ele "praticamente se resumiu à diretoria" e acrescenta que ficou "prisoneira" da paralisia da mesma (idem, p.8).

De forma mais eventual, a FASE assessorou o Sindicato do Calçado de NH e o Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, em questões mais ligadas à reconstrução do sindicato (Sapiranga) e formação para a comissão de negociação (NH).

Com o Sindicato do Calçado de NH a FASE desenvolveu alguns cursos para componentes de CIPA, que incluíam "Legislação trabalhista, atuação de uma CIPA e noções de sindicalismo", no sentido de formar lideranças dentro das fábricas, além das atividades realizadas junto à diretoria.

As avaliações negativas que certamente se poderia fazer

mesmo antes do final do ano talvez expliquem em parte o desânimo que, conforme consta no documento, se abateu sobre a equipe. Tratou-se, apesar da experiência e da clareza dos componentes da instituição sobre a necessidade da OLT, de uma experiência nova e as metas consideravam uma situação ideal, bastante distante do cotidiano da vida sindical. Apesar disso, a entidade avaliou como correto o processo de concentração em alguns sindicatos, e decidiu aprofundá-lo no ano seguinte.

O "Plano de Trabalho de 88" mantém basicamente os mesmos objetivos do ano anterior e uma importante diferença é a postura mais incisiva que, segundo a FASE, a instituição deverá ter com relação aos seus objetivos. Face à renovação de diretoria no Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, é necessário um trabalho específico de formação com o grupo, além da assessoria nas questões organizativas, processos de planejamento de cada setor, como secretaria, tesouraria, etc, sem o que o sindicato não funciona. O trabalho de OLT deve ser concentrado em 5 grandes fábricas, aproveitando os diretores sindicais que nelas trabalham.

Além disso, a FASE inicia um importante projeto de pesquisa, o "Diagnóstico Sindical", que visa clarificar as debilidades então enfrentadas pelo movimento, particularmente a questão da OLT":

"O aspecto central deste trabalho é procurar entender porque os sindicatos cutistas não avançam nesse caminho e porque efetivamente essas questões

não fazem parte de uma estratégia comum dentro da CUT" (FASE, 1988, p.11).

Pode-se dizer que esta pesquisa é fruto do impacto dos insucessos da equipe no primeiro ano em que tem como eixo claro de trabalho a questão da OLT.

O "Relatório Quantitativo de 88", apesar da amplitude das atividades realizadas, expressa novamente o pouco avanço da organização de fábrica. Os grupos reunidos foram maiores e o seu grau de influência e mobilização da categoria foi mais decisivo nas conquistas de melhorias salariais. Porém, tais grupos foram "esquecidos" pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo após o dissídio. Além disso, toda a diretoria se envolveu no processo eleitoral das eleições municipais, sendo que vários de seus membros concorreram, esvaziando o trabalho sindical.

Podemos perceber aqui uma condicionante do trabalho sindical que impede um trabalho mais profundo de organização e formação dos trabalhadores: momentos como eleições sindicais ou parlamentares mobilizam as diretorias muitos meses antes de se efetivarem. A forma como isso se manifesta no caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo é importante de ser analisada, na medida em que foi um dos primeiros a serem conquistados pelo sindicalismo combativo, existindo a oposição sindical metalúrgica desde 1978. Seus membros carregam consigo uma longa prática no movimento e através da circulação que essa prática proporciona podem optar por concorrer a cargos no parlamento.

Nestes momentos, toda a atividade preocupada com a organização de base é esquecida e o importante é se eleger. Com o número de eleições que houveram nesse período, pode-se imaginar o tempo que as entidades sindicais foram paralisadas em função de campanhas eleitorais, o que sem dúvida deve ter contribuído para acelerar o processo de burocratização das entidades sindicais. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, com a avaliação da FASE de que novamente no segundo semestre o "trabalho caiu a zero", resulta que em dois anos perdeu-se pelo menos um com eleições. Um trabalho de organização de base, dadas as características de descontinuidade que quase sempre possui, necessita de um longo e permanente assessoramento. Se os grupos são formados na dependência da estrutura sindical, o resultado só pode ser o desmonte das iniciativas em desenvolvimento, quando o sindicato as abandona.

Note-se ainda que, nesse caso, a paralisação das atividades de formação com os trabalhadores nada tem a ver com a estrutura sindical. Seja qual for a estrutura sindical existente, os processos eleitorais continuarão a mobilizar as diretorias, que nestes momentos abandonam os projetos mais diretamente ligados à organização no local de trabalho.

O trabalho de OLT foi mais efetivo no Sindicato do Calçado de NH. A direção do sindicato, assim como a força de trabalho da categoria, se mostrou bem mais suscetível a uma prática de formação e organização através dos cipeiros e representantes sindicais. De junho a outubro, esse trabalho reuniu em média 15



operários, uma vez por semana. Isso demonstra como é equivocada a concepção de uma vanguarda definida, que possa ser constituída independentemente da prática social de uma determinada conjuntura. Apesar da decisão da FASE de concentrar e apostar seu trabalho com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, são os sapateiros de NH que nesse momento demonstram um maior interesse em participar e se conscientizar a respeito do seu trabalho. Justamente a categoria com menor formação intelectual e política.

Além disso, a FASE auxiliou na vitória da oposição na eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de POA, assessorando a "Equipe de Divulgação e Imprensa", produzindo boletins elaborados em reuniões junto com os próprios trabalhadores de base. Situação que é facilitada na medida em que os "candidatos" são ainda trabalhadores e têm um contato mais permanente com seus companheiros.

Acrescenta-se a essas atividades um processo de intensificação do assessoramento da FASE a CUT Estadual, objetivamente à "Secretaria de Formação". Esse processo está ligado, de um lado, à questão da pesquisa "Diagnóstico Sindical" e a assessoria tem como principal objetivo nesse caso utilizar a Secretaria de Formação da CUT para realizar e divulgar a pesquisa, assim como mobilizar os dirigentes sobre sua necessidade. Mas visa, principalmente, dar início a uma relação mais orgânica entre a FASE e a central sindical:

"A discussão do diagnóstico tem se realizado paralelamente a um processo de integração nas atividades da CUT-Estadual, com a participação em algumas discussões específicas com sua direção e o entrosamento, a partir do segundo semestre, na Secretaria de Formação, para a qual temos levado, além da discussão específica do Diagnóstico, uma preocupação com a implantação de uma prática de discussão e circulação de informações que contribua com a construção orgânica da central"(FASE, 1988a, p.3).

Faz parte também desse processo de aproximação cada vez maior entre a FASE e a CUT, a participação da entidade no processo de estruturação da "CUT Vale dos Sinos".

A pesquisa "Diagnóstico Sindical" resultou num artigo publicado na revista "Proposta", da FASE(FASE, 1989), que contém importantes contribuições no sentido de clarear a posição da FASE/POA sobre a questão da OLT no conjunto de sua intervenção no movimento sindical. Como é uma revista nacional, aparecem não só artigos da FASE-POA, mas das equipes da área sindical. O número da revista é dedicado exclusivamente às "Comissões de Fábrica", cuja realidade é discutida a partir dos dez anos de "Novo Sindicalismo". Como nosso objeto de pesquisa é a FASE/POA, centramos nossa análise no artigo feito por integrantes dessa equipe<sup>56</sup>.

O desenvolvimento do artigo é marcado por dois eixos. Um, que entendemos crítico, aponta a integração e institucionalização do sindicalismo combativo nas estruturas de

---

56. BARCELOS, A. & DRESCH, P. Democracia e Organização de Base: os impasses do novo sindicalismo. *Proposta*. Rio de Janeiro, 40, FASE, mar.1989, p.5-12.

poder da democracia representativa. Descreve, a partir disso, um quadro bastante negro de suas perspectivas, considerando a provável ineficácia desse sindicalismo frente às organizações dos trabalhadores a surgirem em suas lutas. O outro, apesar de sua aparente criticidade, ao reafirmar enfaticamente o impulsionamento das lutas dos trabalhadores com a colaboração das entidades sindicais como a única forma de manter combativo um movimento que assim se diz, aponta em sua conclusão, pelo contrário, para a integração e cooptação dos quadros mais atuantes do movimento operário na estrutura burocrática dos sindicatos. Tentaremos esboçar, resumidamente, como esses eixos aparecem no texto.

Entre outras debilidades que, segundo a FASE, colocam alguns autores, a entidade reafirma que o maior problema do "novo sindicalismo" ou sindicalismo combativo é o "projeto não cumprido de construção de um sindicato democrático e organizado a partir do local de trabalho...A diretoria segue sendo a única instância permanente de decisão..."(idem, p.8-9).

A partir daí, o artigo procura estabelecer as razões destas debilidades. Em primeiro lugar aponta o melhor preparo dos empresários para enfrentar as negociações, unindo a construção de mecanismos de cooptação com seu caráter cultural autoritário.

Depois, destaca os entraves da estrutura sindical, que constituem dificuldades para o movimento ser construído de forma alternativa, o que é uma queixa generalizada entre os

sindicalistas. Acrescenta porém que, na prática, essa estrutura tem criado poucos obstáculos à prática sindical, já que muito tem sido feito a sua revelia, como a criação de centrais sindicais, greves proibidas e negociações diretas. Além disso, a jurisdição que pesa sobre o movimento não é mais utilizada. Mas, apesar de tudo, para além dos discursos não há iniciativas dos sindicatos filiados a CUT em romper com a estrutura sindical. O artigo chega à seguinte conclusão:

"Nesse sentido, o não rompimento dos sindicatos com algumas características desse antigo sindicalismo significaria uma espécie de "modernização conservadora", onde as características de mobilização e luta coexistiriam com a manutenção de certas funções assistencialistas, e um processo de profissionalização dos quadros dirigentes, com seu relativo distanciamento das bases, o que caracteriza mais uma adaptação ao modelo que a substituição à lei controladora" (idem, p.10).

Esse desenvolvimento do novo sindicalismo faz a FASE crer que... "A 'democracia de assembléias' dos períodos de maior mobilização não sucederam organismos intermediários de participação e gestão sindical, que envolvessem pelo menos os trabalhadores mais conscientes da categoria. A única instância permanente é a própria diretoria" (idem, p.10). Desse modo, constata que a democracia representativa cada vez mais substitui a "democracia direta e de base" originária do novo sindicalismo.

O que a FASE vai apontando, na verdade, e com muita clareza, são aspectos que envolvem a relação social em que estão inseridos os sindicatos, e que têm como base seu papel econômico

na sociedade capitalista. A entidade acrescenta ainda que no que diz respeito à democracia, as discussões políticas também ficam limitadas aos dirigentes, e mesmo assim a momentos específicos, como a escolha de delegados para a participação em congressos. A participação das bases na vida política do sindicato é no papel de massa passiva que assiste aos debates entre as tendências que lutam pela hegemonia no movimento sindical.

Afirma que a necessidade de sobrevivência impele o sindicalista a se arraigar no sindicato. Defasado profissionalmente, apegado ao poder pelos privilégios que esses cargos lhe dão, passa a temer as organizações surgidas na base.

As conclusões que a FASE tirará dessa situação, apontadas em "possibilidades de mudança", são as mais contraditórias possíveis, contendo, porém, um eixo de atuação que começa a se delinear e que cada vez mais se afirmará como o centro de sua prática no movimento sindical.

Na concepção ideológica da instituição, os sindicatos são "parte" da classe operária e estão comprometidos "com um processo ideológico classista". Mas qual o trabalho que essa "classe" operária executa? Embora a literatura marxista tenha procurado sempre relativizar o caráter determinista da compreensão de classe social considerada a partir somente da relação econômica (produzir ou não produzir mercadoria) e acrescentado os componentes ideológicos dessa relação, essa literatura sempre afirma o econômico como *determinante em última*

*instância*. Só um puro revisionismo pode considerar uma classe social operária *puramente ideológica*, que nada produz. Neste sentido, a concepção da base contraposta a uma suposta vanguarda da classe operária que seria a direção sindical, mascara o poder de dominação e controle que os sindicatos exercem sobre o proletariado.

Para a FASE, existe a perspectiva "de um aparentemente contraditório processo em que se combinem a burocratização dos sindicatos e o avanço das lutas dos trabalhadores rumo à conquista de sua cidadania"(idem, p.12). Traça, como vimos, um perfil obscuro para o rumo do sindicalismo combativo. Porém conclui, meio que se conformando - e essa conformação passará a ser a premissa de sua prática - que:

"De qualquer maneira, assume especial importância para o sindicalismo que se constrói a partir do ideário da democracia e de organização de base, a constituição de instâncias de base e de grupos de fábrica, **independente do seu status**, porque são os motores para o desenvolvimento das lutas sindicais e de fábrica e a condição para a realização da democracia sindical"(idem, p.12. Grifo nosso).

Se o conteúdo do artigo se mostra crítico ao apontar algumas premissas da relação social que confere aos sindicatos o papel de administrar e gerir as lutas dos trabalhadores (mesmo que não chegue a afirmar isso), a conclusão da FASE - "de qualquer maneira" e "independente do seu status" - revela uma espécie de rendição, já que num quadro anterior ao menos se esboçava uma maior exigência da autonomia e da força dadas às organizações

nos locais de trabalho, apontando agora para o caráter eminentemente subordinado aos aparelhos sindicais da possível construção dessas organizações.

A intenção que subjaz a essa prática, como é dito, é aproveitar o impulso renovador que apresentam as organizações operárias no funcionamento dos sindicatos. O fundamento da prática educativa, seu objetivo, é a democratização sindical, o que é mais uma prova de que ela subordina a si as organizações operárias.

Uma citação feita no artigo é esclarecedora nesse sentido, ou seja, de como as iniciativas da base, ou melhor, a incorporação dessas iniciativas, são necessárias à oxigenação da vida sindical e, por extensão, à democracia burguesa:

"... tudo leva a crer que, à exceção de períodos de forte mobilização coletiva, a democracia de base - e 'a fortiori' - a democracia direta - não pode desempenhar um papel motor. Por outro lado, o exemplo italiano demonstra plenamente que sem o incentivo e o contrapeso de tais estruturas e intervenções inovadoras, o sistema representativo se esclerosa e degenera, na gestão do corporativismo e do clientelismo"(FASE, 1989h, p.12).

Em 1984 a FASE passa a realizar, a nível nacional, um debate sobre a questão da "metodologia", que originará, a nível da FASE/POA, dois documentos. O primeiro, de 1984, intitula-se "Tentativa de síntese sobre um novo esforço da equipe para clarear a questão por nós chamada metodologia" (FASE, 1987d). O documento, complementado depois por um outro chamado "A

Metodologia da Equipe"(FASE, 1989a), traça um paralelo entre os diversos escritórios nacionais da instituição e demarca o caráter mais "basista" da FASE-POA ao optar por trabalhar "o binômio organização de base/democracia sindical", assim como demonstrar sua preocupação por não ver esse desenvolver-se, tanto no movimento popular como no movimento sindical(idem, p.3).

Compara essa visão com as outras concepções vigentes a nível nacional: com a FASE/RJ, que tem como preocupação a relação que o movimento trava com o Estado; e com o Norte, onde o principal é formar vanguardas para o movimento.

O documento aponta questões importantes para a prática da instituição, as quais terão seu desenvolvimento nos planos anuais seguintes, constituindo um amadurecimento "pleno" no "Plano Trienal 93-95". Com relação ao movimento sindical, a FASE procura justificar o fato aparentemente "paradoxal", de apesar de ter como alvo principal a "organização de base", passar a priorizar cada vez mais o trabalho com as direções sindicais. A justificativa se dá a partir da constatação de que essa atitude é um reflexo do próprio movimento popular, que, apesar de seus avanços, simultâneos ao crescimento eleitoral da esquerda e a uma maior disputa da hegemonia no seio da sociedade civil, não avança qualitativamente, entre outras coisas, na questão da organização de base:

"... trabalhar com direções é a única opção para



quem se propõe a discutir e enfrentar os grandes problemas do movimento, mesmo a organização de base. No nosso entender, o avanço da organização de base só se dará por obra de uma mudança política das direções, convencidas politicamente a fazê-lo e não pelo trabalho a varejo de uma entidade como a FASE" (idem, p.4).

Se por um lado isso demarca uma importante ruptura na concepção da prática da instituição, por outro expressa nada mais do que a continuidade de um modo de agir que já vem se desenvolvendo há bastante tempo, desde que as oposições assumiram a direção dos aparelhos sindicais. Ao optar pelo trabalho com as organizações de base através da mediação da prática sindical, o caminho para atingir os objetivos da instituição não poderia ser outro senão os sindicatos. Até um certo momento, porém, a FASE parecia querer atingir diretamente e de forma até independente dos sindicatos, as organizações de base, numa prática de certa forma "subversiva". Enfrentou todo o tipo de entraves nessa tentativa, advindos principalmente, como a entidade aponta, das próprias direções sindicais. Assim, apesar de todo o seu esforço em priorizar as OLTs, a dinâmica da vida sindical obrigou que as atividades específicas desse tipo fossem sempre minoritárias no conjunto de sua prática educativa. E após todas as críticas e conclusões a respeito dessas direções que se burocratizam e da perspectiva de sua superação pelas lutas operárias a surgirem, é com essas mesmas direções que a FASE decide interagir. O paradoxo com relação a sua opção por trabalhar com a OLT é muito anterior. O paradoxo atual é entre sua compreensão do significado atual do novo sindicalismo e sua

opção em privilegiar as direções sindicais.

Um texto provavelmente de fins de 89, intitulado "Organização no local de trabalho: o desafio para os sindicatos da CUT-RS" (FASE, 1989b), aponta dois aspectos, cujas implicações contraditórias novamente a FASE não percebe. Por um lado, coloca o papel histórico das organizações dos trabalhadores surgidas nos locais de trabalho, formas de organização da classe e "condição para o avanço seja nos momentos de resistência seja nos momentos de conquistas efetivas" (idem, p.1).

Por outro, o documento diz que, apesar de tudo isso, não se pode perder de vista que as OLT cumprem um papel fundamental no que diz respeito à democratização dos espaços fabris e na sociedade em geral. Também assinala como positivo dentro disso a questão do processo de conscientização e educação política dos trabalhadores, "seja pela incorporação na prática cotidiana das decisões coletivas e da solidariedade, seja pela possibilidade do debate das propostas dos trabalhadores sobre questões como o ritmo de trabalho, os salários, ..." (idem, p.1).

O documento aponta um levantamento das poucas OLTs existentes nos sindicatos ligados à CUT-RS e reafirma as possíveis razões disso, como a estrutura sindical, a repressão patronal, além da ausência de uma "vontade política clara" da parte do sindicalismo cutista, podendo ser esta última, segundo a instituição, a principal razão da inexistência de mais OLTs.

Desse modo, na medida em que o enfrentamento direto ao

capital vai perdendo terreno nas concepções sobre OLT, passa a ter importância o papel "democratizante" que teriam essas organizações. Só que são processos distintos e com conseqüências totalmente opostas. A função "democratizante" das OLTs prevê formas de organização que não questionam a ordem capitalista, mas apenas as formas pelas quais se dá a exploração, mais ou menos democráticas, reproduzindo-se, na relação entre sindicatos e organizações operárias, a hierarquia da divisão capitalista do trabalho. Um tipo de ação com essa tática se enquadra nos mecanismos capitalistas de incorporação das lutas operárias, e que constituem precisamente o seu desenvolvimento. Enquanto o capital puder prever, controlar a dinâmica dessa democratização e compensar na negociação os possíveis ganhos da classe trabalhadora com incrementos na mais-valia relativa, não há problema. O problema só aparece quando as organizações da classe que se originam no cotidiano das lutas passam a enfrentar de forma direta o capital, e tendendo a organizar o modo de produção com outros critérios rompem com a hierarquia e a competição presentes na divisão do trabalho.

As formas que tomarão as lutas autônomas não podem ser estabelecidas a priori, sendo os processos de luta que as determinam. E, nesse caso, um erro da instituição é apontar os limites de uma organização que só é possível enquanto clandestina ou burlando artificios legais, comparada com formas de organização permitidas pela legislação. Esse único tipo de organização possível revela, segundo a FASE, limites de

democracia:

"Quando a única forma de organização possível no local de trabalho é a organização clandestina ou aquela possibilitada por artifícios legais, podemos concluir que esta organização ainda não expressa a conquista de mais democracia no local de trabalho, mas apenas uma pequena mudança na correlação de forças. Por outro lado, esses instrumentos são muito limitados para uma efetiva e permanente representação dos interesses dos trabalhadores" (idem, p.2).

Ora, os grupos informais ou clandestinos, ou ainda os artifícios legais que os trabalhadores utilizam para se organizarem, expressam justamente a quebra da disciplina e um enfrentamento que, em momentos de ascensão das lutas, podem constituir embriões de formas autônomas de organização e enfrentamento direto ao capital:

"Ao organizarem-se, por iniciativa própria, em violação das normas, os trabalhadores estão a afirmar a vontade de decidirem o seu interrelacionamento durante o trabalho e, portanto, manifestam uma tendência prática ao controle dos processos econômicos. E neste sentido que se trata de uma forma de luta. E é uma forma coletiva, pois um dado trabalhador dificilmente poderá modificar o seu comportamento de trabalho sem o conjugar com a remodelação do dos seus colegas. E, portanto, uma forma ativa, pressupondo a iniciativa interessada de todos os que colaboram"<sup>57</sup>.

A FASE esquece aí que foram justamente movimentos com essas características que constituíram em grande parte a base sobre a qual se apoiou a construção do novo sindicalismo.

---

57. BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*, p.320.

Mas se é nos limites do aparelho jurídico, mesmo que esse aparelho seja modificado pela ação dos sindicatos - ou melhor, justamente por isso -, se é o que a democracia capitalista oferece o que se deseja, então a tática é correta. As OLTs não representam em si mesmas organismos de representação da classe trabalhadora. Dependendo das formas que assumem, tanto podem ser orgânicas aos trabalhadores como instrumentos de seu controle, quando, por exemplo, estão subordinadas aos sindicatos. Podem também constituir instrumentos de previsão dos conflitos e por isso caracterizar um aliado do capital. Os depoimentos de operários abaixo citados são bastante ilustrativos disso:

"Eu fiz parte do grupo de fábrica, de uma Comissão clandestina quando a empresa montou o sistema dela de representação. Essa comissão paralela ajudou a minar o sistema dela, internamente, no subterrâneo, até conquistarmos a comissão de fábrica em 82...

"Quando a gente participava da comissão clandestina a gente tinha muito mais condição de conversar com os companheiros, trazer para o sindicato. Agora não consegue. Porque a comissão se burocratizou, não sei como fugir disso...

"Ela fica perdida na rotina do estatuto, do regimento e isso eu acho que é uma deficiência da comissão" (FASE, 1989c, p.34).

Os "Pontos Introdutórios para o Trienal 1990-1992" (FASE, 1989d) aprofundam essa nova compreensão. O documento aponta um "esgotamento" dos movimentos sociais que, passado o período de efervescência, tendem a se constituir em práticas mais "institucionalizadas", com uma maior aproximação do Estado, "abandono de formas diretas de participação", de "democracia de

base, em favor de meios indiretos de representação" (idem, p.2).

Trata-se agora de justificar uma prática que, de certa forma, como dissemos, vinha já se delineando: o privilegiamento do assessoramento à direções sindicais, com a secundarização cada vez maior do trabalho chamado "direto". O eixo central procura ainda ser a debilidade das organizações sindicais quanto à questão da organização de base, mas a mediação das direções assume dentro disso um papel mais claramente delimitado.

Uma outra justificativa dessa mudança de direção, como dissemos, está no despreparo dos dirigentes sindicais com relação à agora melhor qualificação dos empresários e do Estado para o enfrentamento. Coloca-se para o movimento o desafio de responder às demandas mais gerais da sociedade, exigido a partir dos contatos cada vez mais frequentes com empresários e governos, e para os quais é necessário informação e formação, papel que deverá ser assumido por entidades como a FASE:

"Assim, a formação passa a ser vista como não ligada necessariamente ao trabalho direto, mas como uma atividade que em função da crescente demanda tenderá a se ampliar para atingir outros setores aos quais não estamos ligados diretamente... Assim, estamos considerando a possibilidade de desenvolver o trabalho de formação junto à entidades gerais do movimento" (idem, p.3).

O que na verdade indica apenas a formalização de algo que há muito tempo a entidade já faz. E desnecessário lembrar que todo o assessoramento da FASE às direções sindicais e à CUT, seja

como alvo direto do trabalho, seja entendido como mediação da construção de OLTs, e que inclui desde os aspectos mais gerais da organização de um sindicato, passando por campanhas salariais, eleições, etc, é também formação. Uma educação informal, mas que representa precisamente a base político-educativa sobre a qual se afirma a prática da instituição.

O trabalho direto, que antes tinha como premissa a intervenção localizada, no sentido de "pólo irradiador" de experiências, passa a ter como ponto de partida determinadas problemáticas que a FASE entende que o movimento deve refletir, incluindo a OLT.

E o início da "FASE propositiva" e o abandono progressivo das tarefas de organização dos trabalhadores executadas de forma direta pela entidade, passando formalmente este trabalho a ser "mediado pelas direções, junto as quais discutiremos as alternativas organizativas, as alternativas políticas e atividades formativas" (idem, p.3).

Nesse Trienal a FASE aponta dois eixos de questões. O primeiro envolve a estruturação, organização e perfil político da CUT; o segundo, diz respeito à democratização da sociedade e "às perspectivas de recuperação no plano econômico":

"Isso implica uma dupla revisão no que se refere às características do trabalho mais recente. Por um lado, vínhamos privilegiando às temáticas que diziam respeito à vida interna do sindicato - democratização das instâncias, criação de organismos de base e grupos de fábrica, planejamento e

administração sindical, pouco nos atendo à assessoria mais geral, que implica no enfrentamento dos grandes temas em que se vê envolvido o movimento sindical"(idem, p.4).

Como entidades prioritárias de trabalho, a FASE aponta o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, desenvolvendo com o mesmo somente o trabalho de OLT; a CUT Regional Vale dos Sinos e sindicatos que a constituem, principalmente o Sindicatos dos Metalúrgicos citado.

Já quanto ao trabalho específico de OLT, avalia que foi incorreta a prática de intervenção em um único sindicato, desconsiderando os percalços que o movimento coloca, além do surgimento espontâneo dos vários grupos de fábrica em momentos de luta. A FASE se propõe a assessorar os diversos grupos nascentes e estabelecer um trabalho de intercâmbio entre as bases, para o qual a participação dos dirigentes sindicais é considerada decisiva.

O "Plano Anual de Trabalho de 1989" vai incluir ainda, como fruto das mudanças que vem ocorrendo na instituição, uma outra temática, a "luta pela cidadania":

"Hoje, a busca da democracia, seja no plano interno da organização sindical, seja na disputa de poder no espaço urbano, assume um significado especial na luta dos trabalhadores em busca de sua cidadania. Contribuir para que o movimento efetivamente dê avanços nesse sentido passa a ser para nós o centro das preocupações" (FASE, 1989e, p.1).

A necessidade, segundo a FASE, do movimento popular ser



capaz de formular alternativas para as questões mais gerais da sociedade, como políticas de desenvolvimento, também exigirá dos técnicos da instituição um maior aprofundamento teórico.

Caracterizado como um "plano de transição" para o trienal 1990-1992, o plano estabelece dois níveis de atuação, tendo ainda como preocupação principal "a democratização sindical e a OLT":

No "nível de reflexão", aponta a "Pesquisa Diagnóstico Sindical", cujos objetivos são analisar a OLT, e que contará com o apoio da CUT; e "Revista Sindical da CUT/RS", assessorando sua realização. Segundo o documento, a proposta da revista está incluída no plano, mas não a preocupação de que ela também seja um espaço de discussão a respeito da OLT; inclui ainda "Fórum Sindical" e "Caderno de Formação"(idem, p.3).

O segundo é o "nível de ação prático-reflexiva". Partindo da constatação de que o movimento sindical começa a se preocupar mais incisivamente sobre suas questões de organização e sobre a OLT, chega-se às seguintes atividades: "Secretaria de Formação da CUT-RS", cuja participação da FASE será "no plano da elaboração e execução da política geral de formação da CUT, e também no plano específico de nossa central"; e os sindicatos, onde a FASE enumera as instituições desse tipo em que poderá desenvolver os projetos de "organização e de acompanhamento aos grupos de fábrica..." (idem, p.3).

Não é necessário que nos alonguemos muito na análise desse

plano, já que, em suas linhas gerais, expressa o que já temos colocado. Percebe-se, além de uma amplitude maior das atividades, uma participação bem mais abrangente de organizações da direção dos movimentos, principalmente a CUT. E com a CUT que a FASE-POA passa, cada vez mais, a interagir, seu assessoramento dando-se no plano educativo mais geral da entidade, mais especificamente na política de formação.

Novamente os processos eleitorais impediram uma melhor concretização do plano. Dessa vez foram as eleições presidenciais que, segundo a FASE, tiveram uma influência decisiva na atividade dos sindicatos, "no sentido de paralisar no segundo semestre qualquer iniciativa mais profunda no que se refere ao trabalho sindical, dedicando-se os mesmos integralmente à campanha"(FASE, 1989f, p.4). Some-se a isto as eleições para renovação de diretoria dos Sindicatos dos Metroviários de POA e Sapateiros de NH, e são outras paralisações da atividade mais direta de organização em função de eleições.

Apesar disso, o "Relatório Quantitativo de 1989" aponta uma gama muito grande de atividades realizadas, ressaltando-se todas as previstas junto à CUT (aí com outras frustrações), muitas outras com os sindicatos, que envolveram uma maioria de dirigentes sindicais mas, também, muitos trabalhadores. A FASE realizou atividades com o Sindicato dos Metroviários, Sindipolo, Metalúrgicos de São Leopoldo, Sapateiros de Novo Hamburgo e de Dois Irmãos, Aeroviários e Sapateiros de Ivoti.

Estas atividades tiveram como temática central os objetivos da FASE em desenvolver a democracia sindical e as experiências de OLT. A maior parte dos indivíduos participantes dos seminários, cursos e outras, além dos dirigentes sindicais, constituía-se de delegados, isto é, trabalhadores com vínculos com o sindicato. Os temas variavam de "História do Movimento Operário" à importância da OLT e relatos desse tipo de experiências. Também destacam-se muitas atividades de planejamento e organização de diretorias novas e antigas. No trabalho desenvolvido, é importante salientarmos a "façanha" da FASE realizar em novembro, mês das eleições, um seminário de planejamento do trabalho com delegados e cipeiros no Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, com a presença de 30 diretores, além de 8 reuniões, com cursos sobre o movimento operário e organização no interior das empresas para 25 "trabalhadores de base" do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo (FASE, 1989g, p.9).

O trabalho da FASE no "Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo" é uma prática educativa importante para nosso trabalho, no que ele representa no conjunto da prática da instituição com relação às lutas dos trabalhadores e à educação que aí ocorre. Revela, em nossa opinião, a contradição que perpassa a prática da instituição no movimento sindical, e também a resolução objetiva dessa contradição no sentido da integração de uma camada militante de trabalhadores no aparelho burocrático sindical.

A partir de 1989, auxiliado pela FASE, esse sindicato ampliou um programa de formação de CIPAs que já vinha desenvolvendo. Na impossibilidade de constituir comissões de fábrica, face à grande repressão patronal, além da inexistência de aparato legal para tanto, uma das táticas de que tem se utilizado o novo sindicalismo desde a década de 80 para ter uma maior mobilização dentro das fábricas, é procurar, a partir da utilização e subversão de formas legais de representação, organizar os trabalhadores dentro da fábrica. E o caso das CIPAs - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes. Apesar disso, muito poucos sindicatos aproveitaram essa brecha e, segundo um técnico da instituição, a experiência de Novo Hamburgo era, ao menos na época da entrevista, única no Movimento Sindical do RS.

Assim, o sindicato passou a acompanhar e a incentivar as eleições de CIPAs, cujo caráter prático era bem diferenciado do aspecto formal de uma comissão de prevenção de acidentes. Segundo o mesmo técnico mencionado, o qual que vem trabalhando com os sapateiros de Novo Hamburgo, é o que eles menos fazem. Além disso, o sindicato contava, por conquista de dissídio, com a possibilidade de eleger delegados sindicais nas fábricas, o que aumentava o número de operários com estabilidade e junto com os componentes de CIPA formavam uma espécie de comissão, a qual possuía um grande potencial de mobilização.

A idéia inicial do trabalho era encarar as CIPAs junto com os representantes sindicais a partir da "dimensão da representação do sindicato dentro da fábrica"(FASE, 1991, p.1),

a ampliação dessa representação, sendo os mesmos vistos como "ativistas" ou "militantes" sindicais. Esse projeto se enquadra na perspectiva do citado artigo segundo o qual qualquer forma de organização interna à fábrica é por si só uma conquista dos trabalhadores, deixando momentaneamente de lado, segundo o técnico, a questão da autonomia.

A categoria dos sapateiros tinha, na época, antes que se abatesse a recessão sobre o setor calçadista, em torno de 25.000 trabalhadores em Novo Hamburgo. É uma categoria com baixo grau de especialização, pouco nível de instrução e bastante jovem, além de formada majoritariamente por mulheres.

A experiência das CIPAs em Novo Hamburgo constitui um exemplo bastante ilustrativo de como nos momentos de luta dos trabalhadores podem interagir mais de uma forma organizativa, e que não podemos estabelecer, a priori, apenas pela questão da "forma", o potencial transformador de uma dada organização<sup>58</sup>.

O Sindicato tem uma grande influência nas CIPAs. Além de coordenar o trabalho, junto com a FASE, participa na escolha do cipeiro a ser apoiado, faz campanha e fiscaliza a eleição. Também é na sede do sindicato que os cipeiros e representantes sindicais se encontram, semanalmente, onde as reuniões são coordenadas pela direção do sindicato, com o auxílio da FASE.

---

58. Todos estes aspectos fazem com que a experiência desenvolvida em Novo Hamburgo, e em geral a dos sapateiros da região do Vale dos Sinos, configure-se como um fenômeno de extrema importância, o qual está por ser estudado por pessoas comprometidas com as lutas operárias. Este estudo deve incluir desde o início do processo, no final da década de 70, quando as lutas se desenvolviam sob intensa repressão policial, ocasionando inclusive mortes entre os operários. A FASE possui um vídeo mostrando parte destes fatos.

Posteriormente, essa coordenação passou a contar com a participação majoritária dos cipeiros e representantes sindicais. Os encontros são pautados por informes do sindicato, formação sindical, que era ministrada pela FASE e ainda a apresentação, por parte dos cipeiros e representantes, dos principais problemas que enfrentam nas fábricas em que trabalham, trocas de experiências e estratégias de ação. Estes encontros reuniam entre 40 e 60 cipeiros por reunião, todas as quintas-feiras.

O grau de mobilização que essa forma organizativa alcançou foi impressionante. Com efeito, apesar do papel que nessas organizações cumpria o sindicato, o grau de autonomia que tinham os operários era muito grande, tendo influência inclusive na coordenação. Daí que dois tipos de disciplina se chocavam. A primeira, a partir do sindicato, buscando o controle e a administração das lutas até o interior das fábricas. A segunda, a dinâmica própria que uma forma coletiva de luta de tantos trabalhadores podia criar no cotidiano de enfrentamento à disciplina capitalista.

Os conflitos surgiam não só entre as "comissões" e os capitalistas da fábrica, cuja repressão alcançou níveis brutais, como também entre os trabalhadores e os dirigentes sindicais. Segundo relato do técnico da FASE, as lutas compreendiam desde a reivindicação pela colocação de um bebedor até a manutenção de determinados ritmos de trabalho. A relação constante entre os cipeiros e os demais trabalhadores permitia que em pouco tempo

toda a fábrica discutisse e deliberasse sobre determinada mobilização, ou que milhares de boletins pudessem ser distribuídos em poucas horas. Era tal o poder desse tipo de organização, que muitas vezes um operário ia perguntar aos cipeiros ou representante sindical se devia ou não executar uma ordem dada pela chefia.

Pela parte dos patrões a repressão se abateu violentamente. Segundo o técnico entrevistado, em dois anos, em torno de 30 cipeiros e representantes sindicais foram demitidos por justa causa e outros 30 acabaram saindo em função das pressões (idem, p.6). Entre outras, estas pressões envolviam o oferecimento aos trabalhadores, por parte dos patrões, de quantias que, para operários com um salário tão baixo, eram difíceis de recusar.

Mas muitas vezes isso não era suficiente e, nas fábricas mais mobilizadas, os patrões passaram a demitir não apenas um ou dois cipeiros ou representantes sindicais, mas toda a comissão. Entretanto, como obrigatoriamente deveria haver outra eleição, os que assumiam as CIPAs no lugar dos demitidos simplesmente davam continuidade ao trabalho. E então os patrões simplesmente passaram a demitir toda ou quase toda a fábrica, como única forma de reprimir o movimento.

Já com relação ao sindicato, os conflitos que surgiram diziam respeito ao poder que deveria ter o "Conselho de Representantes e Cipeiros". Conforme o mesmo técnico, acontecia que o Conselho chamava Assembléias à revelia do sindicato, o que

expressa como esses trabalhadores passaram a dar uma dinâmica própria ao funcionamento não só de sua organização, como a exigir que o próprio sindicato corresse atrás dessa dinâmica, sendo impossível opor-se as suas decisões. Isso era proporcionado pela dinamização de um trabalho que contrastava com os poucos encontros dos diretores sindicais e sua distância do mundo das fábricas. Para o técnico da FASE,

"...esses caras eram muito mais preparados. Um sujeito que participa um ano inteiro de uma reunião por semana, ele está muito mais preparado que um diretor de sindicato" (idem, p.9).

A organização dos cipeiros e representantes sindicais tinha dois tipos de mediações. Embora se reunissem pela intermediação do sindicato, tinham uma intensa atividade nos locais de trabalho, levando a educação ocorrida nessas lutas para o local de reunião, o sindicato. Assim, a identidade de classe construída na luta coletiva, no enfrentamento à organização capitalista, só até um limite podia ser controlada pela atividade sindical, na medida em que a iniciativa das ações cabia muitas vezes aos trabalhadores.

A FASE, além de auxiliar na coordenação geral do trabalho, ministrava cursos de formação que envolviam palestras, vídeos, debates, seminários, etc. Acompanhamos alguns desses encontros e algo que nos chamou a atenção é que um dos conteúdos desses cursos se referia à problemática da exploração, os pressupostos teóricos e históricos dessa problemática. Este é, de fato, um



instrumento que com certeza raríssimas experiências do movimento sindical proporcionaram aos trabalhadores e um papel crucial cumprido pela FASE no conjunto de sua prática educativa.

O problema de tudo isso é que a perspectiva que é dada ao trabalho, tanto evidentemente a que parte do sindicato, como também da FASE, é a sindical; é a democratização das relações sindicais, a ampliação de quadros do sindicato:

"Uma ação sindical desse tipo, e isso a gente compreendeu desde o início, mas não foi capaz de fazer, ela se pexa muito com a cultura sindical existente, que é muito essa cultura de porta de fábrica, um pouco da substituição da massa pelos dirigentes. Esse processo vai um pouco no caminho inverso, tem que ampliar o número de dirigentes, capilarizar mais o sindicato"(idem, p.8).

O técnico acrescenta que depois dessa experiência a categoria não carece mais da falta de quadros para renovação de diretoria do sindicato. Muito pelo contrário, há excesso de quadros.

O resultado dessa perspectiva de ação é a incorporação dos quadros operários na prática e no aparelho sindical, e o abandono das práticas auto-gestionárias na fábrica. O fato mais marcante que demonstra isso é que, na última eleição do sindicato, em que 75% da diretoria foi renovada, 28 dos quarenta novos diretores são ex-cipeiros ou representantes sindicais. Provavelmente foi o excesso de quadros que provocou um "racha" na disputa da direção, com a conseqüente composição de duas

chapas reivindicando a representação da CUT.

Fato semelhante aconteceu no Sindicato dos Metroviários. Depois de um período em que proliferaram as comissões de oficina, com alto grau de mobilização, fruto do enfrentamento direto aos capitalistas, a composição de uma diretoria sindical determinou o fim do trabalho e tornou difícil sua reconstrução. Seguramente, isso ocorreu em muitos processos de oposições sindicais brasileiras que se constituíram na década de 70 e 80, e revela que esse processo de cooptação não foi localizado.

A FASE não percebe, como no caso de Novo Hamburgo, que o conteúdo mais importante das lutas de fábrica é a educação proporcionada nestas lutas de enfrentamento direto, a autonomia presente neste tipo de prática, com a possibilidade de criação de relações sociais de tipo novo e portanto anti-capitalista. Pouco importa, nesse sentido, se os trabalhadores vão ou não conquistar uma "comissão de fábrica". As conquistas vão se dando no enfrentamento, na luta, são as relações de solidariedade, o poder de decidir sem intermediação de ninguém, de determinar aspectos que influem diretamente na produção, de construí-la sob outros critérios.

Contrariamente, quando subjaz a essas práticas objetivos que são de uma visão sindicalista, cuja intenção é ocupar o aparelho sindical, formar quadros de dirigentes, então todo o trabalho cai por terra e com ele as novas relações que estavam a ser criadas.

Em 1990 a prática da FASE seguirá as orientações que já vêm sendo colocadas:

"No Plano Anual de Trabalho de 1990, a equipe sindical urbana buscou alterar o perfil do trabalho direto, já não mais visto como uma entidade de 'auxílio ao movimento', mas como um instrumento capaz de desafiar o movimento em temas específicos, quais sejam a organização de base e a democracia nos sindicatos" (FASE, 1990, p.7).

A entidade aponta a persistência no movimento sindical da não colocação dessas temáticas como "centro das preocupações cutistas", ao mesmo tempo que diagnostica que cresce a consciência da necessidade de se avançar nestas questões.

Persiste também, a FASE, na procura de uma intervenção que não fique "ao sabor dos ritmos do movimento, mas que tenha iniciativas próprias" e a ainda necessidade de maior qualificação dos técnicos(idem, p.7).

A instituição centra sua atividade no Sindicatos dos Metroviários de POA e no Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo, dando continuidade ao trabalho que já vinha desenvolvendo com os mesmos.

No Sindicato dos Metroviários coloca-se o problema da reconstrução do trabalho das comissões, após a incorporação dos antigos trabalhadores na nova diretoria. Com alguma dificuldade, isso conseguiu ser feito, sendo que no início do segundo semestre haviam seis comissões funcionando. O fracasso da

campanha salarial, no entanto, com a desconfiança dos trabalhadores na ação sindical, provocou uma crise interna na diretoria, que se viu obrigada a renovar em Assembléia a direção da entidade. Com isso, o trabalho de acompanhamento às comissões e as atividades de formação que nesse caso eram previstas, ficaram inviabilizadas. Porém, segundo a FASE, as comissões continuam funcionando.

Com todos os problemas que acarreta para as lutas autônomas dos trabalhadores a incorporação dos membros das comissões numa diretoria de sindicato, sendo o principal deles o cessamento das atividades de fábrica, a FASE avalia que:

"A incorporação de membros das comissões na nova diretoria pode ser um fator de dinamização do trabalho sindical" (idem, p.9).

De fato, as questões de autonomia das comissões não são colocadas. Com que objetivos, afinal, a FASE acredita serem importantes as organizações de trabalhadores em seus locais de trabalho? Qual a intenção disso? Não há uma discussão, pelo menos registrada, com respeito aos efeitos que um tal tipo de organização pode ter nas relações entre os trabalhadores e os capitalistas, vendo por exemplo as lutas que através desses meios são desenvolvidas como forma de criar novos tipos de relação social. Ao contrário, a dinamização da vida sindical parece ser cada vez mais a única preocupação e, mesmo quando o objetivo é criar as OLTs, elas são entendidas como

prolongamentos da ação sindical:

"O objetivo que podemos colocar é de consolidar essas organizações e procurar incorporá-las ao processo decisório do sindicato" (idem, p.10).

Além dessas experiências, o "Relatório de Trabalho de 1990" aponta o assessoramento da FASE à "Secretaria de Política Sindical" da CUT-RS, participando de debates sobre "integração do cone sul, reforma estatutária nos sindicatos da CUT, banco de dados sobre acordos e convenções coletivas", além das discussões sobre o projeto "Diagnóstico Sindical". Como limites do trabalho realizado com a CUT, coloca a não efetivação de um fórum de debates e a edição de apenas um número da revista da Secretaria e, mesmo este, por iniciativa da FASE.

A análise que fazemos da prática da instituição a partir do triênio 90/92 e mesmo antes, é que a avaliação que a entidade faz das debilidades do movimento sindical com relação à "organização de base" e à democracia nos sindicatos, é acompanhada pelo desligamento progressivo do trabalho direto com as organizações que incluem um número maior de trabalhadores, passando a uma prática com entidades mais gerais do movimento, prática que é, de fato, afirmada então como metodologia da equipe.

O desligamento progressivo dos técnicos das atividades com instituições operárias, aliado ao privilegiamento das problemáticas que a entidade avalia como essenciais para o

movimento e, ainda, tendo como interlocutor privilegiado não mais somente os sindicatos, mas também e principalmente a CUT, leva a que a FASE afirme agora até os próprios sindicatos como as "entidades de base", afirmação que anos antes seria considerada um absurdo. Com efeito, a partir do momento em que a instituição passa a estabelecer relações constantes com entidades mais institucionalizadas da superestrutura capitalista, passa a considerar instituições imediatamente "abaixo" na hierarquia, como "entidades de base".

Mas o que impede que a FASE, apesar de todas as suas avaliações críticas com relação aos limites do movimento sindical, mude sua prática educativa e a procure relacionar diretamente com os trabalhadores? Uma das explicações para isso é sem dúvida a prática histórica que os técnicos vêm desenvolvendo com o movimento. De certa forma, eles também, como os dirigentes sindicais de que falam, se profissionalizaram neste tipo de trabalho e parece muito difícil romper com ele. A compreensão que guiou essa prática foi a de entender as organizações dos trabalhadores subordinadas ao trabalho sindical. Embora a nível do discurso e das elaborações houvesse uma contradição entre a construção das organizações de base e a democracia sindical, é a prática da instituição no seu constante assessoramento às diretorias dos sindicatos que definiu o rumo da contradição.

Desse modo, também a nível dos discursos e planos a questão dos sindicatos e das OLTs como integradas a eles passou aos

poucos a se definir com maior clareza. Assim, as relações da FASE com instituições cada vez mais profissionalizadas e hierarquicamente superiores do movimento torna compreensível o fato de a entidade passar a perceber os próprios sindicatos como entidades de base.

Por outro lado, a circulação dos técnicos na burocracia sindical faz com que mantenham no plano dos programas concepções que contrastam evidentemente com a realidade, como por exemplo continuar a se referir ao sindicalismo cutista como "sindicalismo combativo", um fenômeno sem suas propriedades originárias.

O "Relatório Qualitativo de 1991" aponta a continuidade das dificuldades no trabalho com os grupos de fábrica dos metroviários. A FASE aponta como principal razão disso "a falta de uma prática de discussão" dos dirigentes sindicais para as comissões e que apesar das mesmas manterem um funcionamento mínimo, a FASE não vê, por ora, condição de retomá-lo, ficando novamente presa das direções. A entidade acredita que o problema no Sindicato dos Metroviários está associado à crise mais geral do movimento sindical (FASE, 1991a, p.2).

A recessão econômica afetou profundamente a categoria dos sapateiros, reduzida em 30% após as demissões, o que dificultou um pouco o trabalho, que, no entanto, teve continuidade.

Além disso, foi dado seguimento às atividades de pesquisa que a FASE já vinha realizando numa articulação com a CUT,

agora contando também com a participação de um fórum de entidades junto à central sindical, formado por Desepe, Dieese, Cajamar, Ibase, Cedi e Unicamp. A FASE também desenvolveu pesquisas sobre o perfil de delegados sindicais presentes em Congressos Estaduais da CUT.

Como aspecto que dificultou um desenvolvimento maior da pesquisa "Diagnóstico Sindical" no estado do RS, a FASE aponta a "dinâmica de congressos vivida pelo movimento sindical cutista", o que dificultou uma articulação maior dos mesmos para temas que não privilegiassem as teses a serem discutidas nos mesmos (idem, p.5).

Foi mantida a assessoria junto à CUT-RS - Secretaria de Política Sindical. Esta assessoria passa a ser mais constante e integra os temas que cada vez mais farão parte das preocupações da FASE nos próximos anos, dentro da perspectiva dos grandes temas: "debates sobre as mudanças no padrão de contratação, sobre a introdução e os efeitos das novas tecnologias sobre os processos de trabalho e sobre a intervenção dos técnicos no MERCOSUL". A entidade também participou da "estruturação de secretarias de política sindical nas CUTs regionais", o que expressa ainda uma vez sua aproximação à central sindical (idem, p.6).

Assessorou eventualmente outros sindicatos, nomeadamente nas eleições sindicais ou "sempre que a solicitação de assessoria vinha de encontro com a elaboração e experiência acumulada da



equipe", além de desenvolver seminários e participar de reuniões em outros sindicatos(idem, p.6).

O "Relatório Anual de 1992" aprofunda as novas perspectivas de trabalho da entidade. Perspectivas que, os técnicos admitem, ainda estão para ser melhor clareadas. Apesar disso, acreditamos que alguns eixos podem ser percebidos, na medida em que vêm sendo construídos há já bastante tempo.

Boa parte das atividades da instituição nesse ano estiveram ligadas à necessidade de melhor capacitação da equipe, assim como à definição de parcerias. A amplitude e diversidade de atividades é muito grande, tanto no que diz respeito à Seminários internos, quanto na participação nas atividades que carregam em si a tentativa de definir as parcerias privilegiadas que a FASE terá nos próximos anos. Acreditamos, porém, que podem ser resumidas em dois planos: um primeiro, que inclui o trabalho com a CUT-RS e a participação em fóruns de discussão dos temas que a FASE privilegia, envolvendo outras ONGs e a própria CUT, já que, segundo a FASE, a CUT se constitui o ator privilegiado no que diz respeito à políticas de desenvolvimento. E um outro plano, mais ligado ao trabalho que historicamente vem fazendo, de assessoria aos sindicatos filiados à CUT.

O documento inicia com uma análise de conjuntura, enfatizando os efeitos da crise no movimento sindical, entre outros a desmobilização da ação da CUT que, segundo a FASE, demonstra muita dificuldade em enfrentar períodos como esse. Que

a mesma não tem intervindo no sentido de "unificadora de ações"(idem, p.2). Além disso, prejudicaram o andamento geral das atividades do sindicalismo o surgimento de novas disputas internas nos sindicatos filiados à CUT, num processo que envolveu não só os sindicatos, mas também trabalhadores de base e o poder judiciário. É um processo em que a FASE tem se envolvido, no sentido de tentar garantir a composição de chapas únicas da CUT para os sindicatos os quais disputam.

O parágrafo a seguir é ilustrativo dos temas e entidades com as quais a FASE trabalhará:

"No entanto, hoje se afirmam junto à inserção da Frente Trabalhadores Urbanos em Porto Alegre, as questões das novas tecnologias, Mercosul, estrutura sindical e contratação coletiva, como centrais do nosso programa em 1993. Estas temáticas vão exigir uma requalificação não apenas dos técnicos mas também de nossa interlocução. Neste sentido, pretendemos dirigir nossa atuação para instâncias mais amplas do movimento, como a Comissão Estadual de Tecnologia e Automação da CUT-RS e o ramo dos Metalúrgicos para a questão das novas tecnologias. Já para a temática do Mercosul, colocamos como principais interlocutores a CUT-RS e os fóruns populares que vêm discutindo esta questão. Para a temática da estrutura sindical e contratação coletiva, visualizamos como principais destinatários do nosso trabalho as instâncias da CUT e mais especificamente os ramos dos Metalúrgicos e Vestuário da CUT, procurando aí estimular iniciativas concretas que avancem para a consolidação da nova estrutura proposta pela CUT e para novas experiências de unificação dos processos de contratação coletiva" (idem, p.4).

Quanto à questão do Mercosul, a FASE buscou sua articulação com outras entidades, ainda no sentido de socializar informações

com o objetivo de tomar posição frente "às políticas acordadas pelo Estado e para acompanhamento das políticas articuladas por ramos e grupos econômicos"(idem, p.5). A participação da FASE se dá junto à CUT-RS, num grupo de discussão que visa subsidiar a central sindical. Como parcerias a FASE conta com a colaboração das Universidades, Prefeitura de PoA, FEE e ONGs da região sul.

As atividades ligadas à temática "Novas tecnologias e processos de trabalho" foram desenvolvidas principalmente através da atuação da FASE na Comissão Estadual de Tecnologia e Automação (CETA) da CUT. Constituída formalmente em meados de 1992, a CETA tem os seguintes objetivos: "promoção de debates sobre trabalhos na área desenvolvidos por pesquisadores e técnicos abordando temas de interesse do movimento sindical, organização de um curso para capacitação de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de PoA, implementação de um banco de dados para a CUT e realização de atividades de sensibilização do movimento para esta temática" (idem, p.7).

Através de sua participação na CETA, a FASE também interviu no acompanhamento que a comissão fez como convidada do programa "Qualidade RS", do governo do estado, que debate políticas sobre qualidade e produtividade das indústrias gaúchas. Trata-se de um fórum no qual a CUT pretende participar de forma propositiva, a CETA subsidiando esta discussão.

As outras atividades junto à CUT estiveram novamente ligadas à Secretaria de Política Sindical, especificamente

relacionadas ao projeto sindical da central, "de reorganização de sua estrutura orgânica e dos conteúdos que envolvem a pauta da Plenária Nacional" que ocorreria em julho (idem, p.9). Consta ainda o assessoramento à "CUT Regional Vale dos Sinos", auxiliando principalmente na organização de atividades significativas para a Central (idem, p.10).

A entidade continuou desenvolvendo o trabalho de acompanhamento ao "programa de organização de base" junto ao Sindicato do Calçado de Novo Hamburgo, "especialmente às eleições, formação, planejamento do trabalho dos cipeiros e representantes sindicais" (idem, p.11).

Nesse trabalho específico, alcançou-se afinal a integração dos trabalhadores na organização sindical, com a eleição da nova diretoria e a inclusão nela de vários ex-cipeiros e representantes sindicais:

"A preocupação com a organização nas fábricas está plenamente incorporada pelo sindicato. Por outro lado, os cipeiros e representantes sindicais constituem hoje a espinha dorsal da militância no sindicato e têm uma participação fundamental nos processos de tomada de decisões" (idem, p.13).

Além disso, como podemos perceber, as atividades de fábrica passaram a ter um maior controle por parte do mesmo. A discussão sobre a autonomia, que foi colocada como importante em determinado momento, perdeu sentido na medida em que o controle da atividade é do sindicato, e os trabalhadores, enfim, são

efetivamente militantes sindicais.

A FASE busca uma "relação mais ampla com o conjunto dos sindicatos na área do calçado no estado" que visa, entre outras coisas, "desenvolver iniciativas no sentido da criação da Federação da CUT no ramo" (idem, p.13).

O que podemos perceber nas atividades realizadas pela FASE em 1992, é o aprofundamento ainda maior da instituição da sua relação com organizações sindicais, principalmente a CUT, com o desligamento quase absoluto das iniciativas diretamente ligadas à organização dos trabalhadores.

Entre as 47 atividades assinaladas no "Relatório Quantitativo" do segundo semestre de 1992, somente uma inclui trabalhadores. As restantes envolvem dirigentes sindicais, técnicos, pesquisadores, etc. A única que inclui trabalhadores é a experiência de Novo Hamburgo, porém agora, como vimos, com um caráter diferenciado.

O "Plano Trienal 1993-1995", embora por um lado se trate de uma prática não realizada no que se refere às atividades específicas que prevê, tem suas premissas básicas já apontadas nos anos anteriores.

E o primeiro plano que possui um caráter nacional, num processo de unificação do trabalho dos escritórios e equipes que vem ocorrendo nos últimos anos. Embora sua concretização tenha que supor a realidade específica de cada região, os debates

nacionais que levaram a sua elaboração tornam possível que o tomemos como um plano também da FASE/POA. Assim, é a primeira vez que o plano da "Frente Trabalhadores Urbanos" não é feito somente pela equipe de Porto Alegre, mas em conjunto com as outras equipes que trabalham a questão sindical, Manaus, Rio de Janeiro e São Luiz.

Se pudéssemos apontar uma evolução da FASE a partir da população com a qual trabalha, teríamos basicamente quatro momentos, desde o final da década de 70 até a época atual. Um primeiro momento em que assessorava aos trabalhadores basicamente com o objetivo de constituir oposições sindicais e ampliar o espectro do sindicalismo combativo; um segundo momento em que, incluindo o primeiro, volta-se para um trabalho de assessoria que privilegia as organizações por local de trabalho, mas que já carrega consigo limitações para o trabalho mais direto com os operários; um terceiro momento, com um privilegiamento maior da assessoria às direções sindicais, passando a estas a responsabilidade da OLT; e finalmente um quarto momento, em que a FASE se relaciona com entidades mais gerais dos movimentos sociais, principalmente com a CUT e, também, com outras ONGs com objetivos semelhantes.

Essa divisão não pode ser entendida de modo absoluto. Em maior ou menor grau, a interrelação com estes sujeitos se dá em todos os momentos. O que diferencia um momento do outro é que, fruto de uma prática diferente que vai amadurecendo na instituição, é privilegiado essa ou aquela instituição.

O eixo que determina esse desenvolvimento é a institucionalização dos atores com os quais a FASE se relaciona, nomeadamente o movimento sindical, que aos poucos evolui de uma relativamente estreita relação com a base para um sindicalismo burocratizado. O que atinge também a FASE, cuja interação com o movimento define as bases sobre as quais evolui o perfil da instituição. Para o movimento sindical, as questões de organização de base, que incluíam uma participação direta dos trabalhadores, foram incorporadas numa dinâmica cujo eixo se resume, também para a FASE, na "luta democrática" e, na perspectiva dessa, não mais evidentemente na formação de organizações próprias dos trabalhadores, mas como disputa no campo intercapitalista, de "projetos de desenvolvimento".

A luta democrática, a luta pela cidadania, prevê, como diz o Trienal 93-95, que se "incorpore os excluídos". Ao lado disso, colocam-se questões de luta por uma nova ética (FASE, 1993, p.2).

O Plano Trienal é muito claro a respeito da idéia de que se questiona não mais o capitalismo propriamente dito, mas o modo como ele existe na sociedade brasileira:

"Em resumo, a proposta institucional da FASE parte de uma crítica do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país" (idem, p.2).

Para além dessas premissas apontadas, o importante na prática educativa da instituição, e que define seu perfil institucional, é sua atuação política junto aos movimentos

sociais, os atores que privilegia nestes movimentos.

A FASE afirma que continuará desenvolvendo seu trabalho junto aos pequenos produtores rurais, trabalhadores urbanos, assalariados rurais e movimentos populares urbanos. Porém, com relação à FASE/POA, percebemos que já há muito sua assessoria aos trabalhadores urbanos é irrisória, sendo as instituições sindicais o campo privilegiado de suas iniciativas.

Mas para a instituição o que muda não são os atores, e sim o referencial teórico utilizado. Trata-se de pensar quais são hoje os atores sociais com potencial de transformação social, reconhecendo que sua base atual não é exclusivamente classista. O conceito de transformação deve ser alargado, expressando não mais um "reforço da organização e poder para as classes populares", mas também um processo de mudança de valores desses sujeitos (idem, p.3):

"É necessário pois rompermos com a herança de pensar as classes sociais a partir exclusivamente de posições estruturais no mundo da produção. As classes se constituem como efeito de lutas. A consciência dos trabalhadores também não se forma apenas pela sua inserção e condição na produção. Há outros indicadores: sua consciência é o resultado de um embrincamento de várias relações e idéias (TV, família, patrão, associação de bairros, etc), que atuam na constituição de sua identidade social" (idem, p.6).

Ganha força novamente um discurso que já existia nos "Compromissos Básicos" de 1982, de luta pela integração dos excluídos das formas estáveis de organização da produção. Assim,



na questão da "mediação organizativa" coloca que a intervenção da FASE se dá,

"tanto na intervenção junto aos movimentos organizados quanto na busca de atuação frente ao mundo inorgânico e desorganizado" (idem, p.5).

O documento reitera as críticas ao movimento sindical cutista. Constata avanços neste tipo de sindicalismo, mas aponta que permanecem problemas "e até mesmo o seu projeto de construção de um sindicalismo de base democrática, com uma sólida implantação nos locais de trabalho..."(idem, p.33/4).

Afirma que esse movimento não rompeu com o problema da incorporação da "militância de base em estruturas mais democráticas". Não percebe, a FASE, que os sindicatos cutistas atuais são em boa parte resultado dessa incorporação. Apesar disso, ele tem seus créditos:

"Por outro lado, a enorme contribuição do sindicalismo cutista para o processo de democratização do país não pode ser desprezada. Sua ação firme recolocou na cena política as reivindicações da classe trabalhadora, impulsionando as lutas pelas reformas sociais e contribuindo assim de forma decisiva para a sensibilização de vastos setores da sociedade em torno a alternativas de desenvolvimento com justiça social e distribuição de renda"(idem, p.34).

Consuma-se, desse modo, a integração da prática da instituição ao trabalho das entidades mais gerais do movimento a

obrigatória intermediação destas no trabalho de organização de base. As novas temáticas apresentam-se relacionadas aos interesses dessas entidades, visando capacitá-las para produzirem políticas de desenvolvimento:

"A partir disso, identificamos como eixo central do programa de trabalhadores urbanos incentivar a organização de base e a contratação frente ao processo de produção no quadro de reestruturação. Essa prioridade se traduz em uma intervenção voltada para os sindicatos, os departamentos por ramo de produção, as organizações de base, as secretarias de política sindical e de políticas sociais da CUT, e num esforço em estabelecer parcerias com várias ONGs e demais instituições da sociedade civil que tenham atuação no mesmo campo" (idem, p.35).

Entre os sujeitos com os quais a FASE irá trabalhar, a instituição opta pelo assessoramento aos setores mais organizados da população. Volta, de certo modo, a uma política de intervenção que privilegia as organizações mais estáveis, no caso, os sindicatos já constituídos do movimento cutista, mesmo que isto não elimine o trabalho com os setores excluídos:

"Além disso, o quadro de reestruturação que descrevemos acima nos coloca como referência para o trabalho os setores mais incorporados às transformações em curso..." (idem, p.36).

Retorna então à prática que privilegia a intervenção junto às entidades mais constituídas, revisando uma posição que até há pouco considerava mais avançada, onde se previa a atuação em experiências novas que iam surgindo nos locais de trabalho.

## V - FASE e Hegemonia: Hegemonia como Terreno de Disputa Intercapitalista

Para o marxismo, os conceitos e categorias só têm sentido quando referidos à realidade social, à prática social da humanidade. Pensar os conceitos de uma forma apenas abstrata, referidos somente ao pensamento, é retirar deles seu componente histórico e suas possibilidades nos processos de explicação da realidade social. Ao mesmo tempo que expressando um movimento do pensamento, que busca uma aproximação da realidade, os conceitos existem objetivamente, com um movimento que difere do movimento do pensamento, mesmo que esse último tente se aproximar dos mesmos.

Existindo objetivamente, os conceitos e categorias mudam, são transformados pelas lutas sociais. E o movimento do pensamento deve procurar captar o movimento dos conceitos, discutir sua centralidade ou sua não-centralidade na explicação dos fenômenos sociais, e as novas formas que tais conceitos assumem na explicação desses fenômenos. As categorias, para Cury,

"ganham sentido enquanto instrumento de compreensão de uma realidade social concreta, compreensão esta que, por sua vez, só ganha sentido quando assumida pelos grupos e agentes que participam de uma prática educativa"<sup>59</sup>.

O conceito de hegemonia é um entre outros que a prática

---

59. CURY, C. R. J. *Educação e contradição*. p. 21.

social dos indivíduos modificou tanto sua existência concreta como, conseqüentemente, seu caráter como meio de explicação das lutas sociais. Para ficarmos somente no campo de nossa pesquisa, o uso que a FASE faz de "hegemonia" é bastante diverso do conferido por autores como Gramsci, reconhecidamente quem mais o desenvolveu. Assim, o conceito aparece para determinar uma correlação de forças mais restrita e específica da sociedade, e não apenas entre as classes sociais fundamentais: hegemonia do sindicalismo combativo no conjunto do sindicalismo; hegemonia dos sujeitos coletivos populares (cujo leque é mais amplo que a base classista), que são "atores hegemônicos no processo de democratização da sociedade brasileira"(FASE, 1993, p.1). E "hegemonia" aparece, principalmente, como uma luta inter-capitalista, e não apenas como aquela que visa objetivamente construir uma outra sociedade.

O objetivo de estudarmos a concepção de hegemonia da FASE é a capacidade que, entendemos, esse estudo oferece no sentido de explicar o modo como a instituição se insere na realidade social e, por isso, constituir-se em instrumento para uma explicação de sua intervenção educativa na sociedade. Com efeito, hegemonia é, hoje, para um técnico da instituição, o conceito central da prática da mesma.

Embora o conceito "hegemonia" só mais recentemente apareça nos documentos da FASE, sem dúvida a validade da aplicação na análise de sua prática educativa é muito anterior. E mesmo que assim não fosse, face à interrelação que a FASE sempre manteve

junto à outras instituições, seus objetivos enquanto entidade de educação e desenvolvimento, colocam sua prática social como possível de ser explicada com o auxílio do conceito.

Recordemos brevemente os aspectos básicos do conceito de hegemonia no pensamento de Gramsci. O fundamento do conceito é a luta de classes, pois trata-se, para o autor, da utilização de um referencial teórico que possibilite ao mesmo tempo explicar a realidade social e transformar essa realidade. Na relação entre as classes dominadas e dominantes, há dois eixos básicos, no que respeita à questão da hegemonia: direção e dominação.

O aspecto "direção" está relacionado à liderança que teria o proletariado na aliança entre as classes dominadas na luta pela derrubada do sistema capitalista, aliança que na sociedade em que vivia Gramsci incluiria, além dos operários, os camponeses e os intelectuais, grupos sociais que teriam interesses comuns na derrubada do capitalismo e que deveriam, para tanto, romper com os corporativismos inerentes às suas práticas. Enquanto direção dentro do grupo, o proletariado deveria ser capaz de, além e através do rompimento com seus corporativismos, perceber os interesses das outras classes para então estabelecer um consenso capaz de unificar as classes dominadas.

O outro aspecto, a dominação, diz respeito à relação entre esses grupos sociais e as classes inimigas, sobre os quais estas são dominantes, opressivas, repressivas.

Hegemonia é referida à prática social, luta pela hegemonia,

luta entre classes sociais e também é através dela que Gramsci explica a tomada do poder e seu exercício pela burguesia. Hegemonia pretende então expressar a própria luta de classes no capitalismo.

Esse é o núcleo básico do conceito como Gramsci o percebia. Nossa compreensão é de que, embora tenham se modificado muitos aspectos do sistema capitalista, o essencial, que é a luta entre as classes exploradas, camponeses mais ou menos proletarizados e operários, contra capitalistas, permanece.

Nossa análise começa pelo texto "Compromissos Básicos" da FASE, de 1982. A conjuntura política no país é de retomada dos movimentos sociais, uma ampliação da resistência à ditadura militar e ao arrocho salarial. De certa forma, o documento expressa uma posição da FASE diante dessa nova conjuntura. É um documento nacional, mas sua identidade com a FASE/POA é evidenciada pelo modo como a mesma o utiliza como referência:

"A proposta de educação popular da FASE nasce do seu compromisso com as camadas populares pela transformação profunda da sociedade. Entendemos que a consecução desses objetivos pressupõe um acúmulo prolongado de forças por parte desses grupos sociais. Tais transformações só terão lugar com a incorporação ao processo de conscientização, organização e luta por estas transformações, de vastos segmentos das classes trabalhadoras que dele ainda se encontram excluídos"(FASE, 1982, p.6).

No que se refere mais especificamente ao movimento sindical, a FASE coloca como "destinatários prioritários" para sua

intervenção educativa os operários industriais, os trabalhadores rurais e os trabalhadores na área de serviços essenciais.

Não consideramos necessário entrar na polêmica de que aparece então uma falta de definição num conceito que no nosso entender é bastante vago como "camadas populares". O decorrer do documento é esclarecedor a esse respeito, nomeando "como destinatário direto da ação educativa as camadas da população integradas ao processo produtivo" (idem, p.8). Acrescenta que a incorporação desses elementos nos processos de transformações sociais não pode ser entendida apenas no seu aspecto "quantitativo" do acesso à recursos materiais e humanos. Pelo contrário, esse processo envolve também mudanças "qualitativas no plano da conscientização e de ideologia das classes sociais capazes de procederem a essas transformações"(idem, p.8). Além disso, afirma que a educação popular, assim como a FASE a entende, deve contemplar as formas organizativas próprias da "população a qual se dirige" (idem, p.8).

Enquanto intelectuais, os componentes da FASE se comprometem a proporcionar aos sujeitos com os quais trabalham o acesso aos conhecimentos científicos "necessários à identificação das causas de sua realidade econômica, política e social e do posicionamento dessas camadas no contexto da sociedade brasileira", assim como tornar acessíveis a sua compreensão os "mecanismos de opressão existentes na sociedade"(idem, p.8-9).

Além disso, o documento afirma que:

"A característica principal da entidade é o trabalho de base direto que visa a conscientização e a organização dos trabalhadores dos setores já priorizados" (idem, p.11).

Não é preciso falar de construção de relações sociais novas para se mostrar que esse é o caminho desejado. A perspectiva de trabalho apontada no documento coloca, mesmo que em linhas gerais, a tática da instituição no sentido de construir uma nova sociedade. Dois aspectos são para nós os que melhor definem isso: o privilegiamento do trabalho com sujeitos inseridos no mundo da produção e o respeito e estímulo pela constituição de suas formas organizativas próprias. E também fundamental a compreensão sobre autonomia dessas formas e dos movimentos criados, frente à partidos, Igrejas e Estado.

As referências que dizem respeito a uma luta pela organização das classes dominadas, visando a participação das mesmas nos frutos do desenvolvimento, indicam claramente táticas cuja estratégia correspondente é a construção de um modo de vida e de produção para além do capitalismo.

Outros documentos desse período reafirmam a perspectiva do sentido da intervenção educativa da FASE não estar ligada somente às conquistas imediatas das classes exploradas, mas que objetiva também "a transformação profunda da sociedade".

Resumidamente, podemos ver aqui como a FASE se insere na luta de classes e na luta pela hegemonia na sociedade. Os



técnicos são intelectuais, cujos sujeitos privilegiados de intervenção são os trabalhadores da cidade e do campo na luta por uma profunda transformação da realidade social. O que determinará um rumo contraditório e apontará, inclusive, para uma mudança qualitativa na prática social educativa da instituição, é sua opção por trabalhar na formação de oposições sindicais, no sentido de conquistar sindicatos, fruto de uma compreensão equivocada da FASE a respeito do significado das lutas sindicais no capitalismo. Na prática, a formação militante dos sujeitos da FASE estará colocada no centro de organizações opostas, as formas organizativas próprias dos trabalhadores e as instituições sindicais. As primeiras apresentam o potencial de se transformarem em instituições de luta pela hegemonia das classes exploradas. Já os sindicatos, são instituições da luta intercapitalista e instrumentos de manutenção da hegemonia capitalista (estrutural e superestrutural). Segundo Bruno:

"No mundo contemporâneo ele (Sindicato) passou a ser a grande instituição de enquadramento dos trabalhadores no capitalismo... Trata-se de uma função estrutural e que não se pode confundir-la com o fato de algumas direções sindicais serem mais ou menos combativas, ou mais ou menos 'pelegas'...O sindicato expressa e reproduz o aspecto da prática operária integrada no capitalismo, organizada por ele. As organizações autônomas expressam a sua prática anti-capitalista, a sua auto-organização"<sup>60</sup>.

A luta pela disputa hegemônica previa, no texto "Compromissos Básicos" de 1982, a constituição de formas

---

60. BRUNO, L. idem, p.81.

organizativas próprias dos trabalhadores. Como a organização no local de trabalho era a base do novo sindicalismo, a FASE ilusoriamente acreditou que essas formas seriam automaticamente mantidas e sem dúvida estimuladas pelas novas direções sindicais. Não percebeu que a formação de direções era justamente a incorporação na disciplina capitalista das organizações operárias que surgiam como possibilidade de enfrentamento direto à mesma.

A instituição, aparentemente surpresa com essa situação, manteve o discurso da necessidade das lutas por transformações profundas da sociedade, e passou a visar a constituição das DLT a partir dos sindicatos. Impor aos sindicatos o que a FASE considera ser sua tarefa. No entanto, a partir daí, essa luta trava-se nos quadros da instituição sindical, e a FASE enfrentou então todo o tipo de entrave para concretizar seus objetivos.

A entidade constata inúmeras vezes que o sindicalismo não cumpriu com a tarefa prometida de impulsionar as lutas nos locais de trabalho. Ora, os limites apontados são tantos e atingem essencialmente a base do que deveria constituir o movimento sindical, que a partir dessas constatações poder-se-ia perfeitamente considerá-lo como um projeto falido. No entanto, os planos anuais e trienais revezam a crítica ao movimento sindical com um ao mesmo tempo forçado diagnóstico do início de uma tomada de consciência. Passada mais de uma década de novo sindicalismo, a FASE ainda constata que começa a haver tomada de consciência por parte dos sindicatos dessa necessidade. Agora,

depois que aqueles operários que constituíram oposições se tornaram militantes sindicais profissionais.

Mas a pergunta é porque a FASE não decreta a falência do projeto? A questão é que a prática dos técnicos da instituição está imersa no meio sindical. Os técnicos também se profissionalizaram nisso e não procuram outras alternativas. Sofreram, embora de um outro ponto de vista, um processo análogo ao verificado com os sindicatos. Porém, como intelectuais desse sindicalismo.

E isso se expressa também nas formas que vai tomando a questão da hegemonia. A FASE considera, por exemplo, o problema da hegemonia do novo sindicalismo ou sindicalismo combativo, ou ainda sindicalismo cutista, no conjunto da atividade sindical brasileira. Hegemonia, aqui, nada tem a ver com o conceito gramsciano de hegemonia. Está procurando designar uma situação ou luta existente nas relações entre as várias concepções do movimento sindical e se colocando na perspectiva da luta pela hegemonia de uma das correntes, no caso, a cutista. E um outro campo de lutas sociais. Campo intercapitalista, de disputa de poder pelos sindicatos de qual central sindical é capaz de controlar a atividade de um maior número de trabalhadores.

Considerado nesse quadro de disputas, a problemática da hegemonia pode colocar a questão da direção, da disputa pela direção no movimento sindical, mas não a dominação, porque não há classes inimigas nesse leque de forças, o que expressa um

enquadramento e ao mesmo tempo uma aniquilação do conceito.

Para que a problemática da hegemonia, como entendemos, esteja colocada, ela deve considerar também a questão da dominação e, para isso, tem que sair do quadro intercapitalista e perceber as lutas a nível mais amplo da sociedade. A pergunta que se coloca é então: quais são, nesse caso, as classes inimigas? Ora, a disputa de direção dando-se num quadro intercapitalista, a classe inimiga mais direta só pode ser o proletariado, que é quem sofre o domínio das classes capitalistas. Mas essa problemática só pode ser percebida do ponto de vista da classe operária e não de uma correlação de forças restrita à luta sindical.

O campo em que atua a FASE na década de 80 é um campo que consideramos contraditório, já que opõe, em maior ou menor grau, formas organizativas de classes sociais antagônicas. Mas a compreensão teórica que embasa a prática da instituição, que leva a optar pela prática educativa tendo como mediação a organização sindical, faz com que essa contradição seja cada vez mais somente ideológica, isto é, faz com que não haja contradição. Melhor, é a opção prática da FASE que resolve essa contradição ideológica a favor da organização sindical.

Para exemplificar ainda uma vez essa contradição, passamos a seguinte citação, do Plano Trienal 87-89:

"A tendência ao cupulismo, a política de formação de elites sindicais e populares, tem impiedosamente

levado ao atrelamento dos movimentos aos poderes públicos e aos partidos políticos, resultando com isso na perda de força de classe desses movimentos e, em muitas ocasiões, na perda de sua unidade. A luta por reivindicações justas, por direitos elementares, tornou-se assim palco de políticas do favor, de troca de compromissos, de favorecimento à minorias. Daí a fragilidade com que se apresentaram até bem pouco tempo as lutas populares, tendo sido alvo fácil de processos de cooptação, principalmente por parte do Estado" (FASE, 1987/9, p. 13).

As citações anteriores refletem o desejo explícito da FASE de constituir entidades próprias das classes trabalhadoras, entidades enraizadas no mundo do trabalho. Mas a ótica através da qual essa construção é percebida é a prática imersa nas lutas intersindicais, aponta para uma construção de organizações atreladas aos sindicatos e, conseqüentemente subordina os intelectuais da FASE aos mesmos, que ficam presos as suas vicissitudes. Quer dizer, se não é desejo dos sindicatos, em um dado momento, forjar OLTs, então a FASE também não poderá fazê-lo. Só poderá quando e como o sindicalismo quiser e assim cada vez mais, na medida em que se aproxima do movimento das cúpulas e se distância da prática dos trabalhadores.

Há muitas referências nos documentos que apontam esse descontentamento dos técnicos com relação ao seu papel de subordinados ao movimento e a necessidade da FASE ter uma intervenção mais incisiva no mesmo. Mas, afinal, a instituição se convence de que "o avanço da organização de base só se dará por obra de uma mudança política das direções, convencidas politicamente a fazê-lo e não pelo trabalho a varejo de uma entidade como a FASE" (FASE, 1989a, p.6).

Na verdade, é porque a própria FASE optou por ser uma entidade que trabalha no varejo e não no atacado, que tem que obedecer às leis desse campo. Ela abandonou a perspectiva da formação de entidades próprias dos trabalhadores para atuar no meio sindical e, somente através dele, passou a pensar a construção dessas entidades. Ao mesmo tempo, tais entidades passaram cada vez mais a ser entendidas como os próprios sindicatos e não as OLTs.

O campo de disputa hegemônica que em a FASE se insere, visto a partir da ótica dos trabalhadores, é o campo intercapitalista, e por isso o conceito de Hegemonia é aplicado somente no aspecto da luta pela direção nesse campo restrito.

A questão da hegemonia aparece com toda a força no Trienal 93-95. Como tentamos mostrar, a gestação desse trienal, com toda sua inconclusão atual e falta de definições que a própria entidade reconhece, é muito anterior e determinada pela prática histórica da instituição.

Nesse Trienal, a problemática da luta pela hegemonia é apontada inúmeras vezes e assinala, ao nosso ver, sua compreensão a partir de uma luta intercapitalista.

Ao lado do conceito hegemonia, a FASE passa a trabalhar também com outros conceitos, como cidadania e democracia. Assim, a questão do desenvolvimento passa a ser entendida, primeiro, como alternativa democrática de sociedade no Brasil, segundo, como parte de disputa de hegemonia na sociedade e, terceiro,

como terreno de luta política no campo institucional. A questão do desenvolvimento, para a instituição,

"passa pela mediação do nosso objetivo institucional de contribuir para a constituição e fortalecimento dos sujeitos coletivos como atores hegemônicos no processo de democratização da sociedade brasileira..."(FASE, 1993, p.1).

A questão da hegemonia diz respeito a maior participação do movimento popular "na disputa dos rumos da sociedade", da recuperação da iniciativa desses movimentos através do estabelecimento de propostas próprias de projetos globalizantes para a vida social, cuja ausência tem se sentido. Tais "políticas" de desenvolvimento devem questionar o "regime de acumulação e as formas de regulação vigentes" e garantir que a população tenha acesso ao "produto social, assegurando melhores condições de vida e trabalho" (idem, p.1).

No tópico sobre "desenvolvimento como disputa de hegemonia", assinala quê:

"As disputas para hegemônizar uma nova concepção de desenvolvimento da sociedade configuram-se também como busca de legitimação de direitos. Nosso compromisso com a perspectiva de democratização da sociedade está ancorado pois na luta pela conquista da cidadania, no sentido do alargamento dos direitos sociais, de representação política das classes trabalhadoras e da ampliação da cidadania dos produtores, ou seja, conquistas de espaços de poder (OLT e gestão no processo de trabalho). A cidadania que incorpore os excluídos e que rompa com as diversas formas de discriminação social" (idem, p.2).

Além disso, demarca a necessidade da construção de uma nova ética, rompendo com as formas culturais dominantes e reafirmando os valores de solidariedade e igualdade:

"Em resumo, a proposta institucional da FASE parte de uma crítica do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país e tem como escopo a democratização radical da sociedade e a realização de reformas sociais numa perspectiva socializante, o que passa pela constituição da cidadania, pela construção de sujeitos coletivos, e se coloca na perspectiva da constituição e do fortalecimento da 'sociedade civil popular' e de construção de uma nova hegemonia" (idem, p.2).

Vistos dessa maneira, a questão da luta pela cidadania, pela democratização da sociedade, pelos direitos sociais, etc, poderiam configurar questões táticas no sentido do rompimento com um sistema que nega todos esses direitos. O que importa, no entanto, é quais as relações e os respectivos sujeitos que a FASE irá priorizar na concretização dessas lutas. No movimento sindical, os atores privilegiados são cada vez mais a CUT e os sindicatos e somente através deles a FASE atinge os movimentos sociais populares, isto é, ela não tem mais uma ligação direta, com a prática dos movimentos populares, mas os atinge pela mediação da prática dos sindicatos, cujos objetivos são de controlar os movimentos da classe trabalhadora. Antes, é o próprio trabalho direto que muda de concepção, entendidos os sujeitos desse trabalho direto como sendo as direções sindicais:



"Por isso, quando se fala em trabalho de base, incluía-se aí o trabalho com as direções sindicais..." (FASE, 1987, p.2).

A verdadeira tática, nesse sentido, são os tipos de relação social que a FASE vai estimular no conjunto de sua intervenção. E, nesse caso, são as relações sindicais burocráticas, com seus respectivos aparelhos. Sendo assim, a questão do desenvolvimento e os aspectos que envolve, apresenta como tática a mediação de relações sociais burocratizadas, e não a criação de novas relações:

"Uma dada tática (de luta) pode pretender-se 'anti-capitalista' e proclamar objetivos futuros excelentes, mas quais as relações sociais presentes que a aplicação dessa tática pressupõe? E esta a questão decisiva. Se a destruição do capitalismo só pode dever-se ao desenvolvimento de relações novas, surgidas na luta, então o critério de avaliação deve ser em que medida uma dada tática facilita a constituição de relações sociais solidárias e coletivistas, em que todos os praticantes sejam ativos"<sup>61</sup>.

No momento em que as oposições sindicais que a FASE assessorou ocuparam as direções dos sindicatos, a entidade passou a assessorar essas direções, transferindo para elas seu trabalho educativo, logo, com a intermediação das relações subjacentes às mesmas. Suas propostas mais ousadas e sinceras de constituição de OLTs tiveram sempre como mediação essas relações e, mesmo, essas relações como alvo direto. Esses ex-operários que agora gerem a força de trabalho, levaram consigo a assessoria dos técnicos da FASE, que passaram a ser seus

---

61. BERNARDO, J. Nunes, M. O. idem, p.76.

intelectuais. Na medida em que essa camada foi se cristalizando nos aparelhos, na CUT e no Estado, os técnicos da FASE foram se transformando cada vez mais nos intelectuais dessa camada e contribuíram para sua ascensão a cargos cada vez mais altos.

Aí está porque a problemática da hegemonia passa a constituir-se num problema da hegemonia desses setores sociais, que englobam o movimento cutista e o Partido dos Trabalhadores, nas relações que os mesmos têm com outras correntes do movimento sindical e da política institucional.

E assim que o problema da hegemonia, para a FASE, ou melhor, a partir do campo intercapitalista em que ela tem atuado, é um problema que diz respeito às relações sociais entre as classes capitalistas. Do poder de influência que essas camadas possam ter no conjunto da vida política e econômica do país.

Do ponto de vista do proletariado, a problemática da hegemonia acrescenta um seu maior controle por parte desses setores, tanto nas suas intervenções como sindicalistas nas negociações com o patronato, como na interlocução entre eles e o Estado nas negociações de políticas. A classe operária é, no que diz respeito à questão da hegemonia, a classe dominada no conjunto dessa disputa.

Daí que temáticas como cidadania e democracia, assim como a criação de novos valores e de uma nova ética, passem a substituir as concepções e práticas de enfrentamento direto antes vigentes na instituição. Este tipo de concepção, como

objetivo final e não fazendo parte de uma estratégia, tendo como medição as relações sindicais burocratizadas que a própria FASE condena, que são seu objetivo último, esse tipo de concepção é facilmente recuperável, tanto na ideologia capitalista, como podemos verificar pelo leque de instituições que congregam as lutas de combate à fome e à miséria, como no campo da produção, em que as lutas sindicais são incorporadas pela mais-valia relativa.

A FASE abandona assim a visão marxista de que estes valores só podem ser de fato construídos nas práticas sociais dos trabalhadores, quando estes se mostram capazes de se auto-organizar e forjar relações sociais novas. Segundo Nunes,

"Entendemos que a superação efetiva de relações sociais de um modo de produção para outro teria, basicamente, que iniciar na criação de formas de relações sociais fundamentalmente diferente daquelas vigentes no sistema produtivo vigente. No sistema capitalista, essa prática teria que se constituir na criação de relações sociais coletivas e comunitárias, que são antagônicas às relações sociais capitalistas. São essas práticas realizadas pelos proletários no interior da produção capitalista que revolucionam os valores culturais e morais a medida que estas relações sociais conduzem à reorganização das instituições sociais, expandindo-se para todos os setores da sociedade civil"<sup>62</sup>.

---

62. NUNES, M. de O. A instituição escolar pública capitalista. p.36. Grifo nosso.

## VI - A FASE como Instituição

Pensamos que um outro aspecto que pode contribuir para a compreensão da prática da prática social educativa da FASE, e ao mesmo tempo ajudar-nos a entender o sentido de sua intervenção no movimento sindical é a análise de algumas questões no que se refere ao caráter da entidade como instituição social.

Nesse sentido, o primeiro problema que se coloca é a definição do que é uma instituição. Para Cury,

"A instituição é, no sentido amplo, uma maneira humana de colocar uma certa ordem no espontâneo"<sup>63</sup>.

Como dissemos no primeiro capítulo, a prática social e a produção ideológica dos indivíduos não de dão de forma avulsa, puramente individual, mas sempre através e nas instituições sociais. Nelas os indivíduos possuem uma determinada prática social, onde se produzem e se reproduzem determinadas ideologias, e onde adquirem consciência da sua atividade na sociedade. Assim, elaboram uma certa concepção de mundo, na qual se afirmam os interesses de uma classe social:

"Dessa forma, nós como indivíduos puramente individuais não existimos socialmente. As instituições são o campo de realização de nossa prática social e, através dela, passamos a existir como seres sociais"<sup>64</sup>.

63.CURY, C. R. J. *Educação e contradição*, p. 85.

64.NUNES, M. O. *A instituição escolar pública capitalista: campo de práticas sociais distintas e produções*

Comumente, conhecemos como instituições as mais estáveis da vida social, como a Igreja, o Estado, a família, a escola e etc, que têm sua existência de longa data e características historicamente reafirmadas. Além disso, existem outras instituições também mais historicamente estáveis, como os meios de comunicação ou os meios de repressão. Também o processo de trabalho possui suas próprias instituições específicas, como as relações de produção, a divisão do trabalho, a tecnologia, etc. E existem uma infinidade de outras formas organizativas que permeiam a vida social que possuem o caráter de instituição, entre as quais está a FASE.

Como o homem está sempre a construir formas alternativas de se organizar, isto é, formas diferentes de "colocar uma certa ordem" no caráter espontâneo de sua vida social, novas formas sociais mais ou menos importantes gestam-se a cada dia. A definição de Cury para instituição é, nesse caso, um modelo aberto, que prevê o surgimento de novas instituições, assim como o movimento interno às já existentes, ou, em outras palavras, o "instituindo", que capta as lutas sociais que nelas se verificam. Dessa forma, para além do grau de cristalização e burocratização que atinge determinadas instituições, é necessário perceber o movimento que delas faz parte, fruto da ação humana que aí se processa. E através dessa ação humana as contradições que se encontram em luta e que estão a aperfeiçoar,

destruir ou criar outras instituições.

Além disso, as instituições não possuem um caráter somente material, objetivo, mas também valorativo, ideal. E, às vezes, antes ideal que objetivo, visto a cristalização de determinadas ideologias na consciência dos indivíduos. A base da vida material, cuja contradição básica é conferida pela luta entre classes exploradoras e exploradas, faz com que os produtos dessas lutas aflorem na vida institucional de toda a sociedade.

Defrontamo-nos então com o problema de definir por quais critérios distinguiríamos a FASE enquanto instituição, evitando entendê-la de um ponto de vista enrijecido, definindo-a como tendo uma ótica ou conservadora ou transformadora. Acreditamos que um critério plausível segundo nossa concepção seriam as instituições com as quais a FASE se relaciona, assim como as formas de relacionamento social e a produção ideológica que se dão nessa interação.

Uma relação originária básica que possui a FASE nesse caso é a que diz respeito ao financiamento da instituição. Como vimos, embora por um certo momento a FASE esboçasse a construção de uma autonomia financeira, isso não ocorreu e até hoje ela depende de um financiamento de fontes externas. Esse financiamento advém de instituições de várias partes do mundo, e que são basicamente ligadas a Igreja, tanto católica como evangélica. Os projetos da FASE são feitos para três anos, e um consórcio de agências internacionais os analisa e decide tanto se vai financiar, como

a parte do financiamento que lhe caberá. A FASE deve prestar contas, relatórios, de suas atividades.

Não conseguimos acesso a uma documentação que permitisse um esclarecimento maior a respeito do caráter dessas instituições e, assim, ter uma certeza com relação ao grau de autonomia da instituição diante das mesmas. Se bem que essa autonomia evidentemente não seja total, vimos pela história da FASE que, de certa forma, o que comandou a utilização dos recursos foi a opção prática da instituição em priorizar as atividades com determinados indivíduos e projetos. Devemos considerar ainda que, além das diferenças entre a planificação e a concretização dos projetos, existem diferenças entre os escritórios regionais da instituição. O que cria uma diversidade em termos dos projetos a priorizar, fruto das diferentes concepções ideológicas das equipes, cujos indivíduos estão ligados à diferentes partidos e tendências dos mesmos, além das especificidades regionais.

Para efeitos desse trabalho, consideramos que embora não se deva ignorar o fato óbvio de que a ausência de autonomia financeira influi na prática social e no perfil institucional da FASE, esse perfil pode ser captado por outras relações interinstitucionais da mesma. Dito em outras palavras, que perfis institucionais, que relações sociais configuram as instituições com as quais a FASE se relaciona em sua prática educativa?

Vimos que na última década a principal instituição com a qual a FASE tem se relacionado são os sindicatos. Em um determinado momento de sua existência, a entidade se viu confrontada com um tipo de organização social que possibilitava a construção de novas formas de relacionamento social. Falamos das organizações operárias que surgiram no fim dos anos 70, início dos 80. Tratava-se de um tipo de movimento que estava a inaugurar, ao menos potencialmente, relações sociais de tipo novo, por enfrentarem diretamente o capitalismo nos seus locais de trabalho. A origem militante dos indivíduos da instituição, a identidade construída na sua prática, colocou-lhes a necessidade, enquanto intelectuais, de impulsionarem estas formas organizativas.

A característica fundamental da FASE, como instituição, e por ela mesma definida, é de uma entidade de "educação e desenvolvimento". Portanto, antes de tudo, a FASE se caracteriza como uma instituição pedagógica. Para Cury,

"As instituições pedagógicas são organizações elaboradoras e difusoras das concepções de mundo, por meio das idéias pedagógicas. Nessa promoção, as idéias pedagógicas são chamadas a exercer sua função educativa. A serviço de uma hegemonia, ajudam a dar suporte a uma interiorização normativa na classe subalterna da classe dominante, pelos mecanismos de articulação/desarticulação. Articulação de manifestações próprias da classe subalterna, em torno da direção existente, o que significa desarticulação dessas manifestações em torno da direção que lhes seria própria"<sup>65</sup>.

---

65.CURY, C. R. J. *Educação e contradição*, p.49.



Mas Cury vai além dessa concepção que seria unilateral do papel que cumprem as instituições pedagógicas, e aponta que as contradições da luta de classes refletem-se nestas mesmas instituições, de maneira que as idéias das classes dominadas, de sua concepção de mundo, também nelas afloram. Além disso, as tentativas de desarticulação dessas concepções de mundo por parte da ideologia dominante chocam-se com a prática social que nega-as. Nesse sentido, as instituições também são espaços onde a consciência das classes dominadas pode se constituir:

"Essa *função civilizadora* das instituições não serve só ao sistema de dominação. Ao darem uma certa *forma* ao espontâneo, elas ao mesmo tempo que conformam refinam, ao mesmo tempo que reproduzem também transformam. Além da vivência que tal *formação* conduz, a presença e o contato com esta forma que organiza, desde que assumida sob nova perspectiva, permitem sua superação no próprio campo (ou melhor, a partir do) em que essa institucionalização se dá"<sup>66</sup>.

O que significa que o potencial de transformação que podem proporcionar as instituições está associado à determinadas premissas. Como apontado por Cury, isso é possível na medida em que a 'vivência e o contato' que possibilitam sejam assumidos sob uma nova perspectiva. Ainda, segundo o autor, as formas como se processa a formação pedagógica no capitalismo são resumidas no conceito de "ritual pedagógico", que ele assim caracteriza:

"O ritual pedagógico é tanto mais coercitivo quanto mais burocratizada for a instituição em foco. Essa

---

66.CURY, C. R. J., *idem*, p.95. O grifo em negrito é nosso.

burocratização tende a se manifestar numa estratificação hierárquica interna à classe social, e corresponde à divisão social e técnica do trabalho. Tais hierarquias funcionais e burocratizadas se servem de agentes sociais, postos a serviço de um sistema de controle e supervisão, em vista de maior eficácia político-administrativa"<sup>67</sup>.

Um aspecto negativo com relação a isso, na prática da FASE, diz respeito às relações entre as áreas popular e urbana. Inicialmente constituindo áreas que reuniam os mesmos técnicos (o mesmo técnico trabalhava na área sindical urbana e na popular urbana), passaram cada vez mais a independizar-se. Isso provocou uma especialização, até certo ponto natural e necessária dos técnicos das respectivas áreas. Mas o grau que alcançou essa especialização atingiu tal nível, que apesar das inúmeras tentativas de unir as duas frentes, os pontos de contato entre elas são hoje muito poucos, se considerarmos a identidade existente, ao menos num certo limite, entre as duas áreas.

Além disso, entre os próprios técnicos da área sindical começa a haver uma certa especialização. Esta também é exigida pela necessidade da instituição fazer frente à problemáticas que exigem um grande aprofundamento teórico. Porém, é necessário que se busquem eixos de contato entre as especificidades, sob o risco disso significar um maior aprofundamento da especialização, com os efeitos que pode ter numa relação hierárquica. Em determinado momento, uma temática pode estar mais em evidência do que a outra, e fazer com que um técnico sinta-se mais importante do que outro, visto que este último

67.CURY, C. R. J., *idem*, p.118.

não tem o mesmo conhecimento e o "trânsito" que o primeiro.

Desse modo, corre-se o risco de reproduzir a divisão do trabalho do sistema capitalista e reproduzi-la na relação com o movimento.

Um aspecto que favorece essa divisão é a ausência de definições claras no perfil da FASE e dos respectivos projetos a serem priorizados. Indefinição que de certo modo é histórica na instituição, o que causa um sentimento de independência individual dos técnicos frente à inexistência de eixos claros que unifiquem a prática. Uma dessas indefinições refere-se, segundo um técnico da instituição, à tensão existente entre um perfil de intervenção mais educativo, e outro de produção de conhecimento:

"Acho que é uma certa tensão e que acaba se manifestando também nessa própria divisão do trabalho, na medida em que a gente não consegue se dar um apoio claro, de dizer não nós vamos dar mais ênfase ao trabalho educativo, vamos dar mais ênfase à questão da produção ou como, enfim, aí a gente acaba cada um fazendo o que acha mais importante e eu acho que a síntese disso aí vai demorar um pouco a acontecer" (FASE, 1993a, p.8).

Outro aspecto da vida da instituição que pode realçar ainda mais essa divisão do trabalho, é o fato do campo em que circulam os técnicos da instituição identificar-se cada vez mais com o campo em que disputam as "classes estatais". Sua assessoria agora privilegia como principal interlocutor a CUT, no sentido de apresentar propostas mais abrangentes de desenvolvimento

social e econômico. As formas políticas sob as quais se dá o assessoramento, nesse sentido, nada têm a ver com as organizações operárias. Antes, constituem relações de gestão do processo produtivo e, logo, da força de trabalho. Se o objetivo da instituição for apenas sentar e negociar com a CUT e o Estado em bases que considera "favoráveis" à projetos de desenvolvimento "progressistas", desconsiderando os efeitos para as lutas dos trabalhadores, então se alinharão no quadro das estratégias de cedência do capital, impulsionando o desenvolvimento da mais-valia relativa.

O âmbito das relações que na atualidade circulam os técnicos, cujos principais agentes sociais são os sindicalistas, é hoje um campo também de disputa de cargos para compor as respectivas organizações. Verifica-se nesse momento uma crise da CUT, o acirramento das disputas internas nos sindicatos filiados à Central, movido em grande parte por esta disputa de cargos e, também, porque a central não tem sido capaz, de fato, de apresentar um projeto unificado de atuação sindical frente à expressão do capitalismo no Brasil.

Os trabalhadores atingidos por uma intervenção direta da entidade são em número muito menor, até pela compreensão de que os sindicatos são, agora, "entidades de base". Na verdade, apenas um técnico da FASE ainda leva um certo trabalho direto, mas, mesmo assim, com uma dinâmica muito mais ditada pela organização sindical, que incorpora os militantes de fábrica na vida sindical, do que tendo uma participação decisiva da vontade

dos trabalhadores. Logo, os projetos de desenvolvimento alternativo que a FASE pensa construir junto aos movimentos, acaba tendo uma participação quase inexistente de operários, os quais são apenas "representados". Essa prática educativa não contando com a participação direta da classe trabalhadora, acaba não proporcionando à mesma um enfrentamento direto dos seus problemas, desembocando, pelo contrário, no controle de sua atividade.

Ora, é justamente esse trânsito da instituição, as relações de gestão subjacentes, que vão progressivamente definir o caráter do seu perfil institucional, expressando assim sua relação cada vez mais estreita com o Estado capitalista. Para que isso se concretize, não é necessário nem que a FASE passe formalmente a assessorar administrações estatais. E o próprio leque de forças com quem se identifica, do qual os trabalhadores são a parte subordinada, que define essa aproximação.

A classe trabalhadora só entra então como coadjuvante nesse processo, cooptada como quadros de militantes orgânicos ao sindicato, não representando as lutas cotidianas no interior das fábricas.

Corre-se o risco, nesse caso, do perfil institucional da FASE se identificar cada vez mais como uma entidade educativa dos gestores do capitalismo, como intelectuais, "lobbiystas" desses gestores.

Outra questão que expressa essa aproximação da instituição

ao campo intercapitalista diz respeito a questão da luta democrática separada das lutas de enfrentamento direto. A luta democrática é a luta pelos direitos do cidadão, da liberdade nos marcos possíveis e identificáveis com a existência capitalista, da inserção de massas humanas excluídas de um determinado modelo de desenvolvimento capitalista. Esse modelo varia conforme as conjunturas específicas em que se desenvolvem, indo da luta pela participação nos processos mais avançados, onde domina a mais alta tecnologia, até a luta para não ficar de fora da relação capitalista mais primitiva. Cada modelo de desenvolvimento tem seus próprios e correspondentes direitos civis e formas de consumo. Mas todas as lutas desse tipo são lutas pela não-exclusão, isto é, lutas internas à sociedade capitalista, que constituem mecanismos de desenvolvimento sim, mas desenvolvimento do processo de acumulação.

Outro é o tipo de luta que tem como objetivo destruir o modo de produção e de exploração capitalistas e construir um novo tipo de sociedade, um outro tipo de relação social.

Um aspecto fundamental que contribui para a indefinição de um perfil institucional mais claro para os técnicos da instituição, diz respeito ao caráter limitado de suas definições sobre os conceitos que utiliza ou os fenômenos em que está engajada. São raros documentos que aprofundem concepções como "Educação Popular", "ONGs", "classe social", etc, e que procurem dar uma sistematização de sua prática, relacionando com os referenciais teóricos utilizados. Os poucos documentos

existentes são inconclusos, indicam o esboço de uma discussão provisória que deve ser aprofundada mas que não tem continuidade, o que nos exige muito cuidado no sentido de captar realmente quais são as concepções que orientam a prática da instituição. Por outro lado, essa deficiência apresenta um perigo muito grande de resultar em formas de práticas individualistas dentro mesmo da instituição, já que, no momento em que não existe uma linha clara de trabalho, muitos tipos de ação podem ser considerados legítimos.

Além disso, essa ausência de uma reflexão sistematizada da prática deixa a equipe vulnerável à possíveis formulações mais abrangentes das entidades com as quais se relaciona, das quais pode se tornar dependente, assim como reduz seu grau de influência, do poder de intervenção que a mesma deseja alcançar.

A ausência de definições a respeito dos objetivos das OLT é um exemplo disso. Numa avaliação do trabalho desenvolvido em Novo Hamburgo e com os Metroviários, que consta no "Relatório de Trabalho de 1990", a entidade levanta uma série de questões fundamentais para o avanço de sua prática a esse respeito, como a seguir:

"Em segundo lugar, cabe ainda realizar uma avaliação mais adequada dos alcances e limites das estruturas organizativas que privilegiamos: quais as potencialidades e limites das comissões numa categoria como os metroviários? Qual a potencialidade e limites de um processo de organização de fábrica calcado nos representantes sindicais e CIPAs, como é o caso dos Sapateiros? Que desdobramentos estes processos potencializam e quais

as ações necessárias para tal? (FASE, 1990, p.11).

E, ainda mais importante, após diagnosticar os conflitos e contradições que perpassam a disputa de poder que sempre, segundo a FASE, se estabelecem entre "organismos de base" e diretoria sindical, aponta que:

"Torna-se necessário, portanto, estudar a origem e a natureza destes conflitos, bem como a questão do tipo de estrutura necessária para um sindicato que realiza um processo de organização de base" (idem, p.12).

Mas essas discussões, se acontecem, não aparecem nos documentos, o que nos leva a concluir que não são feitas. Isso impede a FASE de compreender em profundidade as contradições, as explicações dos processos sociais em que está envolvida. Na prática, o caminho escolhido é a atividade sindical como a única mediação possível, o único interlocutor da atividade educativa da instituição. Com o conseqüente prejuízo para o movimento operário.

A pesquisa "Diagnóstico Sindical", com a qual os técnicos da FASE se envolveram intensamente no ano de 1990 é outro exemplo. Apesar de uma extremamente rica coleta de dados importantes sobre o movimento sindical, a pesquisa não vai além da constatação e descrição das debilidades constatadas reiteradas vezes. Não aponta para explicações científicas dos fenômenos que analisa, não relaciona com as lutas de classe mais gerais que ocorrem na sociedade. Em parte, essa crítica é feita pela



própria FASE, que após avaliar processos como esse do "Diagnóstico", sempre acrescenta que é urgente aprofundar certas discussões.

Por outro lado, como já apontamos, muitos documentos pesquisados não são datados, ou não dizem onde foram feitos, nem por quem. Tudo isso expressa um baixo grau de elaboração e reflexão da prática da instituição, o que impede uma ação mais conseqüente e prejudica a definição para si mesma de seu caráter institucional.

## VII - Conclusão

A base sobre a qual centramos nossa investigação foi a prática da FASE no movimento sindical, a partir da compreensão que temos do significado das organizações sindicais frente às lutas dos trabalhadores.

Os resultados de nossa investigação demonstraram que as iniciativas de educação dos trabalhadores através das organizações sindicais, para além dos limites e dificuldades que oferecem mesmo para um processo de participação na democracia capitalista, acabam por favorecer a integração dos operários mais atuantes nos quadros da burocracia sindical. Antes que impulsionar as organizações autônomas dos trabalhadores, uma atividade educativa que tem como mediação os aparelhos sindicais acaba funcionando como instrumento de cooptação das massas operárias e trava o surgimento de relações sociais novas.

Poderia se reivindicar em defesa desse tipo de prática o fato de que atingir diretamente os trabalhadores é impossível, face à impermeabilidade do espaço fabril. Supondo que essa afirmação fosse correta, acrescentamos então que o espaço fabril é também impermeável aos sindicatos e que mesmo o infimo poder de penetração que possuem não é aproveitado para um processo de conscientização dos trabalhadores, como demonstram as tentativas da FASE.

Mas a história da instituição demonstra que a afirmação é

equivocada. Nos anos de ditadura militar, quando os encontros entre trabalhadores e intelectuais eram bem mais difíceis do que o são hoje, a FASE foi capaz de assessorar trabalhadores em suas próprias comunidades, tendo como alvo sua organização no processo de trabalho. Desse assessoramento surgiram camadas combativas de operários, muitos dos quais incorporados posteriormente na burocracia dos sindicatos.

Como vimos, esses encontros em que os trabalhadores se reúnem coletivamente, sem a intermediação de forças que pretendem controlar suas lutas, constituem também espaços em que rompem a disciplina capitalista:

"Como o capitalismo é um sistema totalizante, que não se restringe ao âmbito das empresas e tenta abarcar a totalidade da vida social, mesmo forma das unidades de produção uma forma coletiva e ativa de luta rompe a disciplina vigente e desenvolve relações de outro tipo, anticapitalistas"<sup>68</sup>.

O que mais impressiona na prática educativa da FASE de Porto Alegre é que o conteúdo crítico que a instituição por vezes demonstrou ter com relação a essa situação não foi suficiente para que revisasse sua atuação. Esse conteúdo crítico se expressa principalmente no artigo que aqui abordamos "Democracia e Organização de Base: os impasses do novo sindicalismo", que prevê a superação das instituições sindicais enquanto forma de representação da classe, pelas organizações operárias a surgir. Após a publicação desse artigo, nenhuma mudança significativa foi

---

68. BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. p.322.

verificada no movimento sindical. Pelo contrário, os limites foram mantidos e, até mesmo, aprofundados, o que deveria resultar numa mudança na prática da instituição. Mas, pelo contrário, a FASE foi aprofundando cada vez mais o caráter do trabalho de assessoramento às entidades sindicais e constituindo-se assim, numa organização de intelectuais de uma classe que geri a força de trabalho.

Um dos aspectos que pode ter contribuído nesse desenvolvimento é a própria concepção que a instituição possui a respeito das organizações dos trabalhadores em seus locais de trabalho, resumida no conceito de "OLT" - "Organizações por Local de Trabalho". Uma das características apontadas sobre as lutas autônomas dos trabalhadores é a sua tendência à generalização. Trata-se, nesse caso, de uma tendência ditada pelo próprio modo de produção, que, não existindo enquanto atividade particularizada mas sim sendo um processo interdependente, exige que as lutas e as formas de organização que assumem se expandam e atinjam outras unidades e processos produtivos. A tendência à expansão é uma característica histórica das organizações autônomas, e também sua condição de sobrevivência.

A concepção embutida em "por local de trabalho" serve, por outro lado, ao movimento sindical, cujo objetivo é ter sob seu controle uma camada de operários que atue dentro do espaço fabril, e sendo que essa camada se relacione com o restante da classe somente através do sindicato e não diretamente entre si.

Mas o problema da opção em trabalhar somente com esses

organismos é não admitir a possibilidade de surgirem novas instituições com caráter distinto e que superem em qualidade quanto à representação das classes trabalhadoras. Não considera, dessa forma, o movimento constante que caracteriza o mundo do trabalho.

A FASE reivindica a possibilidade da incorporação das "bases" em instâncias dos sindicatos. A tese é que os trabalhadores que adentrassem em espaços de vida democrática no sindicato impulsionariam essa mesma democratização. Porém, como vimos, as lutas dos trabalhadores, quando estes se organizam de forma autônoma, tendem a criar organismos próprios de representação, que contrastam com a burocracia dos sindicatos. Essa integração que a FASE defende é de fato possível. Mas ela, quando acontece, tem como base a disciplina e a forma de funcionamento do sindicato, não da organização de base.

A contradição principal que apontamos existir na prática educativa da FASE é a que tenta unir as organizações autônomas da classe trabalhadora e a prática sindical. Na ótica atual da instituição esse conflito se manifesta de forma diferente, assim como apontado a seguir:

"organização sindical independente e democrática dos produtores, em conflito direto com os limites impostos pela forma de organização capitalista do trabalho"(FASE, 1989, p.1).

Mas levando em consideração essa afirmação e a atual prática

da FASE, existira ainda contradição? A resposta é não. E a componente sindical do conflito que define a resolução da contradição. No atual estágio do capitalismo, acreditamos que de fato é uma necessidade das organizações sindicais terem elementos de confiança que atuem nos locais de trabalho, como forma de ter um certo controle, tanto sobre as modificações nos processos de trabalho, como do modo como a classe se organiza frente a esses processos. Essas são, precisamente, as premissas sobre as quais se assenta a questão da luta pela cidadania, problemática central da prática da FASE na atualidade:

"Em um período de grandes mudanças do capitalismo no que se refere à gestão da força de trabalho, vemos que as disputas e conflitos se intensificam no espaço fabril, sendo que a organização por local de trabalho passa, por consequência, a ser decisiva para um maior controle das condições de trabalho e à possibilidade de conquista da cidadania por parte dos trabalhadores. Daí a importância do espaço fabril no Plano Trabalhadores Urbanos..."(FASE, 1993, p.36).

Esse tipo de luta é facilmente integrada pelo capitalismo, na medida em que as formas de organização que prevê não entram em choque com a disciplina capitalista e são, portanto, enquadrados pelo capital.

Daí a necessidade da mudança do referencial teórico da FASE, que se faz na medida em que a prática vai deixando progressivamente de se dar diretamente com os trabalhadores, para alcançar sujeitos cuja base não é "exclusivamente classista". Esse ponto de vista serve, de alguma forma, para justificar a prática

com as direções sindicais, e deixa em aberto o caráter de classe dos sujeitos que as compõem.

A problemática da hegemonia passa a se colocar então no espectro de forças que atuam entre o Estado Restrito e o Estado Amplo, como mediação entre estas instâncias.

A FASE passa, assim, a trabalhar na formação dos sujeitos que transitam na superestrutura política, na defesa de seus interesses, e também como sujeito nesse trânsito.

O perfil institucional da instituição FASE terá uma prova decisiva de seu caráter nos processos das lutas forjadas pelas organizações operárias autônomas que foram surgindo nos locais de trabalho. Como analisa a própria instituição, tais organizações operárias tenderão a superar as organizações sindicais. E então, de que forma a FASE vai agir? Vai procurar enquadrar essas formas organizativas num tipo de disciplina sindical, contribuindo para sua dissolução, ou vai impulsionar sua autonomia e entrar em choque com os sindicatos?

Este tipo de prática social educativa nega precisamente o modelo teórico gramsciano, o qual aponta a superioridade hierárquica das instituições partidárias e das organizações de intelectuais em geral, frente às instituições autônomas da classe trabalhadora, numa relação de subordinação das últimas sobre as primeiras. A priorização da formação de quadros dirigentes da classe trabalhadora desligada das lutas sociais internas ao

processo produtivo, cujo discurso reivindica aí um processo de conscientização de classe, resulta contrariamente em organizações e quadros de gestão das lutas de classe.

Fica evidente na prática da instituição que essa política de formação de quadros, seja para a constituição de oposições sindicais, seja para a renovação de diretorias ou formação de militantes sindicais nos locais de trabalho acaba por frear os movimentos que se verificam no campo da produção capitalista.



## VIII - Bibliografia Citada

- ANDERSOM, P. Possibilidades e limites dos sindicatos. *Oitenta*. Porto Alegre, V.3, L & PM, 1980, p.41-57.
- BARCELOS, A. & DRESCH, P. Democracia e organização de base: os impasses do novo sindicalismo. *Proposta*. Rio de Janeiro, 40, FASE, mar.1989, p.5-12.
- BERABA, M. Entidades ajudam o lobby da esquerda. *Folha de São Paulo*. 17 jul.1988, 1 caderno, p.A-10.
- BERNARDO, J. *Capital, sindicatos e gestores*. São Paulo, Vértice, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O inimigo oculto: ensaio sobre a luta de classes: manifesto anti-ecológico*. Porto, Afrontamento, 1979.
- BOMBAROLO, F. Desafios para as organizações não-governamentais na América Latina na década de 90. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v.40, 206, jan/mar.1993, p.7-26.
- BRUNO, L. *O que é autonomia operária*. São Paulo, Brasiliense, 1990, 3.ed.
- CAMPILONGO, M. A. *O sindicato e a fábrica: a nova expressão da luta de classes no movimento operário-sindical recente*. Seminário da ANPOCS, abr.1988.
- CURY, C. R. J. *Educação e contradição*. São Paulo, Cortes e Autores Associados, 1985.
- FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil. In: LANDIM, L. (org). *Sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, ISER, 1988, p.8-23.
- GORTER, H. Carta aberta ao companheiro Lênin. In: TRAGTEMBERG, M. (org). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.14-74.
- GRAMSCI, A. *Notas sobre Maquiavel, sobre a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, A & BORDIGA, A. *Conselhos de fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- JUNIOR, A. B. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, Unicamp, 1991.
- KOLLONTAI, A. *A oposição operária: 1920-1921*. Porto, Afrontamento, 1977, 2.ed.
- LANDIM, L. (org). *Sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, ISER, 1988.
- LARRAIN, J. Base e superestrutura. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p.27-29.
- LESSA, R. Organizações não-governamentais tomam conta do país. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09 abr.1989, p.14.
- MACCIOCHI, M. A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MANDEL, E. Auto-organização e partido de vanguarda em Trótsky. *Em Tempo*. São Paulo, set. 1990.
- MANFREDI, S. *Educação sindical: entre o conformismo e a crítica*. São Paulo, Loyola, 1986.
- MARX, K. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo, Editora Acadêmica, 1987.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, Moraes, 1984.
- NUNES, M. O. *A instituição escolar pública capitalista: campo de práticas sociais distintas e produções ideológicas diferenciadas*. Porto Alegre, Curso de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, 1990.
- REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo*. Porto, Edições Escorpião, 1974.
- SASSON, A. S. Hegemonia. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p.177-178.
- \_\_\_\_\_. A. S. Sociedade civil. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p.351-352.
- SEFFNER, F. A estrutura sindical no RS. In: Cattani, A. D. (org). *Sindicalismo: ação-reflexão*. Caxias do Sul, EDUCS, 1990, p.13-36.
- TEIXEIRA, M. do C. M. Organização nos locais de trabalho: para quando? *Proposta*. Rio de Janeiro, 40, FASE, mar.1989, p.19-27.
- TRAGTEMBERG, M. *Comissão de fábrica*. São Paulo, CPV, 1984, p.47. Dossiê.
- TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

## IX - Bibliografia de Apoio

- AKCELRUD, I. Experiência avançada de controle operário. *Em Tempo*. São Paulo, set.1990.
- BARBOSA, S. C. Os conselhos operários: a experiência italiana: 1919-1920. Origem desconhecida.
- BERNARDO, J. Gestores, Estado e capitalismo de Estado. *Ensaio*. São Paulo, 14, jul.1985, p.85-104.
- ELY, H. B. A formação sindical em questão. In: Cattani, A. D. (org). *Sindicalismo: ação-reflexão*. Caxias do Sul, EDUCS, 1990, p.71-83.
- GORZ, A. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- GUERIN, D. *Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária*. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- IBRAHIM, J. *O que todo o cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica*. São Paulo, Global, 1986.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo, Global, 1980.
- \_\_\_\_\_. K. O método da economia política. In: \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p.218-226, 2.ed.
- \_\_\_\_\_. K. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p.23-27, 2.ed.
- MARX, K & ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. URSS, Progresso, 1987, 3.ed.
- SANDRONI, P. *O que é mais-valia*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- SANTOS, T. dos. *Forças produtivas e relações de produção: ensaio introdutório*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- TROTSKY, L. *Escritos sobre sindicatos*. São Paulo, Kairós, 1988.
- VARES, L. P. *Rosa, a vermelha: vida e obra de Rosa Luxemburgo*. São Paulo, Busca Vida, 1988. SANTOS, T. dos. *Forças produtivas e relações de produção: ensaio introdutório*. Petrópolis, Vozes, 1980.

**X - Documentos da FASE**

- 1987/9: Plano Trienal 87/89.
- 1982: Plano Anual 1982.
- 1987: Contribuição a uma discussão sobre linha de trabalho.
- 1984/6: Avaliação do Trienal 1984/86.
- 1989: *Proposta*, Rio de Janeiro, 40, FASE, mar.1989.
- 1987a: Relatório Qualitativo de 1987.
- 1987b: Plano de Trabalho 87.
- 1987c: Avaliação Anual 1987.
- 1988: Plano Anual de Trabalho.
- 1988a: Relatório Qualitativo de 1988.
- 1987d: Tentativa de Síntese sobre um Novo Esforço para Clarear a Questão por Nós Chamada de Metodologia.
- 1989a: A Metodologia da Equipe.
- 1989b: Organização no Local de Trabalho: o desafio para os sindicatos da CUT no RS.
- 1989d: Pontos Introdutórios para o Trienal 90/92.
- 1989c: Vanucchi, P. Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema: organização de fábrica, avanços e dificuldades. *Proposta*. Rio de Janeiro, 40, FASE, mar.1989, p.28-38.
- 1989e: Plano Anual de Trabalho 1989.
- 1989f: Relatório Qualitativo de 1989.
- 1989g: Relatório Quantitativo de 1989.
- 1991: Entrevista com técnico da FASE POA.
- 1990: Plano Anual de Trabalho.
- 1991a: Relatório Qualitativo de 1991.
- 1992: Relatório Anual.

- 1992a: Relatório Quantitativo de 1992.
- 1992b: Pontos Introdutórios para discussão do Programa Trienal da Frente Trabalhadores Urbanos da FASE.
- 1993: Plano Trienal 1993-1995.
- 1983: Subsídios para a reconstrução histórica da FASE: a primeira década, 1961-1970; Síntese da História da FASE.
- 1982a: Compromissos Básicos da FASE.
- 1993a: Entrevista com técnico da FASE.
- 1992c: Entrevista com técnico da FASE.
- 1989h: Portelli, Hugues. Democracia Representativa, Democracia de Base e Movimento Social. *Proposta*. Rio de Janeiro, 40, FASE, mar.1989, p.12.
- 1980: Sem título.
- 1992d: entrevista com técnico da FASE.



